



Fany Serafim Nascimento

**O CRAS Quilombola Negro Rugério e suas
especificidades no atendimento à
população beneficiária do território do
Sapê do Norte- ES**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social do Departamento de
Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Valéria Pereira Bastos

Rio de Janeiro
Junho de 2022



Fany Serafim Nascimento

**O CRAS Quilombola Negro Rugério e suas
especificidades no atendimento à
população beneficiária do território do
Sapê do Norte- ES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora Abaixo.

Profª Valéria Pereira Bastos

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profª Magali da Silva Almeida

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profª Sindely Chahim de Avellar Alchorne

Departamento de Serviço Social- PUC-Rio

Rio de Janeiro, 7 de junho de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Fany Serafim Nascimento

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Social (UFES) e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Ficha Catalográfica

Nascimento, Fany Serafim

O CRAS Quilombola Negro Rugério e suas especificidades no atendimento à população beneficiária do território do Sapê do Norte- ES / Fany Serafim Nascimento ; orientadora: Valéria Pereira Bastos. – 2022.

122 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2022.

Inclui bibliografia.

1.Serviço Social – Teses. 2. CRAS. 3. Política de Assistência Social. 4. Quilombo. 5. Decolonial. 6. Território. I. Bastos, Valéria Pereira. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedicatória

Aos meus pais, as famílias pretas e quilombolas e
Aos meus ancestrais que me trouxeram até aqui.

Agradecimentos

Inicio agradecendo aos meus avós maternos, pois mesmo que eu não tenha os conhecido, sei que minha trajetória se interliga a existência deles, que são obrigados a tomar a decisão de vir para a “cidade” em busca de um futuro melhor para os filhos e filhas, e hoje eu me vejo retornando para a “roça” em busca de uma vida melhor para os que lá permanecem e para os que vão vir depois de mim, nossos caminhos se cruzam o tempo todo, então obrigada Fani Cirilo e Amadeus Serafim. Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje – Ditado Yoruba. Esse ditado diz muito sobre minha conexão ancestral.

Agradeço aos meus pais, Olindina e Mário, pelo investimento na minha educação, em especial a minha mãe que é uma grande educadora e hoje doutora, que sempre nos incentivou lá em casa a buscar sempre o melhor, e ela sempre disse tanto para mim, quanto para meu irmão Blenner e minha irmã Sarah, que podemos conquistar tudo que sonhássemos, mas estudando. Então, família, essa pesquisa também é para vocês, e sobre vocês.

Dedico a minha Madrinha Eumenia Cirilo Pereira in memoriam, tenho certeza de que, de onde estiver, está orgulhosa da sobrinha/neta/afilhada.

Agradeço a Deus, Nossa Senhora Aparecida, São Benedito e a todos os seres que intercederam e foram abrindo os caminhos para que eu chegasse até aqui.

Dedico essa pesquisa a minha família Serafim e Nascimento, e a todas as famílias pretas, que com certeza me motivaram de muitas formas a chegar até aqui, e, também, a escrever durante todo o processo.

Digo a Magali da Silva Almeida que é uma honra ter você na banca, você não sabe, mas te conheço desde o encontro da ENESSO em Brasília, e com certeza a sua fala naquele encontro, além da admiração, gerou também a vontade de continuar, e demonstrou que é possível nós mulheres negras alcançarmos o que quisermos, é o que me faz estar nessa etapa da minha vida

A moçada do Nevi que me acompanha desde a graduação, em especial a Gilsa Barcellos, que sem dúvidas suas falas fazem parte do que eu sou hoje e motivou-me para esse momento da minha vida.

As minhas amigas e amigos, que fazem parte do que eu chamo meu quilombo de afeto, que eu venho construindo nessa minha trajetória de vida, e que estão sempre na torcida por mim, com palavras de incentivo, carinho, conselhos, eu sou porque nós somos.

Sou grata e dedico essa dissertação a todos os quilombolas, que assim como eu acreditam que no coletivo podemos obter muitas conquistas, e agradece por todos que lutam antes de mim e que me dão força para continuar e acreditar que é possível sim. Agradecimento especial aos quilombolas que foram entrevistados, que tornaram esta pesquisa possível.

A Secretaria de Assistência Social do município de Conceição da Barra, que autorizou a minha ida a campo, possibilitando ampliar o conhecimento para realização da pesquisa, agradeço a equipe que me recebeu da melhor maneira possível.

Agradeço a professora Valéria Bastos que topou esse desafio, pois sabemos que o processo não é simples, mas encontramos juntas a melhor maneira de conduzir, e acredito que o resultado tenha sido satisfatório, gratidão professora pelas trocas e paciência.

Sou grata e dedico esta pesquisa ao “Nós por nós” que eu poderia fazer até um agradecimento à parte, pois esse grupo me mantém de alguma forma. Nós formamos um elo muito grande de muito amor, e com a permissão ao poeta Emicida se Amar é um Elo eu posso chamar o Nós por Nós de AmarElo, com certeza o nosso encontro foi/é ancestral, somos 4 pretas da turma do mestrado, que tivemos apenas 3 aulas, mas na real nos conhecemos pelo whatsapp, e só nós encontramos de forma presencial em 2021, mas desde que iniciou a pandemia estamos conectadas, não só limitada aos assuntos acadêmicos, afinal, Ana Carolina, Lívia, Renata e Fany são quatro mulheres pretas, então muitos anseios

foram surgindo, e cada uma a sua maneira foi tornando o momento mais leve e possível, por isso não acredito que foi um encontro, e sim um reencontro, pois temos uma sintonia que é difícil de explicar, por isso dedico a vocês amoras.

Agradeço a professora Sindely e Magali por terem aceitado o convite para participar tanto da qualificação, como da banca de defesa desta dissertação.

Agradeço ao CNPQ pelo fomento à bolsa durante o curso, pois foi fundamental para realizar este mestrado.

Resumo

Nascimento, Fany Serafim; Bastos, Valéria Pereira. **O CRAS Quilombola Negro Rugério e suas especificidades no atendimento à população beneficiária do território do Sapê do Norte- ES.** Rio de Janeiro, 2022, 122p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação teve como ponto de partida investigar se o Centro de Referência de Assistência Social Quilombola Negro Rugério, localizado no Estado do Espírito Santo, território do Sapê do Norte, promove o atendimento especializado respeitando as singularidades da população quilombola e a cultura dos seus usuários, a partir do que preconiza a Política Nacional de Assistência Social, no que diz respeito ao atendimento à população tradicional. A pesquisa se baseou numa perspectiva decolonial, e o aporte metodológico, se constituiu por meio de trabalho de campo, tanto para observação direta como para a escuta dos sujeitos, por meio das entrevistas aos quilombolas atendidos no CRAS do território e o corpo técnico. Desse modo, observou-se que o atendimento das famílias quilombolas tem sido precarizado mediante ao desmonte das políticas sociais que se manifesta por intermédio do corte dos recursos humanos e financeiros, bem como a ausência de treinamento necessário para a equipe lidar com as especificidades dos usuários, conforme preconiza a lei. O que nos levou a identificar um traço da expressão do racismo estrutural, considerando que é um equipamento social público que lida com um quantitativo expressivo de usuários negros que se autodeclaram quilombolas, e nos permitiu concluir que ainda se constituiu como desafio, tanto para equipe como para os usuários, assegurar a prestação de serviços dignos e que respeite as singularidades da população, sobretudo, a cultura quilombola e suas singularidades

Palavras-Chave

CRAS Quilombola; Política de Assistência Social; Quilombo; Decolonial.

Abstract

Nascimento, Fany Serafim. Bastos, Valéria Pereira (Advisor). **The CRAS Quilombola Negro Rugério and its specificities in serving the beneficiary population of the territory of Sapê do Norte– ES.** Rio de Janeiro, 2022. 122p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The starting point of this dissertation was to investigate whether the Quilombola Social Assistance Reference Center Negro Rugério, located in the state of Espírito Santo, in the territory of Sapê do Norte, promotes specialized care respecting the singularities of the quilombola population and the culture of its users, based on what is recommended by the National Social Assistance Policy, with regard to care for the traditional population. The research was based on a decolonial perspective, and the methodological contribution was made through fieldwork, both for direct observation and for listening to the subjects, through interviews with the quilombolas assisted in the CRAS of the territory and the technical staff. Thus, it was observed that the assistance to quilombola families has been precarious due to the dismantling of social policies that manifests itself through cuts in human and financial resources, as well as the absence of the necessary training for the team to deal with the specificities of the users, as advocated by law. This led us to identify a trace of the expression of structural racism, considering that this is a public social equipment that deals with a significant number of black users who declare themselves quilombolas, and allowed us to conclude that it is still a challenge, both for the team and the users, to ensure the provision of dignified services that respect the singularities of the population, especially the quilombola culture and its singularities

Keywords

CRAS Quilombola; Social Assistance Policy; Quilombo; Decolonial.

Sumário

1. Introdução	15
2. A formação sócio histórica do Brasil e a marcada influência na população negra do século XXI	23
2.1 A tentativa de apagamento racial como traço do colonizador	39
2.2. A realidade brasileira e o lugar dos Quilombos no território	42
2.3 A especificidade dos Quilombos do território do Sapê do Norte no estado do Espírito Santo	52
3. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e seus sujeitos	57
3.1 A Política Nacional de Assistência Social na atenção aos Povos Tradicionais	65
3.2. Os Equipamentos sociais e equipes: fortalezas e fragilidades	73
4. A atuação do CRAS Quilombola Negro Rugério: conhecendo a realidade por meio das falas dos sujeitos	78
4.1 Caracterização do campo de estudo: população atendida e suas peculiaridades	80
4.2 O olhar da equipe técnica especializada a respeito do trabalho desenvolvido	91
4.3. Os quilombolas: usuários do serviço?	95
5. Considerações Finais	106
6. Referências Bibliográficas	109
7. Apêndices	117
Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	118
Apêndice 2 - Roteiro de Entrevistas com usuários quilombolas	119
Apêndice 3 - Roteiro de entrevista com equipe técnica	120

8. Anexos	121
Anexo 1 – Certidão da comunidade de Santana emitida pela Fundação Cultural Palmares	121
Anexo 2 - Parecer do Conselho de Ética da Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro	122

Lista de gráficos e figuras

Figura 1: Quadro indicativo da presença da população Quilombola na Região do Sapê do Norte	15
Figura 2- Mapa das comunidades quilombolas do Território do Sapê do Norte	53
Figura 3 - Tabela criada pela pesquisadora com dados da cartilha de orientação do CRAS (2009)	78
Figura 4- Mapa do Município de Conceição da Barra	78
Figura 5- Foto da fachada do CRAS Quilombola	80
Figura 6- Foto da representação da área de abrangência	82
Figura 7 - Área de abrangência de acordo com site da prefeitura de Conceição da Barra	82
Figura 9 - Foto da entrada do CRAS Quilombola	88
Figura 9 - Foto da recepção do CRAS Quilombola	89

Lista de abreviaturas e siglas

ASQ – Agenda Social Quilombola

BPC - Benefício Prestação Continuada

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

CQNR – CRAS Quilombola Negro Rugério

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

FCP – Fundação Cultural Palmares

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MN – Movimento Negro

MNU – Movimento Negro Unificado

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência

Social

PAA – Programa de Aquisição de Alimento

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Introdução

Esta dissertação é fruto da pesquisa de mestrado referente ao estudo realizado sobre O Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Quilombola Negro Rugério e suas especificidades no atendimento à população usuária do território do Sapê do Norte – ES, região localizada no estado do Espírito Santo que contempla mais de um município, a saber: o município de Conceição da Barra e São Mateus, com 32 comunidades quilombolas, com aproximadamente 4.000 famílias concentrando um número significativo de população quilombola.

Figura 1: Quadro indicativo da presença da população Quilombola na Região do Sapê do Norte



Fonte: IBGE, 2019. Disponível em <https://www.google.com/search?q=mapa+popula%C3%A7%C3%A3o+quilombola+Concei%C3%A7%C3%A3o+da+Barra+e+S%C3%A3o+Mateus>

O estudo teve como objetivo central analisar a efetividade da atuação especializada do CRAS Quilombola Negro Rugério, considerando o respeito as singularidades e a cultura da população atendida, e para tanto buscou.: verificar quais são as ações especializadas desenvolvidas pela equipe do CRAS em observância às singularidades das comunidades atendidas; identificar os principais desafios para cumprimento das normativas pela equipe técnica; mapear as demandas da população atendida no CRAS e ainda levantar junto a população atendida os limites e as possibilidades na realização dos atendimentos.

O universo acadêmico nos permitiu ter acesso e convivência com uma realidade que por diferentes aspectos, nos levou a perceber, sobretudo sentir na

pele, como meu corpo preto não era bem-vindo naquele espaço, permeado por histórias e manifestações racistas. E durante o período da graduação em Serviço Social por meio do aprofundamento e ampliação dos debates nas disciplinas, foi possível por muitas vezes refletir sobre esta realidade, e ao chegar no período em que foi necessário pensar no tema de pesquisa para conclusão da graduação, a questão racial se fez presente como tema central, pois já tinha como certa essa discussão, mas apenas precisava pensar qual objeto central que iria investigar, diante de tantas possibilidades.

Então, a partir da vivência universitária, somada a participação em aulas de campo e debates acerca do tema, foi possível produzir junto com mais duas amigas o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “O papel da Comissão Quilombola nos conflitos sócio territoriais do Sapê do Norte, que teve como finalidade estudar o papel da comissão quilombola nos conflitos socioterritoriais local, se constituindo assim, como ponto de partida para outros estudos ligados à questão da população quilombola no Espírito Santo.

A pesquisa além de nos oportunizar a ampliação de conhecimento, nos aproximou da minha ancestralidade quilombola, do Sapê do Norte, onde minha família materna é originária, e para além desse interesse, também registra-se a importância do trabalho enquanto assistente social, no sentido de contribuir para construção e aprofundamento de estudos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas específicas que respeitem as singularidades, sem ferir a dignidade e ainda para não reproduzir mais violência e racismo para esses sujeitos, tão violentados historicamente pela sociedade brasileira, que muitas vezes não nos reconhecem.

Por isso, a ideia neste trabalho foi dar continuidade as pesquisas realizadas no período da graduação, e para tanto estudar a efetividade do atendimento especializado no CRAS Quilombola Negro Rugério e suas especificidades no trato direto com a população usuária do território, considerando que esse equipamento social tem como especificidade atender a população Quilombola do território do Sapê do Norte, município de Conceição da Barra/ES.

Registramos que sou uma autora preta¹, e em alguns momentos, no decorrer da dissertação, sobretudo quando mencionamos a população negra, optamos por utilizar o nós, e não o eles, isto porque não teríamos como falar de nós, negros, sem nos incluir, enquanto coletivo, nesse lugar de pertencimento.

Consideramos que o tema do estudo seja relevante, pois a assistência social especializada para população quilombola, além de ser um ponto previsto na Política de Assistência Social e em suas normativas, é também importante no processo de instrumentalização de equipes que desenvolvem trabalhos na área. Contribuindo assim, para explicitar os limites e possibilidades da relação da PNAS com comunidades tradicionais, e particularmente com quilombolas, e ainda subsidiar novas práticas, assim como suscitar novas pesquisas com aprofundamento da matéria.

Cabe ressaltar, que mesmo a normativa existente, regulando ações na área da assistência social, tanto no que tange ao acesso e garantia de direitos, bem como o respeito às singularidades dos quilombolas, registramos que desde o começo desta pesquisa, o contato inicial com gestores, professores, pesquisadores e ativistas, poucos tinham conhecimento sobre a existência de um CRAS Quilombola, fator que já nos apontava que iríamos trilhar um caminho de grandes desafios, tanto do ponto de vista legal, na busca pelas normativas, como pela vivência de profissionais na área.

A busca por referências, exigiu procedermos um caminho exaustivo na realização das pesquisas documental e bibliográfica, considerando que não há muitos estudos na área voltados para a Política de Assistência Social com essa especificidade, assim como na existência de documentos oficiais e equipes especializadas na temática.

Esperamos que pesquisa possa servir de referência, pois se configura como uma contribuição acadêmica aos estudiosos do tema, bem como aos segmentos sociais de luta e militância contra o racismo estrutural, pois a proposta de elaborar um estudo focado no atendimento especializado realizado no CRAS Quilombola, além de ampliar o debate sobre a especificidade do tema, também permite sistematizar dados e informações que ao longo do tempo ficaram apenas

¹ Utilizo o termo PRETA para apontar minha cor, pautada na perspectiva de pertencimento e questão identitária, mas reconheço que no Brasil, a categoria racial oficial, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é negra.

restrito às normativas, sem maiores registros que pudessem servir de referência para pesquisadores interessados em temáticas similares.

Acreditamos, também, que este estudo poderá contribuir em termos de subsídios para instrumentalização no Serviço Social, uma vez que a representatividade da profissão tem buscado ampliar a construção do arcabouço teórico a respeito da questão racial, pois segundo Cruz (2017), em seus estudos, nas revistas de maior impacto da área, que atingiu um universo de 633 (Seiscentos e trinta e três) publicações entre artigos, ensaios e resenhas, a temática racial apareceu somente em 08 (oito) publicações representando 1%. Que tratava da questão racial, dos artigos publicados até o ano de 2009, revelando, com isso, a urgência do debate no interior da profissão. Embora saibamos que, da época do estudo realizado até os dias atuais, os índices vêm crescendo, e esta dissertação poderá ser incluída como mais uma contribuição.

Corroborando com a informação, é que a campanha do triênio do conjunto CFESS-CRESS 2017-2020 foi intitulada “Assistentes Sociais no combate ao racismo como forma de resposta da categoria aos anos em que o debate da questão racial esteve secundarizado, e sua aprovação demonstrou o interesse dos assistentes sociais e a urgência em debater o tema, que a nosso ver deve ser tratado em todos os espaços sócio-ocupacionais.

Cabe ainda registrar como ponto relevante, que esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, recebendo aprovação por meio do Parecer 97-2021- Protocolo 109-2021 (anexo). Fator que além de resguardar os aspectos éticos, enquanto elementos intrínsecos para a realização da pesquisa, também valida o compromisso acadêmico do desenvolvimento de estudos que respeitem o ser humano e enriqueçam a ciência.

Na busca de preservar o sigilo e a confidencialidade dos participantes, apoiadas pelo rigor acadêmico e ético da pesquisa, elaboramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (apêndice) que foi entregue e assinado pelos participantes, tanto os quilombolas, como a equipe técnica do CRAS Quilombola Negro Rugério.

Outro aspecto importante que merece registro, é o fato do início do desenvolvimento da pesquisa ter ocorrido no período de pandemia de Covid 19, oficializada pela OMS no mundo em 11 de março de 2020, e em função de ser

uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), ficamos inicialmente impossibilitadas da realização de trabalho de campo, pois uma das orientações sanitárias foi o distanciamento social em função do alto potencial de contaminação da doença infecciosa, por isso para segurança da pesquisadora e dos sujeitos da pesquisa, não foi possível o contato de forma presencial, inicialmente, considerando que as instituições em grande parte estavam com atendimentos remotos, e algumas realizavam contato presencial somente por meio de agendamento.

Sendo assim, como participamos de vários grupos de quilombolas do Espírito Santo, precisamente, os da região do estudo, no aplicativo - WhatsApp, enviamos questionários on-line para efetivarmos os primeiros contatos, objetivando identificar aqueles que acessavam o CRAS, e obtivemos o retorno de nove formulários preenchidos e a partir daí fomos selecionando os possíveis participantes, considerando além do território de abrangência, as comunidades mais perto e as mais distintas, do CRAS Quilombola Negro Rugério - CQNR e então realizamos as entrevistas, no período de janeiro a março de 2022.

Em relação ao formulário da equipe técnica, realizamos o contato inicial com a coordenadora, e solicitamos que ela repassasse para a equipe, e dos sete membros da equipe, obtivemos o retorno de dois formulários preenchidos.

Enquanto realizamos as ações remotas em função da pandemia, nos preparamos para a possibilidade da abertura sanitária, então além dos procedimentos internos de aprovação da pesquisa, para a realização do trabalho de campo, observação direta, e realização das entrevistas, caso fosse possível, enviamos inicialmente, solicitação de autorização para a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Conceição da Barra/ES, e recebemos o de acordo, conforme solicitação, em apêndice, e autorização, em anexo.

Somente após a vacinação contra COVID 19 ser efetivada, e ter uma maior abrangência, e ainda já ter indicação sanitária (OMS) que indicava a importância do respeito aos protocolos, e que já seria possível a retomada das atividades, obrigatoriamente, fazendo uso de máscaras e higienização das mãos e dos produtos a serem acessados; é que iniciamos o trabalho de campo, precisamente no mês de janeiro de 2022, e realizamos visita ao CRAS Quilombola Negro Rugério, objetivando proceder a observação direta, a fim de conhecer a equipe,

bem como a rotina do equipamento social. Fator que nos oportunizou já realizar entrevistas com um profissional da equipe técnica, e também com um usuário quilombola da comunidade de Santana que mora próximo ao CRAS.

Contudo, somente as duas entrevistas mencionadas foram as únicas realizadas presencialmente, pois as outras quatro, foram de forma virtual, devido ao surgimento da variante Ômicron² que novamente restringiu o contato pessoal, em função do seu potencial de contaminação ser voraz, o que não mais nos oportunizou encontrar outros usuários no equipamento social. Mas, as entrevistas foram viabilizadas e ocorreram de forma remota, por intermédio da plataforma Google Meet que nos deu condição de conversar com os participantes de forma tranquila e segura para ouvir e compreender um pouco mais sobre a realidade da área estudada.

Objetivando preservar a identidade dos participantes da pesquisa, codificamos as indicações das falas no caso dos quilombolas, a partir das referências dos locais de moradia dos participantes, a saber: **comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte que se fizeram presentes na pesquisa - Linharinho, Angelim e Santana**. Quando estivermos nos referindo aos quilombolas procedentes de Linharinho, iremos utilizar **Q.L.**; já os quilombolas de Angelim I, utilizaremos - **Q.A.I**; os quilombolas de Angelim II - **Q.A.II**; os quilombolas de Santana – **Q.S**, E por fim para a equipe técnica, utilizaremos **E.T.**, sinalizamos ainda, que como apenas foram duas pessoas da equipe técnica, respondentes, para preservar as identidades não iremos revelar os seus respectivos cargos.

A proposta metodológica que apoiou o estudo, foi de base qualitativa, pois nos permitiu fazer uma análise crítica a partir do referencial teórico, pautada numa leitura decolonial, na qual as categorias empíricas utilizadas foram a caracterização do campo de estudo, tomando como base a população atendida e suas peculiaridades; o olhar da equipe técnica especializada a respeito do trabalho desenvolvido e a escuta do povo quilombola como usuários do serviço.

2. A variante Ômicron (português brasileiro) ou Ómicron (português europeu) (também conhecida como linhagem B.1.1.529) é uma variante do SARS-CoV-2, o vírus que causa a COVID-19. A linhagem B.1.1.529 foi relatada à Organização Mundial da Saúde pela África do Sul em 24 de novembro de 2021. Em 26 de novembro de 2021, o Grupo Técnico Consultivo da OMS sobre a evolução do vírus SARS-CoV-2 designou a B.1.1.529 como uma variante de preocupação e a OMS deu a ele a designação Ômicron.[1]Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Variante_%C3%93micron_do_SARS-CoV-2

Na pesquisa procuramos agregar maior conhecimento a respeito da história dos quilombos e buscamos trazer um pouco a respeito da formação sócio-histórica brasileira, objetivando narrar alguns fatos, desde o surgimento dos quilombos no Brasil e a sua ligação com o continente africano, bem como buscamos compreender como está a sua ressemantização nos dias atuais, considerando ser um debate necessário para desmistificar o imaginário social, que ainda acredita que as lutas e o preconceito ficaram no passado.

Já em relação à Política Nacional de Assistência Social, buscamos além de apresentar a proposta como um todo, priorizar a análise, a partir da especificidade de atuação dos CRAS especializado na atenção à população tradicional, sobretudo os quilombolas, por ser a temática aqui estudada.

A dissertação está dividida em quatro partes, apresentando inicialmente a Introdução, que vai trazer uma apresentação inicial com as ideias a serem apresentadas no decorrer da pesquisa.

No segundo capítulo intitulado: A formação sócio-histórica do Brasil e a marcada influência na população negra do século XXI, apresentaremos a formação sócio-histórica do Brasil, trazendo as contribuições e como os negros foram importantes nesse período histórico, mostraremos o contexto do surgimento dos quilombos no Brasil e na África, priorizando trazer fatos históricos numa visão decolonial, a partir das lutas, guerrilhas, levantes dos negros escravizados diferenciando do que é historicamente contado – de que os escravizados aceitaram essa condição sem promover nenhum tipo de movimento contraditório ao sistema escravocrata.

Trabalhamos a partir das seguintes subdivisões. O primeiro tópico traz “**A tentativa de apagamento racial como traço do colonizador**”, seção em que buscamos trazer as tentativas de embranquecimento da população, seja por meio da miscigenação, seja pelas políticas eugenistas, trazendo a influência da elite nesse processo. No tópico seguinte chamado “**A realidade brasileira e o lugar dos Quilombos no território**”, trabalhamos a situação dos quilombos na sua contemporaneidade, evidenciando de que maneira se dá o processo de ressemantização e assim trazendo a principal entidade dos quilombos na atualidade a CONAQ; Já no último tópico deste capítulo, denominado “**A especificidade dos Quilombos do território do Sapê do Norte no estado do Espírito Santo**” apresentaremos a área do Sapê do Norte, descrevendo um

pouco da sua formação, sobre as suas manifestações culturais e religiosas, no intuito de apresentar a realidade do campo de estudo.

Caminhando para o terceiro capítulo intitulado: **A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e seus sujeitos**, procuramos apresentar a Política Nacional de Assistência Social, o seu contexto de surgimento e os rebatimentos que vão se impondo a partir da sua efetivação, o primeiro tópico em que se apresenta A Política Nacional de Assistência Social na atenção aos povos tradicionais”; no qual falaremos como a PNAS chega nesses territórios e qual foio contexto dessa inserção. No segundo tópico **“Os equipamentos sociais e equipes: fortalezas e fragilidades”**. Iremos discutir sobre o Centro de Referência de Assistência Social e como se dá essa relação da política e desse equipamento social com os povos tradicionais, trazendo seus avanços no decorrer dos anos, apresentando os instrumentos legais que amparam a existência e funcionamento do CQNR.

No quarto e último capítulo intitulado: **A atuação do CRAS Quilombola Negro Rugério: conhecendo a realidade por meio das falas dos seus sujeitos**, é o capítulo dedicado a analisar as entrevistas a partir da seguinte subdivisão; **Caracterização do campo de estudo: população atendida e suas peculiaridades** nessa seção, faremos a apresentação da comunidade de Santana, onde está localizado o CQNR, com a apresentação da população quilombola atendida. Na seção seguinte denominada **“O olhar da equipe técnica especializada a respeito do trabalho desenvolvido”** vamos trazer as análises feitas a partir das falas da equipe técnica sobre o trabalho desenvolvido; e na seguinte intitulada **“Os quilombolas: usuários do serviço?”** Apresentaremos as análises realizadas a partir da fala dos usuários sobre os serviços ofertados. E por fim faremos nossas considerações finais, apresentando o balanço a respeito dos resultados encontrados no estudo, como forma de indicar pontos positivos e negativos a respeito da atuação especializada efetivada por meio do CRAS Quilombola Negro Rugério objeto desta dissertação.

2. A formação sócio-histórica do Brasil e a marcada influência na população negra do século XXI

*Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
(Samba Enredo – Mangueira 2019)*

O processo de colonização realizado por Portugal no território brasileiro foi marcado pela exploração e dominação dos que aqui já viviam, isto é, os indígenas, e também dos que foram sequestrados de suas terras no Continente Africano.

Sendo assim, identifica-se que a formação social brasileira é marcada pelos quase quatrocentos anos de escravismo colonial como afirma Moura (1983), mas segundo o autor, não fizeram uma análise mais profunda do modo de produção escravista, nas suas aderências sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que marcam a nossa sociedade atualmente. Ianni (1978) também vai escrever em seu livro *Escravidão e Racismo* características dessa formação, apontando que: “a formação social escravista era uma sociedade organizada com base no trabalho escravo do negro, índio, mestiço etc. na qual o escravo e o senhor pertenciam a duas castas distintas [...]” (Ianni, p. 13, 1978).

A escravidão apesar de ser considerada um crime contra humanidade, não existem documentos que registrem os dados estáticos da quantidade exata de escravizados que chegaram no país. E a falta de registros é atribuída segundo afirma Nascimento (1978), ao fato de que em 13 de maio de 1891, por ordem assinada pelo Ministro das Finanças da época Rui Barbosa, os documentos históricos e arquivos sobre escravidão e o comércio de escravizados foram destruídos.

Apesar da falta de dados estatísticos, encontramos nos escritos de Nascimento (1978) que fala sobre uma estimativa de 4.000.000 de africanos que chegaram ao Brasil sequestrados e trazidos para o país, o autor considera esse quantitativo abaixo do que seria razoável, com uma proporção aproximada de

desembarque de 38% para o porto do Rio de Janeiro, 25% no estado de Goiás, 13% na Bahia, 12% em Pernambuco, 7% para o estado de São Paulo e 5% para o estado do Maranhão.

Moura (1994) em seu livro *Dialética Radical do Brasil Negro*, nos traz uma importante contextualização do escravismo colonial, ele nos apresenta elementos de como se deu o processo e sua transição do escravismo pleno ao escravismo tardio. A fase do escravismo pleno ocorre de 1555 a 1850 quando foi extinto oficialmente o tráfico de negros, porém alguns estudos comprovam que o continuou de maneira clandestina e inclusive gerando riqueza para aqueles que praticavam a ilegalidade de traficar ainda os escravos. O tráfico negreiro, também chama atenção para a relação antagônica entre os senhores e os escravizados, essa dicotomia que se apresentava nos valores éticos, sociais e econômicos, com algumas convergências e divergências ideológicas e de comportamento.

O autor chama atenção para a existência da barragem social, enfocando que mesmo após o escravizado ser liberto, mesmo no pós-abolição como homem livre, continuava sendo negado acesso ao trabalho e as possibilidades de vida digna. Segundo Moura (1994) no escravismo pleno o aparelho administrativo montado na Colônia, tinha por interesse defender os senhores das insurgências dos escravizados, e também defender os direitos do Rei e tentando conter os negros e indígenas que se recusavam a trabalhar, que fugiam para os quilombos; nesse período de escravismo pleno os escravizados viviam uma espécie de corpo a corpo com os senhores e autoridades.

A fase do escravismo pleno segundo Moura (1994) ocorreu no período de 1550 a 1850 com o fim do tráfico internacional de escravizados, abrangendo o tempo colonial, na fase do reinado de D. João VI, o império de D. Pedro I e de D. Pedro II, esse foi um longo período de mais de trezentos anos, em que o modo de produção escravista se dinamizou no Brasil, com suas características que determinavam a relação dos senhores e escravizados. Outros segmentos como: instituições, autoridades, trabalhadores livres, artesãos, maquinistas, ferreiros e outras categorias não qualificadas eram ligadas pela subordinação aos senhores de terra. E na parte administrativa os governadores gerais e vice-reis eram subordinados a Portugal.

A organização administrativa da colônia tinha o governador geral Thomé de Souza, que era uma autoridade que primava pela obediência das leis do rei, mantendo a ordem pública, também era responsável por administrar as relações entre portugueses e indígenas, incentivar a construção naval, distribuir sesmarias em torno de Salvador, também obrigar os concessionários das sesmarias a construir fortificações, prover cargos públicos, entre outras obrigações (Moura, 1994).

De acordo ainda com Moura (1994) existia a função de Provedor-mor cuja atribuição era ser responsável pela parte fiscal referente a arrecadação da renda da colônia, organizando o serviço de alfândega e fisco, fiscalizava ainda serviços de funcionários da fazenda e ajudava o governador geral. No setor judiciário o Ouvidor Geral era a pessoa responsável a respeito de crimes, morte natural contra escravizados, peões, cristãos e gentios³ livres.

Esse sistema de organização administrativa colonial igualmente tinha como tarefa lidar com as revoltas dos negros e indígenas, que estavam cada vez mais aguerridos chegando a matarem um dos capitães-mores, o Pereira Coutinho. Nesse mesmo período os africanos escravizados também já iniciavam suas formas de luta, já com notícias de quilombo em 1575 (Moura, 1994).

Existia um conselho denominado Conselho Ultramarino que era responsável por enfrentar os desafios dos governos extra europeus da monarquia portuguesa, como forma de reforçar os canais de comunicação com o império, esse conselho garantiu grande margem de intervenção na administração colonial, controlando o circuito de serviços realizados no ultramar, e também a comunicação política entre a corte e entidades principais do ultramar, sendo extinto em 1833.

Cruz (2015) afirma também que essa centralidade que foi conquistada pelo Conselho Ultramarino foi estendida naturalmente a outras áreas, dentre elas a supervisão de processos de concessão de terras na América e algumas regiões da África, também era o conselho que confirmava as doações de terras das sesmarias.

Foi nesse contexto dessa estrutura rígida administrativa, judiciária e politicamente que a sociedade brasileira funcionou sem grandes modificações até

³ Os gentios eram os indígenas tidos como pagãos, considerados inocentes e selvagens, então eram batizados para marcar o início na vida cristã e assim eram doutrinados.

1850. A força exercida pelo Estado contra essa rebeldia escravista era necessária para não perder o poder e manter o equilíbrio social, entendendo a força como um elemento desse equilíbrio, base principal do antagonismo entre senhores e escravizados (Moura, 1994).

Segundo Nascimento (1978) em 1530 os africanos são trazidos à força para começarem a exercer a força de trabalho e em 1535 o comércio de escravizados se consolida no Brasil, e uma das atividades que tem grande relevância na colônia são as plantações de cana-de-açúcar que se espalham pelas costas do Nordeste, nos estados da Bahia e Pernambuco.

O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia (Nascimento, p.49, 1978).

Essa afirmação de Nascimento (1978) só reforça o quanto o negro contribuiu para a história e construção desse país, mas quem desfrutou da sua riqueza material foi a aristocracia branca, enquanto o negro se auto degradava no trabalho braçal nas plantações de cana-de-açúcar, café e mineração.

Os escravizados já estavam espalhados em todo território brasileiro, mas devido a plantação de cana-de-açúcar e seu processamento, a maior concentração foi na região nordeste, e com as descobertas do ouro e diamantes no século XVIII em Minas Gerais, gerando um deslocamento dos escravizados mais para o sul. Esse mesmo fenômeno se repete com a queda das atividades das minas no século XIX, dando início ao ciclo do café da qual as plantações estavam localizadas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, levando novamente a migração dos africanos mais para o sul (Nascimento, 1978).

Já os africanos livres, na época, eram os doentes, idosos, aleijados e mutilados, sobreviventes aos horrores da escravidão como descreve Nascimento (1978), elucidando que esses não possuíam mais capacidade produtiva e estavam nas ruas jogados à própria sorte, a saber: “[...] o que a História do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala dos "africanos livres" (Nascimento, p.65, 1978).

Nesse sentido, segundo Moura (1994) para garantir o equilíbrio do sistema escravista, utilizava-se os instrumentos de coerção como: a cristianização

compulsória, o tronco, a prostituição forçada, o açoite, desarticulação familiar a etiqueta escrava em relação ao senhor. As manifestações contrárias eram:

Desobediência, do escravo, a malandragem, o assassinio de senhores e feitores, a fuga individual, a fuga coletiva, a guerrilha nas estradas, o roubo, o quilombo, a insurreição urbana, o aborto provocado pela mãe escrava, o infanticídio do recém-nascido, os métodos anticoncepcionais empíricos e a participação do escravo em movimentos da plebe rebelde. (Moura, p.23, 1994)

Por meio da contribuição de Moura (1994) referente à racionalidade do sistema escravista, é possível identificarmos as ações e movimentos de repúdio as práticas efetivadas pelos brancos na direção dos negros e rompermos com a ideia do senso comum que diz que os negros foram totalmente pacíficos em relação ao sistema escravista, que passaram esse período de forma conformada, sem provocar qualquer ameaça ao sistema vigente.

Trazer elementos desse período para nosso estudo, torna-se fator relevante, considerando que se constitui como a chave de compreensão de inúmeros pontos que serão abordados e analisados no decorrer da pesquisa. Isso porque intencionase apoiar-se em um posicionamento decolonial, objetivando dar destaque aos movimentos e sujeitos, tais como: Balaiada, movimentos de insurreições, revoltas, levantes, dentre outros que são esquecidos na história, mas foram fundamentais no período escravocrata.

Revalorizar a “República de Palmares” como uma organização que ameaçava a estrutura militar colonial, destacando personagens que embora não sejam protagonistas nos principais livros de história pelos diversos autores que discorrem sobre a temática, foram importantes para trazer a relevância das revoltas, que marcaram a participação negra no período escravocrata, seja nas insurreições, revoltas, quilombos ou movimentos para mudança do sistema escravista, conforme aponta Nascimento (1978):

As insurreições negras se espalhavam por todo o território do país desde o começo da colonização, e permaneceram até as vésperas da Abolição em 1888. Mais de vinte quilombos, verdadeiras cidadelas reunindo africanos fugidos da escravidão, se contam nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (Nascimento, p.59, 1978).

A “República de Palmares” (séc. XVI) de acordo com Nascimento (1978) se constituía como um verdadeiro estado africano, um acontecimento excepcional, construído no seio das florestas de Alagoas por escravizados fugitivos, resistindo

a mais de vinte e sete expedições militares que eram enviadas por Portugal e também pelos holandeses, a população palmarina chegou a cerca de 30 mil pessoas entre elas, mulheres, homens e crianças.

Palmares até hoje representa um dos maiores símbolos da resistência negra desde o período da colonização, um dos seus principais líderes tem reconhecimento internacional – Zumbi dos Palmares, cuja data de sua morte, 20 de novembro, foi instituída como Dia da Consciência Negra, época em que os movimentos negros realizam diversos protestos pelo Brasil na luta pelos direitos da população negra, em alguns municípios do país foi constituído feriado municipal.

Demonstrando como a condição do escravizado era desumana, ele era descartado independente da fase da vida que estivesse, não tinha preocupação em ter custos com sua recuperação ou cuidados caso fosse necessário, optava-se por adquirir outro escravizado (Nascimento, 1978).

Nessa condição, era tratado como uma mercadoria, tanto que o escravizado poderia ser vendido junto com um saco de café que ele mesmo produziu (Moura, 1994).

[...]o valor do escravo está diretamente relacionado com os custos da sua obtenção, que são diretamente relacionados com os custos do apresamento e ao de sua manutenção. (Moura, p. 26, 1994)

De acordo ainda com autor Moura (1994) os custos dessa compra ficam por conta do comerciante escravista, e esse custo varia conforme a quantidade disponível do estoque, que até mesmo pode gerar desperdício de escravizados, pois os senhores definitivos devem sustentar os filhos e os mais velhos (aos que sobrevivem).

O tratamento descuidado e os abusos de que eram vítimas, provocaram uma alta taxa de mortalidade infantil entre a população escrava. No Rio de Janeiro, cidade onde teoricamente os escravos⁴ desfrutavam melhor tratamento de que em qualquer outra parte do país, a mortalidade infantil se elevava a uma taxa de 88%. (Nascimento, p.58, 1978)

O autor Nascimento (1978) nos alerta para uma estratégia utilizada pelos senhores, o envio de escravizados para guerras de destruição dos dirigentes brancos, e os africanos eram cooptados por meio da promessa de liberdade para os que se alistassem, então muitos se inscreveram em busca da liberdade, essa

⁴ Como autora não utilizo a palavra escravo, e sim escravizado, mas no caso das citações diretas, é necessário respeitar a autenticidade do texto e dos autores.

estratégia comprometia o sangue negro em prol do sangue branco mais uma vez, Nascimento (1978) também traz o exemplo desse fato na guerra de expulsão dos holandeses em Pernambuco (século XVII), também na guerra do Paraguai (1865-70).

Desde sua chegada da África aqui no Brasil, o tempo de vida do escravizado era em média de sete a oito anos, depois disso ele já não servia mais para cumprir suas obrigações do trabalho como afirma Nascimento (1978).

O autor Abdias do Nascimento (1978) nos apresenta uma face da história da escravização que é pouco conhecida, ele vai abordar sobre o confronto dos africanos para com a igreja católica, instituição que teve um papel muito importante para conforma-los a sua condição de escravizados, mas que eles não aceitavam as condições impostas que enfocavam que tinham aptidão natural para o trabalho forçado e buscavam sua docilidade ao regime, como forma de enfrentamento a essas imposições, eles protestavam por meio de fugas, cometendo suicídio, revolta e insurreição.

Outra forma de protestar contra essas imposições, de forma pacífica e não violenta, era com o banzo, que era uma tristeza profunda em que o escravizado ia silenciando, sem energia, em silêncio, morrendo aos poucos até se acabar lentamente, de acordo com Nascimento (1978).

A compra de africanos escravizados era um tipo de investimento, que proporcionava lucro aos traficantes, mas esse investimento era de curta duração devido as condições de vida que os escravizados eram submetidos. O seu tempo de vida não era muito longo, em torno de sete a dez anos, sem contar com a possibilidade de fuga, guerrilhas, formação de quilombos, insurreições urbanas e o suicídio segundo Moura (1994).

Andrade (2011) nos aponta como a má qualidade de vida dos escravizados traziam inúmeras consequências, acarretando facilmente em doenças contagiosas, problemas gastrointestinais relacionados a má alimentação, eles tinham uma maior vulnerabilidade às enfermidades endêmicas e epidêmicas, assassinatos e lesões que eram provocados na hora do parto, que era feito por parteiras ou alguém com algum conhecimento prático. As doenças infectocontagiosas geram impacto na redução do tempo de vida das crianças, devido a condições insalubres das senzalas e falta de tratamento. Castellucci Junior (2010) também vai falar sobre essa condição de vida do escravizado

Além de objetos pessoais e da ração fornecidos pelo senhor, à base de farinha e carne-seca, os cativos compunham sua dieta alimentar com carne de baleia moqueada e salgada, verduras, cultivadas em pequenas rocinhas que faziam nos quintais da fazenda, além das frutas que colhiam e animais domésticos e silvestres abatidos nas matas. Complementavam sua alimentação também mariscando, apanhando ostras, caranguejos, siris, secando peixes salgados em camas de palhas, para armazená-los em sacas e irem comendo aos poucos. (Castellucci Junior, p. 206, 2010)

Então os escravizados eram submetidos às piores condições de vida, entre eles lidar com a perda do outro era comum, e sempre na perspectiva de servir de exemplo para que o outro não fizesse o mesmo.

[...] o Código criminal de 1835 trazia a pena de morte como uma das possibilidades de castigo aos escravos e escravas, o qual ainda era aplicado inúmeras décadas depois (Fabricio, p.104, 2021).

Diferente do que é a história amplamente divulgada e contada, de que os negros aceitaram a escravidão de modo passivo, Becker (2010) vai dizer sobre como os escravizados aproveitavam as lacunas para obterem algum tipo de conquista, como melhorar suas condições de vida e também a conquista da liberdade, a autora também relata sobre como os senhores utilizavam da sabedoria dos cativos para curar suas doenças, por meio dos feiticeiros, boticários, sangradores e curandeiros e esses obtinham até uma "ascensão" na sociedade devido a esse conhecimento que era válido para o senhor.

Na época do escravismo pleno como é classificado por Moura (1994) e descrito acima, houve grandes manifestações de resistência ao escravismo, por meio de fugas, que vão da intermitência nacional da quilombagem, crimes individuais contra os senhores, suicídios, assaltos nas estradas e engenhos, guerrilhas.

Cabe evidenciar as formas de luta que os escravizados realizavam na contramão do sistema escravista, lutas essas que são minimizadas na história como forma de perpetuar que os negros aceitaram a escravidão de forma passiva, mas houve Balaiadas, movimentos de insurreição, revoltas e levantes, movimentos em que os negros eram os principais personagens.

No Samba Enredo de 2018, a Paraíso Tuiuti diz “Não sou escravo de nenhum senhor”, ao remeter aos enfrentamentos que os escravizados tinham no Brasil Colônia, como forma de dizer que não aceitavam o que lhe era imposto, o samba ainda menciona o quilombo como o lugar de libertação.

A história da rebeldia escrava antecede aos movimentos do período regencial e se prolonga até a oficialização da abolição da escravidão. A rebeldia dos escravos existiu desde o início do regime escravista (Dias, p. 81, 1995).

Sobre as insurreições, os primeiros registros documentados de acordo com Silveira (2019) são que acompanhavam as fazendas e engenhos de açúcar, no sul da capitania de Pernambuco, onde depois iria se formar o quilombo dos Palmares, o maior território quilombola de todas as Américas.

O autor Clóvis Moura (1959) em sua obra *Rebeliões da senzala*, vai falar sobre os movimentos que os negros fizeram para romper com sistema escravista em que estavam inseridos, inclusive o autor foi pioneiro em trazer de forma sistemática esse fato histórico.

Moura (1987) também nos traz o termo quilombagem referindo-se a um movimento de rebeldia que era permanente e organizado, movimento de emancipação que veio antes do movimento liberal abolicionista, dirigido pelos próprios sujeitos escravizados, que estiveram presentes em todo território nacional, foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista.

A partir da leitura de documentos coloniais e imperiais é possível encontrar no Código Criminal, artigo 13, uma espécie do que seria a definição de insurreição, que, segundo nos demonstra Almeida (2011), seria considerada insurreição uma reunião de vinte ou mais escravizados na busca por liberdade por meio da força.

Reis (2014) nos aponta para algumas revoltas negras que aconteceram na Bahia, movimentos que tinham a presença de diversas etnias como haussás, fulanis, bornos, baribas (Borgu), tapas (Nupe) e nagô (Oyó).

Em 1814, na primeira metade do século XIX houve uma revolta na Bahia, segundo o autor Reis (2014) essa revolta envolveu escravizados de Salvador e subúrbios litorâneos, que tinham sua origem no Sudão Central, trazidos para a Bahia. A Bahia foi um importante palco de revoltas, sendo uma das mais conhecidas a Revolta dos Malês em 1835.

A rebelião se caracterizou, inicialmente, como um conflito interno à comunidade muçulmana, feito com o objetivo de purificar o Islã, de expurgar costumes, práticas e comportamentos considerados desviantes, entre os quais o sincretismo com crenças pagãs locais, a fidelidade a governantes não piedosos, a escravização de muçulmanos (Reis, p. 72, 2014).

Assim sinaliza Reis (2014) que a revolta de 1814 acaba por se destacar por ser a mais bem-sucedida, como o dia que antecedeu a revolta foi o domingo, pode ser feita uma mobilização dos escravizados por ser dia de folga, tendo eles mais liberdade para circular, até mesmo sumir por horas sem que os senhores notassem.

O autor supracitado menciona que na revolta foram utilizadas armas que os escravizados estavam acostumados a manejar nas guerras de suas terras como: arco, flecha, lança, cutelo, machado, espada e archote que foi citada como parte do arsenal usado, poucas eram as armas de fogo por serem de mais difícil acesso tanto aqui no Brasil como do outro lado do Atlântico.

[...] fabricou pontas de flechas de ferro para os quilombolas. Benedito deve ter trazido essa habilidade de seu país, uma vez que arcos e flechas eram as armas mais empregadas pelo haussás [...] (Reis, p.97, 2014).

A partir dessas informações é notável como a influência da vida dos escravizados em suas regiões no continente africano, e como o seu conhecimento em relação às armas ou formas de guerrear pode ser aproveitado, nesse momento de organização de revoltas, insurreições e rebeliões.

Outro movimento que contou com a presença dos escravizados foi a Balaiada, segundo relatos a participação deles não começou de forma expressiva por inicialmente ser um movimento em que a elite estava insatisfeita e depois o movimento foi ganhando força e aderência das classes mais populares.

De acordo com a autora Dias (1995) a Balaiada foi um movimento social que ocorreu no final de 1838 até o fim de 1841 nas regiões do Piauí, Maranhão e Ceará.

[...] a Balaiada foi um dos maiores conflitos ocorridos no Maranhão, desencadeado por questões políticas entre partidos liberais (bem-ti-vis) e os conservadores (cabanos) e simultaneamente por vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos e negros) (Luz, p.4, 2016).

De acordo com Dias (1995) essa participação popular é atribuída a forma como o Barão da Parnaíba governava o Piauí, que era considerada uma forma arbitrária e clientelista, causando esse sentimento de revolta nos setores populares. “Inicialmente, a filosofia da Balaiada era conquistar a ferro e fogo o mesmo direito e privilégio reconhecidos aos portugueses e seus descendentes diretos” (Luz, p. 10, 2016).

A Balaiada por ter sido um grande movimento e ter se espalhado em regiões tinham diversos líderes, mas aqui limitaremos-nos a falar de um líder que é

o Cosme, pois ele era um ex-escravizado, comandava um quilombo e sua participação na Balaiada foi um marco, fazendo até com que durasse mais tempo devido a resistência dos quilombolas segundo Dias (1995). “Nessa luta de camponeses e vaqueiros livres participaram também milhares de escravos, liderados pelo Zumbi maranhense, o Cosme” (Assunção, p.71, 2010).

No que tange ao surgimento de leis que propiciaram a discussão racial, no Brasil, temos como momento relevante a inauguração da Constituição Cidadã CF 1988), cujo papel é de extrema importância na história do país em relação aos direitos sociais.

De acordo com Pires e Cittadino (2013) a Constituição Federal de 1988 foi um grande marco, pois na sua elaboração contribuiu para que pessoas de diversos movimentos sociais e instituições ganhassem espaço; dando uma pluralidade a essa constituinte, o que possibilitou que a questão racial entrasse nessa carta constitucional.

As autoras Pires e Cittadino (2013) afirmam que em outras Constituintes houve tentativas para que a questão racial fosse abordada como na de 1946, influenciados pela redemocratização após a ditadura do Estado Novo, na Convenção Nacional do Negro organizada por Abdias do Nascimento, levando demandas para CF de 1946 dentre elas a criminalização do racismo, porém não houve êxito. As autoras apontam também para outra tentativa na constituição de 1967, mas dessa vez o tema preconceito racial foi abordado mesmo que de forma repressiva.

O regime militar, por reprimir todas as formas de resistência social, sufocou a atuação do Movimento Negro e utilizou o mito da democracia racial para justificar o discurso da unidade da sociedade brasileira e transformar discussões sobre racismo em matéria de segurança nacional (Pires e Cittadino, p.105, 2013).

Não podemos perder de vista que essa negação do aparecimento da questão racial nas constituições federais, seja na forma de enfrentamento ao racismo a partir de punições, está ligada ao fato do Estado ainda defender a ideia de que no Brasil vivemos uma democracia racial, então colocar na constituição que o racismo deve ser repreendido ou punido significa admitir a existência dele.

De acordo com Almeida (2017) as dimensões de viver dos povos africanos foram aniquiladas pelos interesses da imposição do padrão civilizatório euro- norteamericano, que geraram consequências cujos seus rebatimentos são sentidos

até os dias de hoje pela população negra, e respondida com ações políticas de contestação e resistência a sociabilidade burguesa.

Portanto, a marca da colonização é expressa nas relações sociais aqui estabelecidas com a população negra no Brasil, que tinha sua própria identidade e conhecimento negado, tendo que assumir uma identidade eurocêntrica como ideal.

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (Quijano, 117, p. 2005).

Segundo Almeida (2017) um dos saldos perversos do colonialismo europeu para o negro brasileiro, foi o seu deslocamento dos espaços de visibilidade conquistados com muita luta, a partir de suas trajetórias individuais e coletivas no período anterior à república. O projeto de sociedade que foi imposto pelas elites brasileiras no pós-abolição tinha como referência o padrão europeu.

Como afirma Quijano (2005) uma espécie de ordem cultural global, que girava em torno da hegemonia europeia ou ocidental, esse novo padrão de poder mundial não se limitava a economia, era um controle da subjetividade, da cultura, do conhecimento e da produção.

Mesmo estando hoje no século XXI as marcas produzidas pelo processo escravocrata no Brasil, ainda revelam uma realidade para nós negros, marcada pelo registro genocida, basta verificarmos os dados dos estudos sobre encarceramento em massa, feminicídio, necropolítica, extermínio da juventude negra, nutricídio, o racismo ambiental, pontos que são marcas do próprio colonialismo, a saber:

Tratamos como colonialismo, o movimento de dominação de um povo sobre o outro a partir de uma relação verticalizada que se encerrou, em datado período histórico, com a independência dos países colonizados e a colonialidade trata-se da perpetuação desse movimento que, mesmo após ter sido encerrado historicamente com a independência dos países, ainda possui uma grande força de dominação em diferentes âmbitos da vida dos povos que foram colonizados (Maia De Melo, p. 232, 2020).

Ao trazer esse conceito para nossas análises, afirmamos que acreditamos que as formas de opressão, que hoje nós negros estamos submetidos, está diretamente relacionada à colonialidade do poder, causadas pela colonização.

Conforme Nascimento (1978), após a abolição da escravatura, os africanos e seus descendentes foram jogados à própria sorte, tirando toda responsabilidade dos senhores, do Estado e da igreja, qualquer gesto de solidariedade não existiu segundo Nascimento (1978).

Como resultado dessa colonização, podemos falar da política de extermínio dos negros, a Necropolítica, termo cunhado por Archille Mbembe (2016) – filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense, que vai trazer a discussão dos corpos matáveis de quem pode viver quem pode morrer, tendo tudo a ver com o processo de genocídio que está em curso no Estado Brasileiro. “[...] territórios sob a lógica da necropolítica, os homicídios, a precária infraestrutura urbana, a escassez de equipamentos públicos e a violência policial podem ser considerados como mecanismos de controle e gestão da vida” (Adão, s/p, 2018).

Uma dessas marcas coloniais se evidencia nos registros de encarceramento em massa da população negra. De acordo com Nova (2021), dados de 2017 indicam que 64% da população carcerária eram negros, e desses, 40% ainda não tinham tido sequer seus processos julgados ou foram condenados. Registra-se o fato de prisões do século XXI serem consideradas os navios negreiros da modernidade, pois sinaliza o alto índice dentro do sistema prisional de negros.

Segundo Nova (2018) o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking dos países que mais encarceram sua população no mundo, estando atrás dos Estados Unidos e da China, isso demonstra a fragilidade de um sistema de justiça e uma política criminal que prende demasiadamente, sem oferecer condições necessárias para atender a população carcerária.

Nova (2018) aponta que 55% da população prisional é composta por jovens de 18 a 29 anos, o que nos leva a outra marca colonizadora no país, que é sobre a precarização das políticas de atenção aos jovens, sobretudo os negros. Esses dados só confirmam o que os movimentos sociais ligados aos direitos humanos já sinalizam há algum tempo, em relação ao encarceramento em massa dos negros, a violência nesses espaços de privação de liberdade e a violação dos direitos dessa população carcerária.

A realidade para nós jovens negros, no que tange a discussão sobre violência é assustadora, existe um medo eminente em relação as nossas vidas, se vamos voltar para casa, um medo de ser acusado injustamente de ser apontado,

pois somos alvos diários: “80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo, quem disparou usava farda (mais uma vez), quem te acusou, nem lá tava” (banda de espírito de porco 2019).

Esse trecho da música chamada *Ismália* do Rapper *Emicida*, que tem sido apresentado ao mundo a realidade que nós negros vivemos no Brasil, nesse trecho em específico, ele faz referência ao assassinato do músico⁵, que teve seu carro alvejado com mais de 80 disparos, que pelo contexto já fica evidente que a cor do músico é negra, nesse trecho também aborda sobre a pele negra ser alvo e representar ser uma pele passível de receber acusações.

De acordo com *Borges* (2019) mais de 30 mil jovens são assassinados no Brasil por ano, resultado da violência urbana e cotidiana e desses 30 mil jovens, 23 mil são negros.

A Lei Antidrogas nº 11. 343/2206, também vai servir como uma forma do Estado criminalizar ainda mais a juventude negra, pois em seu artigo nº 28,

2º... Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Para diferenciar quem é usuário e quem é traficante, trazendo um caráter subjetivo ao julgar essa apreensão, ressaltando que nós⁶ negros somos sempre comumente colocados nesse lugar marginal, essa lei também é conhecida como uma estratégia de guerra às drogas.

Conforme *Nova* (2018) essa guerra às drogas têm como um dos principais objetivos a exclusão da população negra, a deixando cada vez mais longe dos grandes centros, também chama atenção para o seu caráter higienista e a manutenção do racismo na sociedade, criminalizando os pobres e negros e a periferia.

Evidenciando assim o caráter punitivo e seletivo do sistema penal brasileiro, que atinge de forma intensa os jovens, negros e periféricos no seu direito fundamental – o de ir e vir; e muitas vezes são abordados e levados como suspeitos, sem nenhuma suspeita, apenas por ser negro (*Nova*, 2018).

⁵ Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, foi morto a tiros após ser baleado em uma ação do Exército na região da Vila Militar RJ, foram disparados 80 tiros contra o carro em que estava o músico e sua família, o sogro também foi baleado.

⁶ Em alguns momentos utilizo o pronome nós me colocando enquanto negra

Borges (2019) afirma que o Estado brasileiro é quem corrobora na propagação do discurso que considera que os negros são sujeitos que devem ser temidos e devem ser reprimidos, e a partir disso a sociedade é endossada por esse discurso ideológico que incentiva a violência, prisões, tortura e o genocídio.

Se, por um lado, para a instituição de colonialismo foi utilizada uma filosofia religiosa para a superexploração de corpos negros, por outro, é o estereótipo formulado no período pós-abolicionista que seguirá perpetuando uma lógica de exclusão e conseqüentemente extermínio da população negra brasileira. Esse poder sobre corpos negros é exercido em diversas esferas (Borges, p.41, 2019).

A autora supracitada ainda aponta que com isso ocorre a ausência de políticas públicas como falta de empregos, saneamento básico, saúde integral, e reforça como o Estado alimenta esse medo na sociedade, causando mortes simbólicas o epistemicídio, mortes físicas e o encarceramento.

Para termos a dimensão do quanto nós negros somos afetados com a violência de diversas maneiras, dentro do próprio atlas da violência existe uma categoria que aponta para os dados de violência contra pessoas negras, e sem dúvidas a presença dessa categoria é de suma importância para se pensar ações para diminuir o crescimento desses números.

E não podemos deixar de pontuar que esse recorte racial no Atlas 2021 é uma luta e conquista do movimento negro de décadas, e infelizmente o apontamento do quesito raça ainda não é uma realidade em todos os órgãos, políticas, formulários que se consideram necessário que apareça.

Conforme demonstra o Atlas da Violência 2021, 77% das vítimas de homicídio são negras, com uma taxa de homicídio por 100 mil habitantes de 29,2. E em comparação aos não negros a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil habitantes, ou seja, a chance de o negro ser assassinado é 2,6 vezes maior em relação a pessoa não negra.

Em relação às mulheres negras, essas representam 66% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1 em comparação a taxa de 2,5 para as mulheres não negras.

Ao fazermos uma reflexão a partir desses dados podemos constatar que o Brasil é um para a população negra e outro para os não negros, pois os não negros são protegidos de alguma forma e os negros totalmente expostos.

Todas essas formas que apresentamos são as formas que o racismo se materializa na vida do negro brasileiro no século XXI, é necessário ultrapassar a

dimensão de que racismo é somente uma discriminação direta, quando somos barrados de entrar em algum lugar, ou quando somos ridicularizados pelo nosso cabelo, nosso fenótipo, ele é um sistema que funciona de maneira estrutural.

Almeida (2019) apresenta em seu livro *Racismo Estrutural*, três concepções de racismo: individualista; institucional; e estrutural. A concepção individual é concebida como uma espécie de patologia ou anormalidade, um tipo de fenômeno ético de caráter individual ou coletivo, com isso o autor afirma que essa concepção individualista diz que não há sociedade ou instituições racistas e sim indivíduos, por isso sanções civis, indenizações e penas, seriam suficientes para combater esse tipo de racismo.

O racismo institucional segundo Almeida (2019) não se resume a comportamentos individuais, ele traz uma dimensão maior, está ligado ao funcionamento das instituições, que atuam em uma dinâmica que traz privilégios para uns e desvantagens para outros, com base na raça. O racismo institucional opera a partir de grupos raciais que utilizam os mecanismos institucionais para agir de forma racista de acordo com seus interesses políticos e econômicos.

Quanto a concepção de racismo estrutural, Almeida (2019) versa que essa concepção foi um grande avanço no que tange os estudos das relações raciais, por transcender o âmbito individual e por frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, destacando não só o poder do indivíduo sobre outro, mas sobre um grupo sobre outro.

Borges (2019) corrobora com a ideia de Almeida (2019) sobre o racismo ser estrutural, mas ela considera que em relação ao sistema prisional o racismo ganha contornos mais profundos, pois ele é constituído e ressignificado historicamente, mantendo essa opressão que tem na hierarquia racial um dos pilares de sustentação.

A partir das reflexões pode-se depreender que os negros mesmo fazendo parte da formação social brasileira, tendo influenciado na língua, nas danças, cultura, culinária, no decorrer da história, eles vem sendo invisibilizados. Na história do Brasil, evidenciamos, portanto, bases racistas que constituem esse país apesar da enorme contribuição cultural de raiz africana.

Esse movimento de trazer a história contada sem excluir os personagens principais também é um movimento que culmina em compreendermos melhor de que maneira essa origem africana traz seus reatamentos e influência na existência

dos quilombolas na contemporaneidade, e como isso afeta na condição para que sejam usuários cada vez mais recorrentes de políticas públicas.

2.1 A tentativa de apagamento racial como traço do colonizador

A contextualização realizada no item anterior contribui para ampliação da nossa análise a respeito do processo de miscigenação no país, objetivando a promoção do apagamento racial. Munanga (2019) nos apresenta em seu livro *Rediscutindo a Mestiçagem*, elementos que influenciaram essa discussão no pensamento social brasileiro, pois o autor enfoca que a discussão ideológico-política da época entendia a diversidade racial brasileira como um problema, e no fim do século XIX e início do século XX a elite brasileira foi buscar na ciência europeia ocidental, que era considerada desenvolvida, uma maneira de resolver essa imagem.

Apesar de ter ido buscar respostas na ciência ocidental, os pensadores brasileiros elaboraram propostas originais, para caracterizar o pensamento brasileiro sobre a mestiçagem, Munanga (1999) aponta que o primeiro desafio foi com o fim da escravidão em 1888, pois a indagação era como construir uma nação, uma identidade nacional a partir dessa nova realidade, com cidadãos ex. escravizados negros: “Toda essa preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira” (Munanga, p.51, 1999).

Com isso a diversidade racial fruto do processo colonial, representava uma ameaça para elite vigente, um obstáculo na construção de uma nação que se pensava branca, por isso, segundo Munanga (1999), o tema raça tornou-se um grande debate, com teorias racistas disfarçadas de ciência, a possibilidade de a herança negra fazer parte da cultura brasileira era rejeitada, já que os negros até então eram vistos como coisa.

A autora Lobo (2008) traz elementos para a discussão sobre como os negros eram rejeitados, reduzidos à escravidão, e só teriam oportunidade de evoluir em contato com os brancos, portanto ela afirma que os negros eram considerados o monstro selvagem e canibal das Colônias, sendo responsabilizado por todas as mazelas sociais, e atrasos.

Devido a hierarquia racial, em que se constituía o Brasil, buscou-se práticas para aniquilar a quantidade de negros, indígenas e degenerados, que a elite considerava os indesejáveis.

Numa sociedade fortemente hierarquizada como a brasileira, onde, dentro da perspectiva de hierarquia racial, o branco europeu era considerado como sendo "civilizado e superior", os indígenas e os negros como "selvagens, primitivos e inferiores" os mestiços "degenerados", surgiram projetos de "salvação nacional", via o "amelhoramento da raça", ou seja, a eugenia (Maciel, p.126, 1999).

De acordo com Maciel (1999) a eugenia foi criada no século XIX, consiste em um conjunto de ideias e práticas relativas para o melhoramento da raça humana afirmando que essa proposição foi de grande sucesso, se mantendo por um longo período como justificativa para práticas discriminatórias e racistas, aqui no Brasil constituiu-se nas primeiras décadas do século XX.

[...] segundo os pressupostos eugênicos, a hereditariedade determinaria o destino do indivíduo, ou seja, as condições de sua vida já estariam dadas de antemão, e seu futuro desenhado ao nascer segundo a classificação de determinados critérios que o colocavam numa categoria "inferior" ou "superior" (Maciel, p.121, 1999).

A partir disso, o movimento eugenista buscava "melhorar a raça". Conforme Maciel (2019), para que isso acontecesse na prática estimulava-se a reprodução entre os que eram considerados "tipos eugênicos superiores" e impedia-se a reprodução dos que eram considerados "inferiores".

Essas ideias eugenistas foram valorizadas pela elite intelectual médica, então a política brasileira acreditava que por meio da eugenia poderia solucionar problemas sociais relacionados à população pobre, doente e analfabeta, de acordo com Rocha (2010) os eugenistas queriam convencer que somente essas medidas concretas poderiam solucionar o problema.

A quantidade de negros no Brasil era vista como um problema pelos intelectuais da elite brasileira, que não queria que o país fosse visto como um país de negros, com isso as ideias eugenista ganham força. Mas as práticas eugenistas não eram direcionadas somente aos negros, mas também aos doentes, aos pobres, escravizados e deficientes.

A proposta para solucionar o problema" consistiu em dar as condições para que o povo brasileiro se aproximasse, em termos raciais, do povo europeu passando por um processo de "branqueamento" (Rocha, p. 25, 2010).

Para isso um dos recursos violentos utilizados para o embranquecimento da população brasileira foi, o estupro da mulher negra pelos brancos da elite,

segundo Nascimento (1978) uma forma de diminuir a "mancha negra". Os frutos desses estupros eram considerados pardo, moreno, mulato, pardo-vasco, o fusco, o homem-de-cor, o autor reitera que esse crime de estupro contra mulheres negras ainda continuou por gerações.

E essa violência contra mulheres negras é uma das heranças coloniais que se perpetuam atualmente, quando pegamos os dados da violência contra mulher, é constatado como esse número de vítimas é maior quando a mulher tem a pele negra.

Santos e Stempniewski (2020) apontam o Atlas da Violência de 2019 que demonstra um crescimento na taxa de homicídios de mulheres negras de 29,9%, a de mulheres não negras aumentou 4,5%. Não queremos dizer aqui que as mulheres não negras não sofrem violência, mas chamar atenção de como o fator raça demarca uma violência maior.

Fazendo uma comparação com o Mapa da Violência de 2021 a desigualdade racial se mantém; enquanto o número de mulheres negras mortas teve aumento de 2%, no número de mulheres não negras mortas houve queda de 26,9% de acordo com dados do IPEA (2021).

Podemos inferir que esse ódio a raça, alimentado desde o período colonial, faz com que essas violências contra a mulher negra se perpetuem nos dias atuais, também como forma de aniquilação dos negros, que estão bem sustentadas, pois suas raízes coloniais ainda não foram destruídas.

Outra forma de aniquilar a raça negra, era por meio dos casamentos entre negros e brancos que segundo Nascimento (1978) aponta o objetivo dessa união era "branquear a raça". Durante os tempos da escravidão, essa política de embranquecer a população estruturava-se de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra (Nascimento, p.70, 1978).

De acordo com Lobo (2008) essa forma de união fazia parte das ideias eugênicas e que ocorreram na tentativa de se transformar essa regulamentação dos casamentos em projeto de lei, e foi apresentado na Câmara de Deputados no ano de 1927, tendo aprovação por parte das comissões de saúde e justiça, mas acabou sendo engavetado, não seguindo adiante.

Outro instrumento utilizado no processo de miscigenação foi o fluxo migratório, com a previsão de Arthur Gobineau (1870) de que em dois séculos a raça negra no Brasil deixaria de existir, Nascimento (1978) afirma também que os

valores seriam fortalecidos com a presença europeia, considerada uma raça superior. No período do século XX a ideia da política do embranquecimento era o desaparecimento do negro com a salvação do sangue europeu, e foi estabelecido no Decreto nº 528 de 28 de junho de 1890, como uma forma de barrar a entrada de pessoas negras e incentivar a entrada de pessoas vindas do continente europeu. Conforme aponta Nascimento: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho ... (...). Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos” (Nascimento, 1978, p.71).

Essa prática de criação de leis, segundo Nascimento (1978) tinha como finalidade promover o impedimento de entrada de pessoas negras no Brasil, e era prática comum na Câmara dos Deputados no período de 1921 a 1923. No fim da era Vargas em 1945 foi assinado um decreto nº 7967 que regulava a entrada de imigrantes que tinham ascendência europeia.

Uma das táticas utilizadas foi o controle social por meio da Lei de Vadiagem⁷, era uma forma de criminalizar ainda mais os negros que agora estavam libertos e também de impedir sua livre circulação. “Mesmo tratando-se de elementos livres, a maioria dos presos por contravenções- a maior parte por vadiagem e embriaguez- era negra ou parda” (Lopes, 2003, p.39).

A lei de vadiagem representava mais um resquício do pensamento higienista e do racismo, devido os criminalizados por ela ser em sua maioria pessoas negras, considerados com tendência para práticas criminosas.

A população negra representar 54% da população do Brasil e a existência de mais de 5 mil comunidades quilombolas, segundo a CONAQ demonstra essas estratégias de apagamento da racial não deu certo, apesar de terem sido criadas novas estratégias como o genocídio, e a necropolítica que discutimos anteriormente.

2.2. A realidade brasileira e o lugar dos Quilombos no território

Em termos de definição, optamos pela elaborada por Beatriz Nascimento (1987) que é uma autoria pioneira no que tange os estudos sobre quilombos contemporâneos e também por focar o quilombo como uma condição

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm

fundamentalmente social que não se esgota com as guerras em que os quilombos reagem e o que singulariza a estrutura do quilombo como um agrupamento de negros que empreende e que também acolhe os indígenas, entendendo que eles também não eram aceitos pela sociedade assim como os negros. Vamos utilizar a obra de Ratts (2006) que traz elementos da obra de Beatriz Nascimento, por isso para referenciar o seu pensamento utilizaremos a própria e também referências citadas por (Ratts, p. 58, 2006):

No Brasil, quilombo veio com essas características. Aqui também foi chamado de estabelecimento territorial. Mas, de um modo geral, só temos documentos falando do tempo da guerra que é descrita por documentos portugueses ou repressores brasileiros, não nos dando conta da verdadeira amplitude desse sistema que acompanhou todos os séculos escravistas em nosso país.

Beatriz Nascimento (1987) é uma mulher negra quilombola, e uma das autoras que se debruça na pesquisa referente ao conceito de quilombo, pois destaca que no Brasil, os documentos que falam a respeito foram escritos por portugueses ou repressores, trazendo na escrita o tempo da guerra, ou seja, não se sabe a verdadeira história desse sistema, pois foi contada pelos algozes da maneira deles.

Abdias do Nascimento (1980), em sua obra clássica *O Quilombismo* também vai trazer essa experiência de quilombo do negro no Brasil, ele conta que alguns africanos escravizados no intuito de romper com o sistema escravista, fugiam para o seio das florestas situadas nos estados de Alagoas e Pernambuco. O grupo começa pequeno, mas depois de um tempo cresce até vir a ser uma comunidade com cerca de 30 mil rebeldes africanos, homens e mulheres; um fato inédito, uma organização socioeconômica e política, conhecida na história como a República dos Palmares. Então nasce a primeira experiência de quilombo no país. Palmares tinha uma enorme extensão territorial mais ou menos um terço do tamanho de Portugal, era uma terra de uso comum, pertencia a todos que ali viviam, o resultado do trabalho também era partilhado com todos.

Iremos explorar desde o surgimento e como estão os quilombos atualmente, refletir sobre a ressemantização dos quilombos contemporâneos, essa discussão dos quilombos na atualidade se faz bastante necessária para desmistificar os quilombos no imaginário social, que acreditam que ficou no passado.

O surgimento dos quilombos do Brasil não está apenas ligado ao continente africano devido aos sujeitos que formaram essas instituições serem originários da África, vamos apresentar por meio de autores como Ratts (2006), Silveira (2019) e Munanga (1996) que essa relação está principalmente na sua forma de organização.

No contexto das Américas os quilombos têm uma história ligada a terra Price (1999) mesmo assim em cada país tem características próprias

As comunidades negras rurais quilombolas no Brasil têm uma característica única - quando comparadas às comunidades semelhantes em países como Colômbia, Venezuela, Equador, Suriname, Jamaica, entre outros-, no caso a densidade espacial e temporal e a articulação com outros setores sociais da população negra desde os tempos coloniais (Gomes e Domingues,2013, p.17).

De acordo com Ratts (2006) a primeira vez que a instituição quilombo aparece em documento oficial português e na data de 1559, porém apenas em 02 de dezembro de 1740, assustados ao número crescente de quilombos que eles definem por toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões.

A autora Silveira (2019) em sua tese de doutorado traz alguns aspectos que relacionam essa conexão dos quilombos do Brasil e da África, ela vai associar a estrutura do quilombo de Palmares com as configurações de quilombos africanos, com ênfase na África Central, pois de acordo com a autora teve o maior quantitativo de negros escravizados trazidos para o Brasil.

Ele traz alguns em destaque como o quilombo dos Jagas na Angola, que Silveira (2019) relata existir um líder que é reconhecido por sua essência guerreira tal qual Zumbi dos Palmares.

O quilombo dos Jagas era de território móvel, tinha uma organização militar, era protegido por paliçadas⁸, seus agrupamentos populacionais se organizavam de maneira nuclear, devido a não serem fixos no território sua agricultura era bem simples, animais de pequeno porte e de fácil trato (Silveira, 2019).

⁸ Cerca feita com estacas apontadas e fincadas na terra, que servia de barreira defensiva.

A autora Silveira (2019) nos aponta que uma das semelhanças dos quilombos⁹ na África com os quilombos no Brasil se deve a forma combativa à lógica dos Reinos e contrária ao comércio de escravizados.

Então Silveira (2019) infere que negar a correlação dos quilombos do território brasileiro com a África é negar o quilombo na sua origem não só no Brasil, mas também nas Américas, não se tratando de um modelo a ser seguido e sim de organizações diversas.

Silveira (2019) relata uma experiência no Reino do Congo, que era um reino que era constituído por meio de casamentos e alianças entre as diferentes aldeias que formavam esse reino, estima-se que eram cerca de 20 províncias, era uma sociedade hierarquizada, com construções grandiosas, as aldeias e cidades pagavam tributos a esse Reino do Congo, esse pagamento geralmente era feito com o que produziam, ou seja, com: minérios, búzios, tecidos, sal e alimentos.

De acordo com autora supracitada as províncias, aldeias e cidades que estavam sob domínio do reino desfrutavam de alguns privilégios como nas trocas comerciais e também proteção tanto dos mortos quanto dos vivos, mas não eram todos que estavam satisfeitos, existiam os rebeldes que buscavam autonomia, e uma das alternativas na busca por autonomia era a formação do quilombo.

[...] que seriam grupos autônomos, forjados a partir da lógica de resistência ao sistema imposto pelos representantes políticos locais. Sua estrutura móvel, apresentava paliçadas e organização militar, a fim de se defender do corpo de soldados enviados para combater tal ato de rebeldia (Silveira, p. 95 e 96, 2019).

Silveira (2019) menciona que os quilombos do Reino do Congo, eram altamente hierarquizados os seus integrantes seguiam o comando do líder do quilombo, também tinha um intenso treinamento militar.

O território, para nós, é encarado como elemento estrutural elementar na formação da identidade dos povos bantu, aos quilombos e, posteriormente, aos quilombolas no Brasil[...] (Silveira, p.109. 2019).

De acordo com Munanga (1996) os povos bantu partiram do centro da Nigéria para o sul e sudeste da África, em volta de dois mil anos.

Silveira (2019) também vai escrever sobre os povos bantu, presentes em toda África Central, também nas regiões meridional e oriental do continente africano, são caracterizados por ser um grupo com uma mesma raiz linguística,

⁹ A autora Silveira (2019) utiliza o quilombo com essa grafia para se referir aos do continente africano e utiliza quilombo dessa forma para fazer referência aos do Brasil e achamos pertinente adotar.

mas não são um grupo único, com domínio da agricultura e da forja do ferro, tendo também o domínio da metalurgia, o que lhe concediam uma certa superioridade em relação aos povos que a ignoravam.

Em relação a religião dos povos bantu Munanga (1996) relata que são semelhantes; eles acreditavam em um criador, uma divindade suprema Zambi, Kalunga, Lessa, Mvidie.

O grau de conhecimento que eles tinham sobre fundição os auxiliou para seus deslocamentos, a partir do uso das suas ferramentas de ferro que iam abrindo os caminhos na floresta equatorial (Munanga, 1996).

A história do quilombo como a dos povos bantu é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola. A tradição oral- como o que tem de lacunas e de imprecisões- continua sendo até hoje uma das grandes fontes de informação da história da África negra (Munanga, p. 58, 1996).

A luz do que Silveira (2019) nos apresenta sobre os quilombos em África, pode-se depreender que eles tinham o papel de impedir que quem estava vivendo nessa estrutura fosse capturado pelos colonizadores.

Acredita-se que por serem organizações combativas à lógica dos Reinos e contrária ao comércio de escravos, os negros traficados ao Brasil tenham se organizado sob a mesma perspectiva dos Kilombos em África, principalmente no que se refere a resistência à lógica local (Silveira, p.110, 2019).

No que tange às características dos quilombos Silveira (2019) aponta para o fato de alguns quilombos serem nômades como os da região do Reino de Matamba, Congo e Angola em áreas fronteiriças.

Em sua obra Ratts (2006) também aborda essa característica nômade inclusive dando exemplo de um quilombo da Angola

Ao contrário das outras linhagens, não criavam os filhos, pois estes poderiam atrapalhá-los nos diversos deslocamentos que se faziam necessários. Matavam- nos ao nascer e adotavam os adolescentes das tribos que derrotavam. Eram antropófagos e em sua cultura adereços, tatuagem e vinho de palma tinham significado. Esta característica nômade dos Imbangalas, acrescida da especificidade de sua formação social, pode ser reconhecida na instituição quilombo (Ratts, p. 118 e 119, 2006).

Trazer essa relação dos quilombos é importante para compreendermos quais foram as bases que influenciaram a formação deles aqui no Brasil e ressaltar as particularidades dessa dinâmica dos quilombos adequadas à realidade brasileira, levando em consideração os quilombos da África Central devido ser a região em que mais se traficou africanos para o Brasil, sem perder de vista que mesmo dentro do próprio continente africanos os quilombos possuem suas

especificidades, tem sua própria cultura, sua agricultura, suas guerras assim como os quilombos que estão espalhados no território brasileiro.

Nessa relação direta dos quilombos de África com Brasil Silveira (2019) considera essa ligação a partir dos fundadores dos quilombos como os Jagas e Imbagalas entre outros ainda no continente africano, depois aqui no Brasil; após fugas eles adotaram como estratégia a já utilizada em sua terra natal.

Um dos elementos que aparecem ao falar dos quilombos em África é o ritual de iniciação masculina, que demarca também o amadurecimento do quilombo, Munanga (1996) nos apresenta algumas características desse ritual.

O quilombo africano, no seu processo de amadurecimento, tornou-se uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação. A iniciação, além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recrutados das linhagens estrangeiras ao grupo de origem (Munanga, 1996, p.63).

Essa forma de incorporação dos jovens auxilia no fortalecimento do quilombo a partir dessa integração dos jovens de linhagens diferentes, essa forma também contribui para formação de grandes guerreiros.

Sobre esse ritual, Silveira (2019) reitera que esses jovens eram raptados de outros reinos e sobados¹⁰ para somarem aos quilombo, contudo não era somente por meio do rapto, alguns eram entregues pelos seus próprios pais, existia uma cerimônia de iniciação, recebiam treinamento militar e eram ensinados a manusear armas próprias do bando, devendo obediência incondicional ao chefe do quilombo.

A partir de Munanga (1996) e Silveira (2019) podemos ver como os quilombos não eram distribuídos a partir da etnia dos povos, mas que nos quilombos encontravam-se linhagens diferentes, que eram recrutadas, treinadas para juntas, integradas para, de alguma maneira, poderem estar prontos para o que fosse necessário para a instituição que era o quilombo.

Alguns dos Kilombos segundo Silveira (2019) eram de predominância masculina e com intenção de hierarquização, cada membro tinha sua função que estava ligada ao lugar que estava, quem delega as funções era o chefe do quilombo, em relação as mulheres estavam em grupo menor, realizando tarefas domésticas, no preparo da comida e servindo aos homens.

¹⁰ Território onde um soba exerce a sua jurisdição.

No Brasil apresentamos de que maneira esse processo se dá, da formação dos quilombos, por mais que tenha suas conexões com o continente africano o quilombo, aqui temos as especificidades a partir da realidade e contexto histórico.

Segundo Ratts (2006) no século XX o quilombo é visto de uma forma mais ideológica, tendo uma mística que vai alimentar os anseios de liberdade, um momento que as produções nacionais se debruçam sobre o fenômeno do quilombo de maneira positiva, autores como Edison Carneiro, Nina Rodrigues, Ernesto Enne, Artur Ramos e Guerreiro Ramos publicam sobre o quilombo, também é demonstrada essa forma positiva em letras de samba, ligada às teorias de resistência popular.

Segundo os autores Gomes e Domingues (2013) nos anos 30 a 50 os quilombos eram vistos por uma visão culturalista, somente como resistência cultural, a organização dos quilombos como um lugar que os africanos e seus descendentes buscavam para resistir ao processo de opressão, sendo o meio em que os escravizados fugidos encontravam para preservar suas identidades étnicas africanas, assim era a forma que os tradicionais intelectuais acadêmicos analisaram os quilombos. A África era vista numa perspectiva romantizada, homogênea ou essencializada (Gomes e Domingues, 2013, p.7).

Nesse período até os anos 70, Ratts (2006) afirma que se destaca também a figura dos heróis, Zumbi dos Palmares representando a imagem de chefe como uma nova alma nacional.

[...] em 70 o quilombo volta-se como código que reage ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica (Ratts, p.124, 2006).

Gomes e Domingues (2013) também descrevem esse período dos anos 60 e 70 como um período que a visão sobre o quilombo era materialista, retratando o quilombo como lugar da resistência escravizada, por causa dos maus tratos, os africanos fugiam para os quilombos, como forma de resistir a opressão senhorial.

A própria escolha pelo 20 de novembro para contrapor ao 13 de maio que foi o dia da Abolição da escravatura, diz muito sobre a tentativa de outras narrativas, pois o 20 de novembro foi o dia em que Zumbi dos Palmares foi assassinado e houve a queda de Palmares. E até hoje o 20 de novembro é marcado como um dia de grande movimentação do movimento negro, seja nas ruas, em marchas, na luta pelas melhores condições de vida da população negra, em todos

os âmbitos, saúde, educação, assistência. É um grito de basta pelas inúmeras violências policiais sofridas por nós negros.

Porém, durante o período colonial, fortes repressões aos escravizados estavam em vigor; não só pelas punições severas dos senhores de escravizados, mas também instrumentalizados pela lei, como a lei nº 4 de 10 de junho de 1835 que

Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou commetterem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo. (Brasil, 1835)

Mas se assemelha enquanto perigo à estabilidade e integridade do Império, sendo a pena para seus integrantes correspondentes à mesma dos participantes de insurreições: ou seja, a degola (Ratts, p.122, 2006).

Ratts (2006) sinaliza para um chamado "perigo negro" que seria esse movimento de não aceitação por parte dos negros, do que os senhores e leis determinavam para eles, e parte desse "perigo negro" seria a formação de quilombos, as guerrilhas da Bahia e do Maranhão, as insurreições, como resposta sindicâncias policiais eram realizadas mesmo sem a comprovação de alguma denúncia.

Então, com a instituição do Código de Processo Penal de 1835 a expectativa era de enfraquecer esse movimento crescente de fuga dos escravizados para os quilombos, por meio de uma lei penal.

Na contemporaneidade os quilombos assumem outras narrativas não mais resumidas ao passado. Apropriada em narrativas da memória e transmitida de geração a geração por meio da oralidade, a ideia de quilombo foi resignificada como referência histórica fundamental, tornando-se assim, um símbolo no processo de construção e afirmação social, política, cultural e indenitária do movimento negro contemporâneo no Brasil (Gomes e Domingues, p.10, 2013).

A partir da reformulação do Decreto nº 4.887/03 que conceituou o quilombo como

[...] grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Art. 2º do Decreto Nº 4.887/2003.

Carvalho e Lima (2013) afirmam que essa definição já demonstra os resultados decorrentes das lutas dos movimentos negros, quando fala sobre o

método de autodefinição e a singularidade de sua territorialidade baseada no uso comum.

Logo após esse decreto, conforme Américo (2015), o termo quilombo foi ressemantização ao longo dos séculos, pela literatura e por pesquisadores especializados, grupos, indivíduos e organizações.

Essa nova forma de enxergar os quilombos, fugindo de o reducionismo de quilombo ser apenas um lugar de fuga, vem para contemplar as suas relações sociais, manifestações culturais e como os próprios quilombolas atualmente se relacionam com o território.

Arruti (2008) aponta para três fase do processo de ressemantização, na primeira fase entre 1950 e 1960 conhecido o quilombo como lugar de resistência cultural, já na segunda fase a relação do termo com resistência política e a terceira fase é operado pelo movimento negro somando a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política, conceituando quilombo como símbolo de resistência negra.

O nosso objeto de pesquisa, o CRAS Quilombola Negro Rugério, se localiza nessa realidade de quilombos contemporâneos, em seus escritos Santos (2019) inclusive cita os quilombos do ES que estão no enfrentamento as atrocidades do Estado Brasileiro em relação ao modo de vida dos quilombolas queé um modo de vida contracolonial como nomeia o autor. Seja como for, as comunidades quilombolas ressemantizam uma memória viva da diáspora africana no Brasil (Gomes e Domingues, p.21, 2013).

Os autores Gomes e Domingues (2013) relatam o movimento em que os quilombos passam a ser uma espécie de símbolo de luta do movimento negro, isso no final da década de 70, sendo as comunidades quilombolas incorporadas na agenda do movimento negro, a partir daí as entidades começaram a prestar solidariedade as comunidades, por meio de doações de alimentos, roupas e donativos, visitas, campanhas políticas e assistência jurídica.

As mobilizações raciais trouxeram ao país a discussão sobre a questão quilombola e, a um só tempo, impulsionaram as articulações das comunidades negras rurais (Gomes e Domingues, p.14, 2013).

De acordo com os autores Gomes e Domingues (2013) nesse processo de mobilizações obteve destaque, encontro estaduais o primeiro deles realizado no Maranhão em 1986, nesse encontro que contou com cerca de 46 comunidades e a presença de sindicatos de trabalhadores rurais de várias regiões, também contou

com apoio do Centro de Cultura Negra do Maranhão, houve outros encontros nos anos de 1988 e 1989 respectivamente.

Os autores supracitados afirmam que houve encontros no estado do Pará no mesmo biênio, sendo reunidas comunidades quilombolas e agrupamentos do movimento negro, outras regiões também ganham destaque nesse cenário de mobilizações raciais como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Goiás.

Operando discursos etnopolíticos, as organizações das comunidades quilombolas se multiplicaram em vários estados nas décadas de 1990 e nos primeiros anos do século XXI. (Gomes e Domingues, p.15. 2013)

Nesses encontros as demandas eram de acordo com as diferentes dinâmicas das comunidades, a principal era a regularização fundiária e juntamente buscavam saúde, educação, políticas públicas, saneamento básico, garantia dos direitos humanos e eletrificação estavam entre as pautas das comunidades quilombolas Gomes e Domingues (2013).

Gomes e Domingues (2013) relatam o 1º Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, em Brasília, que ocorre em 1995, que se juntaram aos movimentos negros que participavam da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, Pela Cidadania e Vida, que acontece nesse mesmo ano no dia 20 de novembro, nesse encontro foi produzido um documento para o então presidente da época Fernando Henrique Cardoso, nesse documento relataram o contexto das comunidades quilombolas e a necessidade do reconhecimento legal das terras pelo Estado.

No ano seguinte em 1996 ocorre uma reunião de avaliação desse 1º Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, esse encontro de avaliação ocorre no estado da Bahia na cidade de Bom Jesus da Lapa, nessa ocasião foi criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), tendo sua sede no Maranhão, devido a ser o estado que tinha uma experiência na discussão da temática quilombola (Gomes e Domingues, 2013).

Freitas et al (2021) afirma que a CONAQ é gestada com foco nas políticas públicas, que são ligadas à terra, saúde e educação, sendo resultado do acúmulo histórico de ações políticas de intelectuais, isso ocorre durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nesse cenário que estamos vivendo de pandemia, a CONAQ tem sido fundamental no que tange às medidas de proteção do território e dos quilombolas, seja informando aos quilombolas como devem ser proteger, seja tencionando o governo para que os quilombolas tenham acesso às medidas voltadas ao controle do vírus, e também foi ela quem articulou a vacinação dentro dos territórios.

2.3 A especificidade dos Quilombos do território do Sapê do Norte no estado do Espírito Santo

Ao pensar em como retratar a história do território do Sapê do Norte, já vem à mente retratar a chegada da Aracruz Celulose, atual Suzano no território, e como a sua presença tem provocado diversos conflitos socioterritoriais, mas nos damos conta de que o Sapê do Norte não se resume aos conflitos que ela vivencia com esse empreendimento, mas ela tem uma história anterior que estamos deixando de contar, e isso também é uma marcação colonial, e como a proposta dessa pesquisa é decolonial vamos conhecer a história do Sapê do Norte para além dos rebatimentos negativos que vem enfrentando, lembrando que não significa que eles não são importante em serem contatos. Afinal, faz parte da história do território, mas não devemos resumir a isso.

O Sapê do Norte é um território quilombola que abrange dois municípios do estado do Espírito Santo localizados ao extremo norte do estado, em São Mateus e Conceição da Barra, que totalizam o número de 32 comunidades.

[...] do Sapê do Norte, revelando que assim como o sapê, que rebrota sempre - "queima aqui e brota lá" - os laços de identidade e pertença são recriados cotidianamente (Ferreira, p.3, 2009).

O termo sapê está relacionado a gramínea que resiste aos movimentos contrários ao sapê, que mesmo quando é queimado ele rebrota, essa resistência tem tudo a ver com a resistência das comunidades que compõem o território quilombola do Sapê do Norte. De acordo com Oliveira (2011) o termo Sapê é uma referência à gramínea, vegetação característica da região, que, por ser resistente, acabou dando nome ao local habitado pelas comunidades conforme sinalizadas no mapa abaixo.

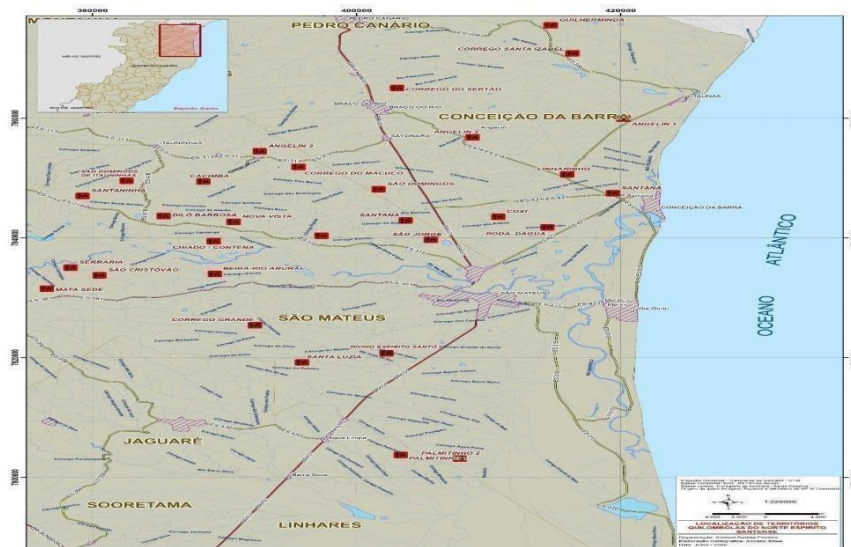


Figura 2 – Mapa das comunidades quilombolas do Território do Sapê do Norte
Fonte: Ferreira (2009)

Segundo as autoras Lyra, Nascimento e Corrêa (2018) as comunidades quilombolas do Sapê do Norte surgiram a partir de fugas, doações de fazendas que os escravizados recebiam e heranças, formando os agrupamentos na qual vivem até hoje.

O Sapê do Norte possui suas manifestações culturais e religiosas, que são passadas de geração para geração, a Mesa de Santa Bárbara é um exemplo. Conforme Ferreira (2009) é uma manifestação religiosa de cunho afro-brasileiro e que sobrevive no território.

Há um crescimento do neopentecostalismo no Brasil, e isso está presente no Sapê do Norte, com isso algumas dessas manifestações consideradas tradicionais no território, que sinalizamos acima, acabam sofrendo alguns ataques e tornando-se menos expressivas na região.

A festa de São Benedito, com rituais de congo¹¹ também é um importante acontecimento no território, tanto que em sua pesquisa o professor Oliveira (2011) percebeu que essa devoção se expressa nos nomes dos quilombolas do Sapê do Norte, não só no masculino, mas também no feminino Benedita.

O fato curioso que chama atenção de Oliveira (2011) é que apesar da devoção ao santo que era conhecido por ser um negro obediente e submisso, essa

¹¹ As bandas de Congo, são particularmente caracterizadas pelo uso de vários instrumentos como tambores em variados tamanhos, da casaca que é um instrumento musical de percussão feito de madeira, trajes, coreografias típicas e cânticos que são feitos em homenagens a santos, como São Benedito e Nossa Senhora da Penha.

narrativa era apresentada pela igreja católica também como forma de servir de referência aos escravizados catequizados, Oliveira (2011) afirma que os quilombolas que recebiam esse nome

[...] as ações indicam, não herdaram um símbolo de obediência e passividade, mas de afronto e resistência, como se exemplifica nas narrativas dos feitos heroicos e desafiadores de Benedito Meia-Légua, que, segundo dizem, andava com uma imagem de são benedito dentro de um embornal (Oliveira, p.160, 2011).

A manifestação cultural ou brincadeira chamada Ticumbi tem sua origem no Sapê do Norte. Segundo Do Nascimento (2018) o grupo Ticumbi ou Baile de Congo de São Benedito é formado por moradores do Sapê do Norte, no ritual os membros defendem a origem africana, um dos requisitos instituído para participação no grupo é ser negro.

A ação se trata de um ritual de devoção a São Benedito que se revela em um duelo entre dois reinos, o de Congo (católico) e o reino de Bamba (pagão). “Ambos disputam a honra de homenagear o referido santo, durante o ato, desafios são proferidos entre os embaixadores das lideranças, culminando em guerra travada” [...] (Do Nascimento, p. 122, 2018).

Devido ao cultivo de mandioca, uma das principais atividades econômica das comunidades é a produção de farinha, biscoitos, bolões e o famoso Beiju que é uma espécie de biscoito feita com coco ou amendoim; podendo ser feito também em folha de banana, inclusive esse ano o Beiju está no processo para conseguir um selo de Indicação Geográfica.

O processo de transformação da mandioca em farinha é feito nas casas de farinha, algumas comunidades possuem sua própria casa de farinha, outra característica das comunidades é a presença de escolas e igrejas.

Existe o Festival do Beiju que acontece pelo menos 1 vez ao ano, feito cada ano em uma comunidade diferente, além do Beiju como atração principal, o festival busca o resgate da cultura quilombola, participam, jovens, adultos, crianças e idosos. É um momento de celebração, partilha e também de denúncia.

Essas manifestações são heranças dos nossos ancestrais que são cultivadas até hoje no território e que devem ser sempre lembradas e compartilhadas pois são elas que compõem o território para além dos seus conflitos que estão postos hoje. Rememorar essas questões dialoga com a perspectiva do território que expressa a vida, as relações sociais, as suas manifestações religiosas e culturais.

Os quilombos do Sapê passaram pelo processo de ressemantização assim afirma Oliveira (2011) que esse processo ocorre associado aos movimentos de consciência negra e também com apoio de religiosos católicos negros.

Inclusive o quilombo de Santana foi reconhecido em setembro de 2021, pela Fundação Palmares, quilombo esse que inclusive é onde se localiza o CRAS Quilombola Negro Rugério.

Oliveira (2011) relata que na primeira década do século XXI começaram articulações para criação de movimento quilombola na região, com projetos políticos comuns se organizaram a nível regional e estadual, Coordenação das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo Zacimba Gaba, e a Comissão Quilombola do Sapê do Norte, ambas estão na luta por direitos como à regularização de territórios e políticas públicas específicas.

A resistência relembra as comunidades quilombolas do Sapê do Norte, que lutam há mais de 50 anos pela retomada do seu território invadido pela antiga Empresa Fibria, atualmente denominada de Empresa Suzano¹² que se constitui como a maior produtora de celulose de eucalipto do Brasil e do mundo, possuindo capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose, com fábricas localizadas no Brasil, dentre elas em Aracruz (ES). Dessa forma, o autor descreve: “nem tratores das empresas que cultivam a monocultura dos eucaliptos na região, que arrasaram a vegetação nativa, conseguiram extirpar o sapê, visto que ele continua renascendo em meio aos eucaliptos” (Oliveira, 2009, p.11).

As comunidades quilombolas diante da transformação radical da realidade local, passaram a reivindicar políticas públicas que pudessem assegurar a garantia da educação escolar quilombola, direito à alimentação escolar com alimentos produzidos nas comunidades, assistência social, dentre outras políticas transversais não menos importantes que as citadas, objetivando a preservação dos traços culturais, religiosos, sociais e políticos do seu povo.

Neste sentido, a implantação de um Centro de Referência de Assistência Social Quilombola – CRAS Quilombola para atender as comunidades tradicionais, objetivando dar acesso às famílias, aos serviços de assistência social dentre outras políticas intersetoriais com observância nas singularidades peculiares das comunidades tradicionais, se fez necessário, assim, em 2009 foi

¹² https://pt.wikipedia.org/wiki/Suzano_Papel_e_Celulose

implantado um equipamento especializado na região para atender às 18 comunidades tradicionais locais.

3. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e seus sujeitos

As políticas sociais no Brasil são caracterizadas historicamente por políticas de pouca efetividade, devido a sua subordinação aos interesses da classe dominante que segundo Couto (2017) revela a incapacidade de essas interferirem de fato na raiz do problema. Além disso, a assistência no âmbito das políticas sempre foi marginalizada, vista como sem prioridade e mais ligada ao favor, voltada mais para o clientelismo do que vista no campo do direito.

Segundo Behring e Boschetti (2011) não se pode afirmar com precisão o surgimento da Política Social, mas sua origem normalmente vem relacionada com a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, após a Segunda Guerra Mundial, em um período em que o capitalismo se encontrava em ascensão, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.

Para Behring e Boschetti (2011), a legislação inglesa é uma das mais citadas no processo de estruturação da política social brasileira, inclusive antecede a Revolução Industrial, e são importantes para entender o contexto histórico, e como serviram de referencial para o desenvolvimento da assistência no Brasil, a saber:

Estatuto dos Trabalhadores, de 1349; Estatuto dos artesãos (Artífices), de 1563; Leis dos pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601; Lei de Domicílio (Settlement Act), de 1662. Speenhamland Act, de 1795; Lei Revisora das Leis dos Pobres, ou Nova Lei dos Pobres (Poor Law Amendment Act), de 1834 (Behring e Boschetti, 2011 p.48).

Nesse contexto, pretendemos trazer para nosso estudo elementos que demonstram como essas leis estruturaram o processo inicial da política de assistência, e como após a Constituição Federal de 1988 a política vai ganhando novos rumos. Isso porque, estrutura-se a Seguridade Social no Brasil formando o tripé: previdência social, saúde e assistência social.

Vale ressaltar que a proposta de estudo vai partir da regulação da política de assistência social como direito, período em que deixa de ser tratada no campo da caridade, benevolência, de forma filantrópica, conduzida pelas damas de caridade.

Mas, consideramos relevante apontar que antes desse processo como afirmam Padoin e Paese (2020) existiram outras experiências como em 1938

período que foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS¹³) que tinha em sua composição de acordo com Padoin e Paese (2020)

[...] formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica que decidiam quais organizações iriam auxiliar. Os gestos assistenciais continuam apoiados na benemerência e no paternalismo, na medida em que, são as elites que têm o poder de decisão sob os auxílios e apoios financeiros destinadas às organizações da sociedade civil de cunho caritativo (Padoin e Paese, p. 108, 2020).

Nunes et. al (2010) reitera que o CNSS sendo um órgão nacional era responsável em conceder certificado às entidades de benemerência e filantropia¹⁴, e se manteve dessa forma mesmo depois do CNSS ter se transformado em CNAS, a partir da LOAS em 1993.

A criação da CNAS significou uma evolução dos direitos sociais no que tange à área da assistência social, como aponta os autores:

O ato de constituição do CNAS reinventou inteiramente o antigo CNSS. Redefiniu competências, processos decisórios, composição e funcionamento. A diferença fundamental é que agora o CNAS é parte da implementação de uma política pública nacional e permite a realização de direitos sociais (De Resende Chagas, 2003, p.14).

Sendo assim, o Conselho Nacional de Assistência Social é um órgão fiscalizador e propositivo de políticas na área de assistência social enquanto uma política social.

Com a CF/88 instituindo a Assistência como política pública, após cinco anos foi também sancionada a Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, com a finalidade de que a política fosse implementada de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais (Brasil, 1993).

A LOAS institui definitivamente a assistência social como um dever do Estado e um direito social não contributivo. Ela ganha respaldo em 1998 com a Política Nacional de Assistência Social e com as Normas Operacionais Básicas, editadas em 1997 e 1998 (Souza, p.96, 2021).

¹³ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institue%20o%20Conselho%20Nacional%20de,que%20lhe%20confere%20o%20 art.>

¹⁴ A partir de 2009 isso muda com a lei nº 12.101 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12101-27-novembro-2009-594805-publicacaooriginal-118829-pl.html>

Sposati (2011) em seu livro “A menina LOAS”, discorre a respeito da trajetória de nascimento da Lei Orgânica de Assistência Social, e a partir de uma analogia com uma menina, a autora apresenta todas as fases, os momentos em que ela foi “rejeitada” quando é engavetada, e quando de fato “ganha o registro de nascimento”, isto é, a sua aprovação, dentro do contexto histórico do país na época.

A LOAS foi aprovada no cenário de nova formação do Congresso Nacional, período em que outras leis importantes foram regulamentadas, tais como: lei nº 7.853/1989 garantia dos direitos da pessoa portadora de deficiência, a lei nº 8.069/1990 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a lei 8.080/1990 que preconiza a Lei Orgânica da Saúde e a lei nº 8.142/1990 que determina o Sistema Único de Saúde (SUS).

[...] a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), só se consagrou em 1993, devido às inúmeras discussões políticas, sociais e econômicas, concomitantemente com a resistência de alguns grupos em aceitar que a assistência social fosse normatizada como política pública de seguridade social, passando a ser direito do cidadão e dever do Estado. Apesar das resistências e oposições no dia 7 de dezembro de 1993, é sancionada a LOAS [...] (Padoin; Paese, 2020, p.110).

Em relação à Política Nacional de Assistência – PNAS, Alchorne (2012), afirma que o objetivo era assegurar assistência social a quem dela necessitar, só que sem mencionar quais necessidades a PNAS/94 se responsabiliza, diz sobre o seu destinatário serem indigentes ou os mais necessitados, na elaboração da redação de 1994 não houve participação da sociedade civil, nem com órgãos e afins, excluindo também a participação do Conselho Nacional de Assistência Social. Neste sentido, o texto da PNAS/94 não avançou o disposto pela LOAS (Alchorne, 2012, p.29).

Assim, essa redação da Política Nacional de 1994 evidencia uma contradição com a noção de direitos, não se compromete, não detalha ações, nem tampouco estabelece algum tipo de pactuação. Suas diretrizes baseiam-se na política econômica, levando em consideração apenas a faixa de renda, num conceito subordinado ao mercado e à capacidade de consumo (Alchorne, 2012, p.28).

Alchorne (2012) enfatiza que esse documento não rompeu efetivamente com o passado, mas trouxe um conjunto de concepções dissonantes a uma percepção que ratificasse o compromisso do Estado e o direito de cidadania à política de assistência social.

Como estamos apresentando no decorrer deste capítulo, a Política Nacional de Assistência Social foi sendo reformulada ao longo dos anos PNAS em 1994 o que se estendeu até a PNAS/2004 que ainda está em vigor. Mas, cabe informar que tanto a PNAS/94 e a PNAS/97 foram esboços e não chegaram a serem publicadas, mas contribuíram para formulação das políticas existentes. A NOB/SUAS também passou por processo semelhante de reformulação tendo seu primeiro esboço em 1997, chegando a que está vigente – a NOB de 2012.

Em 1997 é aprovado a proposta preliminar da PNAS/1997 que de acordo com Alchorne (2012) significou a consolidação da assistência social como política pública, trazendo o enfrentamento da questão social, a proteção social, primazia do Estado, participação e cidadania, e tinha como um dos objetivos o fortalecimento da democracia participativa.

De acordo com Alchorne (2012), em sua proposta a PNAS/1997, a articulação entre a política econômica e com as políticas setoriais, também vai propor a descentralização das decisões e do poder, contando com uma rede de assistência social e introduzindo a luta contra a pobreza.

Essa Proposta afirma, ainda, que a assistência social não é em si mesma universal; realiza ação universalizadora; não é autossustentável, opera sob dois paradigmas: direito e solidariedade da sociedade. Ou seja, já traz o equívoco de concebê-la como uma política exclusiva para os "segmentos excluídos ou suscetíveis de exclusão", portanto, "não universal" (Alchorne, 2012, p.32).

Sendo assim, mesmo que a Constituição Federal de 1988 apontasse para uma assistência social universal, para quem dela necessitar, ainda assim dentro das evoluções da estruturação da PNAS/ 94 para a de 1997, ainda não se alcançou o que determinava a LOAS em relação ao caráter universal da assistência social.

No debate sobre a proposta preliminar de 1997, os representantes da SAS (Ministério) afirmam que um dos pontos mais polêmicos era o fato de que a assistência social até então fora sempre gerida pelas organizações da sociedade civil, e insistem, contraditoriamente, que é preciso diminuir o papel do Estado e reforçar as organizações não governamentais (Alchorne, p.33, 2012).

Nesse mesmo ano de 1997 temos a aprovação pela resolução do CNAS nº 204, de 08 de dezembro de 1997 em relação à implantação da Norma Operacional Básica, assim como a Sistemática de Financiamento da Assistência Social, conforme sinalizado abaixo:

A NOB/01 adota, ainda como requisitos: a revisão do papel do Estado; o fortalecimento das unidades da federação e dos municípios; o cofinanciamento das ações; o fortalecimento da participação da sociedade, por meio dos conselhos,

na construção, avaliação e aplicação dos recursos públicos (Alchorne, p. 33, 2013).

No ano seguinte em 1998, determinada pela resolução CNAS N° 207/98, a PNAS/1998 vai promover a inclusão, tendo a família como principal referencial, visando assegurar melhorias das condições de vida. Os usuários agora são os que estão em condições de vulnerabilidade e excluídos, conforme nos sinaliza Alchorne (2012). Segundo essa autora “Tal PNAS avança trabalhando numa perspectiva descentralizada e participativa e propondo mecanismo de visibilidade e controle social, através das funções de inserção, prevenção, promoção e proteção social “ (Alchorne, 2013, p.34).

Alchorne (2013) aponta que a PNAS/98 determinou como princípios e diretrizes: a universalização, equidade, respeito à dignidade, primazia do Estado, centralidade na família, comando único, descentralização, articulação com outras políticas setoriais e macroeconômicas, estreitamento da parceria entre Estado e organizações da sociedade civil, fomento a estudos e pesquisas que subsidiem a gestão do sistema e a avaliação de impactos da PNAS.

Conforme preconiza a Resolução CNAS N° 145, de 15 de outubro de 2004, é implementada a Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004, que está em vigor. Atualmente, assuntos ligados à Assistência Social pertencem ao Ministério da Cidadania na pasta da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

As autoras Padoin e Paese (2020) apontam que com base nas problemáticas que foram sendo apresentadas ao longo dos anos, a evidência de um grande abismo entre os direitos constitucionais e sua devida efetivação, após intensas discussões no âmbito nacional, é que a PNAS/2004 é aprovada também no intuito de implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As autoras acima citadas ainda afirmam que as determinações da PNAS/2004 buscavam normatizar os padrões nos serviços, com objetivo de garantir a qualidade do atendimento, utilizando indicadores de avaliação e resultado, bem como uma nomenclatura específica para os serviços da rede socioassistencial.

Ferreira (2016) enfatiza que o objetivo foi tornar evidente as diretrizes da assistência social, suas atribuições e competências nos três níveis de governo na

provisão das ações socioassistenciais, indicando mudanças e avanços no campo da assistência social.

Então podemos inferir que a PNAS/2004 significou um grande avanço no que tange o que se propõe desde a Constituição de 1988 e a LOAS, mesmo reconhecendo que existem muitos limites, essa PNAS trouxe avanços significativos.

No que se refere aos avanços da PNAS/2004 um deles está relacionado a referência das famílias quilombolas em seu texto, ao apontar a sua ação nas capilaridades dos territórios.

Tratando-se da PNAS/2004 Alchorne (2004) aborda que ela é um redesenho da política de assistência social e na materialização das diretrizes da LOAS, com o diferencial da implantação do SUAS, organizando também os serviços por tipo de proteção básica e proteção especial e por níveis de complexidade, sendo classificadas em média e alta.

Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social- CRAS e em outras unidades básicas públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS (Brasil, 2004, p.35).

Os serviços ofertados pela Proteção Básica são o Atendimento Integral à Família (PAIF); a Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a Prestação de serviços em domicílio para as pessoas com deficiências e os idosos Araújo (2021).

Segundo dados publicados em 2019 pela Secretaria Nacional de Assistência Social, as ações de atenção à Proteção Social Básica têm sido intensificadas, inclusive por meio da oferta de serviços aos povos e comunidades tradicionais, sem deixar de considerar a grande diversidade sociocultural dessas famílias, para que possam ser efetivadas práticas que respeitem as singularidades no que tange às questões culturais, religiosas, políticas e sociais.

A realização desses serviços, conforme determina a PNAS/2004, deverá ser prestada de preferência em unidades próprias dos municípios, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social, e os serviços, programas, projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não-governamentais de assistência social, integrando a rede socioassistencial.

Já os serviços de Proteção Social de Média Complexidade são compostos por Atendimentos Especializados em Abordagem Social; Atendimentos Especializados para as Famílias e Indivíduos (PAEFI); Proteção Social de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA); Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviços para a Proteção Especial para pessoas com deficiência e seus familiares e para pessoas em situação de rua Araújo (2021).

Em relação ao maior nível da Proteção Especial Brasil (2004), os serviços de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral como: moradia; alimentação; trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência; higienização. Que são ofertados em albergues; casa de passagem; república; ou por meio de família substituta; e atendimento integral institucional.

Observa-se que nossa pesquisa vai tratar sobre o CRAS¹⁵ Quilombola, que é um equipamento social que pertence a Proteção Social Básica, nesse sentido não vamos nos ater a outros equipamentos sociais e outra proteção.

Em 2005 foi instituída a NOB/SUAS a partir da resolução CNAS Nº 130 de 15 de julho de 2005, que tinha como principais objetivos a disciplina as relações federativas, consolidação e integração da rede de serviços e instituindo instrumentos para sua articulação Cavalcante e Ribeiro (2012).

[...] a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) em 2005, que disciplina as relações federativas, não apenas detalhando as competências de gestão e financiamento, como também consolidando a integração da rede de serviços e instituindo instrumentos para sua articulação. O objetivo é possibilitar a efetivação da descentralização político-administrativa e a consolidação da política no país (Cavalcante e Ribeiro, ,2012, p.1462).

Com a aprovação da NOB/2012 podemos dizer que houve uma mudança de cenários em relação aos usuários quilombolas pois em seus objetivos a NOB/2012 apresenta em seu Art. 2º e no Art. 6º de maneira acanhada digamos a questão de raça que pode ser utilizada para as famílias quilombolas por também envolver território, no V diz

Art. 2º São objetivos do SUAS: V- respeitar as diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais; (Brasil, p.16, 2012).

¹⁵ Utilizaremos o nome Cras em caixa alta quando se referir ao CRAS Quilombola

Art. 6º São princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS: VI- combate às discriminações etárias, étnicas, de classe social, de gênero, por orientação sexual ou por deficiência, dentre outras; (Brasil, p.18, 2012).

Nesse sentido, o SUAS materializa a LOAS, regulando os serviços socioassistenciais, consolidando os princípios, as diretrizes e objetivos, compondo um sistema articulado e integrado de ações voltadas para a proteção social da família. (Padoin; Paese, p. 115, 2020).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surge a partir da deliberação na IV Conferência Nacional da Assistência Social que ocorreu em 2003, e sua importância foi reforçada em 2004 com a publicação da PNAS/2004, porém as Normas Operacionais Básicas que delineiam as bases do SUAS e o seu modo de operacionalização só foram aprovadas em 2005, segundo Souza (2021).

A implantação do SUAS é resultado de 11 anos de formulação e muitos debates relacionados à Política de Assistência Social. Em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, surgem propostas para a construção efetiva do SUAS a partir da contribuição das ideias de vários Estados e municípios, interrompendo, assim, a construção de programas sociais executados de cima para baixo, priorizando, agora, portanto, as necessidades reais e as especificidades locais (Padoin; Paese 2020, p.115).

Sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social Garcia (2009) nos chama atenção para a maneira como o SUAS nasce, que não foi de uma hora para outra. Houve um processo de amadurecimento da Política de Assistência Social no campo estatal entre 1993 e 2003, quando sua aprovação ocorreu na Conferência Nacional de Assistência Social (Garcia, p.12, 2009).

Os autores Cavalcante e Ribeiro (2012) revelam que a partir da instituição do SUAS em 2005, houve uma reorganização no modelo da política que passou a se fundamentar, na descentralização federativa, expondo de forma objetiva suas atribuições, ações intersetoriais e sistema de financiamento compartilhado, com essa nova estratégia os municípios ganham uma nova centralidade na gestão.

A municipalização é bastante positiva, na medida em que assegura que os usuários atendidos não sejam deslocados de sua comunidade de origem, bem como possam ser atendidos de acordo com suas especificidades, isto é, levando em consideração o contexto em que viveram e sua história de vida (Padoin; Paese, 2020, p.115).

Essa municipalização é muito relevante ao pensarmos sobre os usuários quilombolas, pois a partir disso se tem uma perspectiva de maior proximidade, sem tem que fazer um grande deslocamento para acessar serviços.

Considerando que estamos trazendo uma perspectiva decolonial, ressaltamos que houve uma forma de assistência social, vivida pelos escravizados com as irmandades negras que era. “[...] um modo de organização que ganha proeminência no interior das comunidades e famílias no período colonial do país até as décadas iniciais do século XX, as irmandades e com mais precisão, as irmandades negras! (Ferreira, 2016, p.111).”

De acordo com Cruz (2007) as irmandades negras reuniam membros de diferentes origens sociais, era estabelecido entre eles uma solidariedade vertical e também servia de associação de classe, profissão, nacionalidade e cor. As irmandades eram subordinadas à igreja católica então era incentivado a devoção a um santo que os protegia, e uma espécie de benefícios aos irmãos que se comprometem de maneira mais efetiva na irmandade.

No próximo tópico iremos falar das políticas, legislações, decretos e entre outras regulamentações que balizam o atendimento a esses sujeitos no atendimento a partir das suas singularidades e de que forma aparecem nesses textos.

3.1 A Política Nacional de Assistência Social na atenção aos Povos Tradicionais

Neste ponto iremos apresentar um levantamento sobre o que dá sustentação a implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no território dos povos e comunidades tradicionais, em especial, aos territórios quilombolas, fomos tomando ciência a respeito das normativas para além da Constituição Federal referentes ao tema, pois existem alguns Decretos, Portarias, Resoluções que são anteriores a PNAS/2004 e possibilitaram a abertura de caminhos para a instalação do equipamento da assistência social nos territórios.

A Constituição Federal de 1988 foi um grande marco no que tange o reconhecimento da assistência social como uma política pública, assim como para o reconhecimento do direito à propriedade para os remanescentes das comunidades quilombolas.

Cabe também evidenciar que a Organização Internacional do Trabalho – OIT, realizou sua septuagésima sexta sessão na Convenção nº 169 cujo tema central versava sobre Povos Indígenas e Tribais. E nessa Conferência Geral que foi convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição

Internacional do Trabalho em 7 de junho de 1989 se produziu um dos primeiros documentos referentes às ações voltadas para as comunidades tradicionais no âmbito do direito.

No entanto, como afirma Oliveira Júnior (2014), o reconhecimento da inclusão das comunidades quilombolas aqui no Brasil não foi e nem tem sido tarefa fácil, pois ressalta que ainda existe quem negue essa extensão aos quilombolas, até mesmo dentro do poder judiciário, e acredita que essa negativa tem relação com a trajetória histórica de negação de direitos aos negros, sobretudo os quilombolas.

O Brasil é um país signatário da OIT e, portanto, a Convenção se constitui como um importante instrumento legal, na luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos oriundos de comunidades tradicionais. E no art. 30 do instrumento legal produzido na Convenção estão preceituadas ações de responsabilidade governamental que ressaltam a importância do respeito às singularidades em relação às tradições e culturas dos povos reconhecidos como tradicionais, a saber:

Artigo 30 - 1. Os governos deverão adotar medidas de acordo com as tradições e culturas dos povos interessados, a fim de lhes dar a conhecer seus direitos e obrigações, especialmente no referente ao trabalho e às possibilidades econômicas, às questões de educação e saúde, aos serviços sociais e aos direitos derivados da presente Convenção (Brasil, 2004).

Assim, foram sendo estabelecidos outros marcos legais que, em consonância com a PNAS, visam atender as demandas pelos direitos das comunidades quilombolas. Dentre eles há o Decreto 4887/2003 que dispõe sobre o processo de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos, ponto também de fundamental importância na garantia da preservação das terras a eles pertencentes

A partir desse decreto, e durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, as comunidades quilombolas tiveram algumas conquistas relacionadas às políticas públicas. Arruti (2009) destaca que houve uma mudança significativa na forma de tratamento e atenção às demandas dessa população, pois passaram a ser vistas e inscritas na pauta pública, portanto deixando de ser apenas identificadas e atendidas por ações pontuais, e passando a ser incorporadas ao rol de atenção das políticas públicas do país.

Embora a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável, não tenha denominado as principais populações tradicionais no Brasil, o extinto Ministério

do Meio Ambiente e a extinta Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade - SEPPPIR realizaram na época a identificação dos segmentos representativos e apontaram os seguintes povos como os principais grupos tradicionais que vivem no Brasil: quilombolas, ciganos, povos de matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varzeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, pomeranos, entre outros.

E o Decreto Federal os classifica como:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Brasil, 2007).

Neste sentido, cabe esclarecer que o nosso entendimento a respeito de comunidades tradicionais tem respaldo a partir do reconhecimento nacional e internacional dos direitos das populações tradicionais, que foi instituído a partir da publicação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sancionada pelo Decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) instituído no primeiro mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva segundo Santana (2013) tinha como missão institucional coordenar o planejamento, a execução, a fiscalização e a avaliação da implementação das políticas nacionais de assistência social, de segurança alimentar e nutricional e de renda de cidadania, objetivando a erradicação da fome e da pobreza no Brasil. Fator que garantiu maior investimento público em políticas de proteção e desenvolvimento social.

Outra referência de suma importância foi a instituição da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), considerando que passou a ser a principal articuladora das políticas quilombolas, fator relevante no trato das demandas específicas, inclusive, em 2004 foi lançado o Programa Brasil

Quilombola (PBQ), como parte das estratégias governamentais demarcando um novo momento de atuação e atenção às comunidades quilombolas.

Para dar início essa discussão, vamos trazer o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que foi uma das primeiras iniciativas a nível de governo federal em criar um programa tão robusto para tratar das questões quilombola no Brasil, esse programa era composto por 4 eixos que foram estabelecidos para sua execução que são eles: Regularização Fundiária; Infraestruturas e Serviços; Desenvolvimento Econômico e Social; Controle e Participação Social.

O PBQ criado em 2004 pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) com a finalidade coordenar ações governamentais para comunidades quilombolas por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com a participação da sociedade civil, o programa envolve 21 órgãos da administração pública federal Brasil (2004). Dos Ministérios envolvidos estava incluído o da Assistência Social que depois foi extinto, atualmente faz parte do Ministério da Cidadania.

Este apresentava um caráter "transversal", por trazer em seu bojo a previsão de envolvimento de vários órgãos responsáveis pela execução e gestão de políticas na área da desigualdade racial, social e cultural (Brandão e Jorge, 2016, p.81)

Mediante ao nosso objeto de pesquisa nós iremos trabalhar com apenas 2 eixos, o sobre Desenvolvimento Econômico e Social e o eixo Controle e Participação Social, essa escolha foi feita por serem eixos que possuem relação com a área da Assistência Social. Os respectivos eixos dizem que:

Desenvolvimento Econômico e Social - implica na consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado nas características territoriais e na identidade coletiva, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades remanescentes de quilombos.

Controle e Participação social- implica no estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o seu acesso ao conjunto das políticas definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município brasileiro. (Brasil, 2004, p.16).

Então o PBQ vai tratar da área social e a participação dos quilombolas nos espaços que visam implementar políticas públicas, incentivando os quilombolas para que participem do monitoramento e avaliação dessas políticas.

Dentre as diretrizes centrais que vão balizar as ações do governo apresentadas pelo PBQ, destacamos a diretriz que pode ser direcionada a ações na área da assistência social, visto que aponta para a proteção social.

Garantir direitos sociais e acesso à rede de proteção social, em articulação com os outros órgãos governamentais, formulando projetos específicos de fortalecimento nos grupos discriminados, com especial atenção às mulheres e à juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos, previdência social etc.) (Brasil, p.24, 2004).

Um dos pontos apresentados no Programa é o desenvolvimento e assistência social, que visa aumentar a intersetorialidade das ações governamentais voltadas para a inclusão social, o combate à fome, erradicação da pobreza e desigualdades sociais Brasil (2004).

Conforme já citado nessa pesquisa, a Política Nacional de Assistência Social 2004 pela primeira vez identifica os quilombolas como usuários da política. Em sua redação apresenta-se dessa forma

Por sua vez, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas- população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (Pnas, p. 16, 2004).

Nesse sentido, percebemos que o ano de 2004 foi de grande relevância no que tange às comunidades quilombolas no campo jurídico, mesmo sabendo que avanços no campo jurídicos se apresentam como desafios na prática, não podemos negar que houve avanços.

Sob um ponto de vista de ênfase nas políticas sociais as comunidades quilombolas estariam se tornando "usuárias" de programas, projetos e planos governamentais e passando a serem classificadas como "público-alvo" (Almeida 2011, p.145).

Cabe destacar a NOB/SUAS 2005 que também vai referenciar pela primeira vez os quilombolas em seu texto, trazendo como vai funcionar a parte do cofinanciamento para os territórios que possuem grupos específicos dentre eles as comunidades quilombolas.

Mesmo que possa parecer uma tímida referência aos usuários quilombolas devemos considerar que esses usuários, estavam sendo atendidos nos equipamentos da assistência social sem nenhum direcionamento às suas singularidades, de forma totalmente padronizada digamos assim.

Como um dos desdobramentos do Programa, foi criada a Agenda Social Quilombola (ASQ), com a finalidade de pautar as iniciativas governamentais entre 2008 a 2011, e segundo Silva (2020) era uma política que estabelecia a

transversalidade nos diversos ministérios, com foco nas políticas públicas em diversas áreas, como: educação, saúde e assistência social. E possuía quatro eixos temáticos: 1: Acesso à Terra; 2: Infraestrutura e qualidade de vida; 3: Inclusão, produtividade e desenvolvimento local; 4: Direitos e Cidadania.

Como destaque, ressaltamos o 2º eixo que tem relação direta com a infraestrutura necessária para o atendimento das demandas da assistência social, a saber: Infraestrutura e qualidade de vida -- destinação de obras de infraestrutura como saneamento básico, eletricidade, habitação etc. e construção de equipamentos sociais para atendimento de demandas de saúde, habitação e assistência social.

A Agenda Social Quilombola instituída pelo Decreto 6261/2007 ainda hoje é uma referência sobre políticas públicas quilombolas, pois preceitua a importância da melhoria da qualidade de vida e do acesso aos serviços específicos:

Art. 1º serão desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Brasil, 2007).

No entanto, cabe registrar que o atual governo extinguiu a SEPPIR e as atividades inerentes à atenção à população quilombola foram transferidas para a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPPIR), e dentro dessa Secretaria, existe a Coordenação de Comunidades Quilombolas e Povos de Terreiros, que estão ligados ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

No entanto, destacamos que com a extinção da SEPPIR e a transferência das atividades e atendimento das comunidades quilombolas, para um Ministério que abarca diferentes áreas, vêm causando descon continuidades das ações especializadas a determinadas demandas. Ponto que acreditamos fazer parte do projeto ultra neoliberal que está em curso, e que promove de forma efetiva o desmonte de políticas públicas relevantes na atenção a esses povos.

Nesse período em que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome cumpriu um importante papel em relação a materializar políticas com caráter específico para quilombolas apesar de no início trabalhar com políticas de cunho generalista.

Este ministério agrupa o comando de políticas sociais construídas para um público "universal", mas desenvolve inúmeros programas com foco mais direcionado para a parcela mais pobre da população. No entanto, como veremos, o MDS também buscará inserir em algum grau as comunidades quilombolas em uma agenda própria, pautada pela afirmação da diferença étnica ou cultural (Jorge e Brandão, 2016, p.87).

Cabe aqui evidenciar inclusive a PNAS/2004, pois ele era um órgão responsável pela política de assistência social em âmbito nacional como afirma Ferreira (2016).

No que diz respeito às ações mais específicas na área da assistência social em atenção aos quilombolas, identificamos que as Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS 2006, referendam os padrões para composição de equipes de referência dos Estados para apoio aos municípios. A equipe de referência deve ser composta por profissionais de nível superior, em nível de graduação concluído em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia ou graduação concluída em qualquer formação, acompanhada de especialização mestrado e/ou doutorado em Antropologia

Acreditamos que pelo fato de a política preceituar a importância da articulação e da transversalidade de ações nela previstas, com outras políticas sociais, para garantia de direitos das populações tradicionais, é que as ações voltadas para a atenção à proteção social básica têm se constituído como ponto de pauta pública.

Trazemos em destaque outro documento que foi desenvolvido de forma a referenciar as políticas sociais para quilombolas o Guia de Políticas Sociais Quilombolas de 2009, traz elementos que podem servir de orientação para os gestores trabalharem as políticas sociais dentro dos territórios quilombolas, ele por ser elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) atual Ministério da Cidadania, o intuito é de que o seu alcance seja ao nível federal.

O objetivo deste material é, portanto, mostrar como é possível facilitar e estimular o acesso das comunidades tradicionais aos programas, serviços e ações implementadas pelo MDS nas áreas de transferência de renda, assistência social, segurança alimentar e nutricional e inclusão socioproductiva (Brasil, 2009, p.9).

Então a partir dos objetivos que são apresentados no próprio Guia, podemos inferir que esse material também poderia ser trabalhado com gestores da

assistência social, como forma de ter uma compreensão melhor das especificidades dos usuários quilombolas.

Tanto que no decorrer do Guia, é apresentado questões de inclusão das famílias quilombolas no Cadastro Único e sua identificação no formulário do CadÚnico.

A abordagem compreende, desde a identificação e cadastramento das famílias até a maneira como cada ação é aplicada à comunidade, partindo do princípio de que o atendimento socioassistencial deve ser garantido a todas as comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades (Brasil, 2009, p.9).

Como o Guia (2009) trata de Políticas Sociais, ele vai abordar diversas políticas públicas e vamos nos concentrar na área da assistência social.

Em relação às especificidades das famílias quilombolas na área de assistência social, o Guia apresenta formulário do Cadastro Único, em que a família pode sinalizar que é quilombola, e os quilombolas não possuem obrigatoriedade na apresentação do CPF e Título de Eleitor na hora da realização do cadastro, entre outros documentos.

Para os Cras que em sua área de abrangência estão referenciadas famílias de povos e comunidades tradicionais, propõe-se que se leve em conta a sua cultura, suas expectativas e sentido que tem o trabalho com famílias, respeitando os elementos identitários dos povos Brasil (2009).

Sobre o termo utilizado para se referir aos povos tradicionais nos programas, Almeida (2011) traz uma importante reflexão de que os quilombolas não devem ser reduzidos à categoria pobre pois lidam com usurpadores que tentam tirar suas terras, possuem um patrimônio intangível ao qual ele se refere às plantas e ervas com propriedades medicinais.

Afinal, as comunidades remanescentes de quilombos não são o "reinado da necessidade", nem tampouco um conjunto de "miseráveis" em situação de pobreza extrema, já que os quilombolas se constituíram enquanto sujeitos, dominando esta necessidade e instituindo um "reinado de autonomia e liberdade" (Almeida, 2011, p.147).

Essa reflexão é interessante trazer pois quando pensamos nas políticas sociais elas são criadas no intuito de reparar as desigualdades sociais, a quem cabe essa responsabilidade é o Estado, mas ao pensar sobre os quilombolas temos que pensar sobre muitas dessas desigualdades que são acentuadas por fazer parte também da omissão desse próprio Estado, quando por exemplo no que se relaciona o processo de titulação das terras quilombolas existe uma morosidade

evidente. [...] ou seja, as medidas assistenciais e humanitárias só alcançarão sua plenitude se forem efetivados os direitos étnicos à terra ou direitos territoriais (Almeida, 2011, p.47).

Temos que frisar que mesmo com mudanças importantes em relação às comunidades quilombolas e políticas sociais, essa não é a única pauta que os quilombolas reivindicam, então não se pode perder de vista que os avanços nas políticas públicas, a demarcação e titulação de terra deixam de ser importantes ou podem ficar de plano de fundo, na verdade a expectativa é que se avancem ambas ao mesmo tempo.

3.2. Os Equipamentos sociais e equipes: fortalezas e fragilidades

Neste tópico vamos apresentar os equipamentos sociais buscando demonstrar as fortalezas e as suas fragilidades, com ênfase no CRAS por se tratar do nosso objeto de estudo. A lista de equipamentos da rede socioassistencial, e extensa, porém iremos destacar alguns, que são eles:

Abreviatura	Equipamento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CENTRO POP	Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua
CENTRO DIA	Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência e suas Famílias
UNIDADES DE ACOLHIMENTO	Casa Lar, Albergue, Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva, Casa de Passagem

--	--

Figura 3- Tabela criada pela pesquisadora com dados da cartilha de orientação do CRAS (2009).

Conforme a tipificação dos serviços socioassistenciais estabelecidos pelo SUAS, esses equipamentos são divididos a partir do seu nível de proteção e complexidade, conforme apresentado no início deste capítulo.

Esses equipamentos podem contar com unidades públicas ou que tenham convênio com assistência social da região, estão distribuídos pelos municípios, de acordo com que determina o SUAS que estabelece critérios para instalação do equipamento social, de acordo com o número de habitante e usuários a serem atendidos no território, como acontece com o CRAS Quilombola, que falaremos com mais detalhes.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um equipamento social que foi uma das determinações do SUAS, ele está inserido na Proteção Social Básica, onde oferece serviços como PAIF.

O Cras é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do SUAS, tendo como objetivo prevenir situações de risco social nos territórios, desenvolver potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, e da ampliação do acesso aos direitos e cidadania.

Uma das características exclusivas do Cras é o trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica sendo que essa última função demanda do Cras um adequado conhecimento do território de acordo com o Cras (2009).

No Cras são atendidas crianças, jovens e idosos, também conta com atendimento domiciliar para pessoas com deficiência e idosos, trabalhando com intervenções preventivas, situados em territórios onde há risco e vulnerabilidade social.

Mediante ao que foi exposto, sobre os quilombolas a partir da PNAS/2004 terem sido referenciados como público da assistência social, e devido aos avanços com a implementação do SUAS tendo como um dos seus eixos centrais o território, esse novo cenário possibilitou a criação de Centro de Referência da

Assistência Social no território de povos tradicionais, aqui vamos falar do CRAS Quilombola, mas também temos ciência da existência do Cras Indígena.

O que preconiza a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de 2007 também orienta em relação a esse acesso a política sociais de forma adequada a suas tradições, em seu Art. 1º

XI- garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais;

Então o Estado tem o dever de assistir essa população de alguma maneira, por compreender que esses povos estão em grande risco social

A situação de vulnerabilidade social em que se encontram as comunidades quilombolas gera impactos significativos sobre suas famílias, e exige do Estado medidas que busquem reverter o quadro da extrema pobreza (De Souza e Brandão, 2021, p.34).

A Portaria nº 137/2006 ao considerar as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social de 2004, prevê ações que devem alcançar as minorias étnicas, em situação de vulnerabilidade social, para implantação e implementação de ações adequadas, com eficácia e efetividade às suas demandas, conhecendo tais populações, buscando adequar ações às visões de mundo e temporalidades destas populações.

Dentro desta Portaria nº 137/2006 são apresentadas as normas de cooperação e financiamento para o processo de implementação do CRAS Quilombola e Cras Indígena, de acordo com a especificidade do público-alvo.

Essa mesma portaria determina que as atividades desenvolvidas pelo CRAS Quilombola devem ser orientadas por um antropólogo sobre as especificidades étnicas, culturais da comunidade remanescente de quilombo, ou seja, reconhecem a limitação existente em relação ao conhecimento dos profissionais da equipe do Cras em relação às singularidades quilombolas, o que podemos considerar como um grande ganho em relação aos atendimentos em que serão realizados por essa equipe.

A carência de informação, o desconhecimento e a falta de cuidado com o outro na hora do atendimento podem conduzir a um atendimento falho e sem garantias de direitos (De Souza e Brandão, 2021, p.42).

Dentro das entrevistas esse fator da falta de informações da política pelos usuários apareceu de forma latente, pois acabam por cobrar serviços que não são de alcance do Cras.

Um outro aspecto na determinação da atuação do Cras para povos e comunidades tradicionais, é a Equipe Volante (EV) marcando a presença do Estado em territórios que historicamente os serviços públicos são ausentes.

A Equipe Volante vai prestar os serviços de assistência social dentro dos territórios de difícil acesso, ela é responsável por fazer a busca ativa das famílias referenciadas pelo Cras, no território de abrangência, formada por uma equipe adicional ao Cras físico.

Um dos conceitos que são apresentados na PNAS/2004 de forma inaugural, e que contribui efetivamente para aproximar as famílias quilombolas dos serviços socioassistenciais é o conceito de território.

Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive neste território (PNAS, 2004, p.44).

O conceito também vai aparecer no texto da NOB/SUAS 2005

A Assistência Social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registro de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros (Brasil, 2005, p.18).

O princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de Assistência Social (Brasil, 2005, p.19).

Então no âmbito da assistência social a partir da introdução desse conceito é notório uma ampliação na capilaridade do alcance dos serviços socioassistenciais, e o equipamento materializa essa capilaridade e acesso aos territórios é o Centro de Referência da Assistência Social.

De acordo com MDS (2008) as atividades a serem desenvolvidas no Cras devem atender famílias e os indivíduos de comunidades quilombolas considerando a sua organização sociocultural e suas expectativas quanto à proteção social básica, respeitando os elementos de identidade das comunidades, o projeto arquitetônico desse Cras deve transmitir isso, por meio do material de construção, a estética, a disposição interna e externa do espaço e adequação dos serviços, além disso deve-se discutir com as lideranças quilombolas, representantes dos grupos usuários e órgãos responsáveis pela questão quilombola.

Mesmo sendo uma conquista a introdução desse conceito Nascimento e Melazzo (2013) apontam que na maioria das vezes essa perspectiva territorial ou territorialização, são reduzidas apenas uma de suas dimensões, a que fala sobre a lógica da localização e da proximidade, se atendo apenas a proximidade dos equipamentos aos usuários.

Podemos inferir que tratar a territorialização a partir de uma perspectiva reduzida, pode gerar estratégias frágeis nos processos de articulação das ações, é necessário trabalhar com as outras dimensões do conceito, como compreender a realidade desse território que está sendo feito os atendimentos, estudar quais são as maiores potencialidades e desafios desse território, para que possa a partir dali se pensar ações.

4. A atuação do CRAS Quilombola Negro Rugério: conhecendo a realidade por meio das falas dos sujeitos.

O Centro de Referência em Assistência Social Quilombola Negro Rugério-CQNR está localizado no município de Conceição da Barra na comunidade de Santana, no Estado do Espírito Santo, em uma comunidade certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, de acordo com a Portaria n° 29/2006.



Figura 4 – Mapa do Município de Conceição da Barra

Fonte: <http://conceicao-da-barra.blogspot.com/2015/08/mapa-do-municipio-de-conceicao-da-barra.html>



Figura 5 – Foto da fachada do CRAS Quilombola

Fonte: Arquivo da pesquisa – jan/2022

Um detalhe que nos chama atenção é que na própria placa indicativa do CRAS, não há menção a especificidade Quilombola, expressando uma forma de invisibilizar os usuários que são atendidos, bem como de negar a identidade institucional do equipamento.

O CRAS recebeu esse nome, em homenagem ao escravizado Negro Rugério um dos líderes do Quilombo de Santana, pelo fato de ter sido uma importante liderança quilombola, e ter lutado pela liberdade dos escravizados, motivo pelo qual o seu nome foi escolhido para o equipamento social.

Segundo Aguiar (2007) Negro Rugério era um escravizado fugido daregião do Vale do Cricaré, região onde hoje se localiza os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, ele era produtor de farinha, pois a região era conhecida pelas plantações de mandiba¹⁶. Rugério era conhecido pela sua sagacidade e seu senso de organização, sendo uma liderança no quilombo de Santana.

Em meados do século XIX segundo Russo (2007) em São Mateus existia Dona Rita Cunha, que era considerada uma das maiores proprietárias de terras da região norte do Espírito Santo, sendo reconhecida por ser também uma grande produtora de farinha de mandioca, devido ao seu bom relacionamento com líder do quilombo de Santana, com o qual fez o seguinte acordo.

Ela pagaria pela farinha, em dinheiro, o valor de 1/4 do preço do mercado e a revenderia aos atacadistas. O equivalente a 2/4 deveria servir para custear cada escravo de sua propriedade que vivesse no quilombo, passando esse escravo a

¹⁶ Variedade de mandioca; mandiva.

pertencer ao líder Negro Rugério. Quando todos tivessem sido pagos, ela daria alforria aos amotinados (Aguiar, 2007, p.25).

Outra liderança representativa na região do Sapê do Norte foi Benedito Meia Léguas. Conforme Morila, Plotegher, Soares (2021) ele atuou na luta pela libertação dos escravizados, foi perseguido pelo Estado, se refugiou no interior do tronco de uma árvore, ele carregava uma imagem de São Benedito, e quando a polícia o encontrou e queimou o tronco, a imagem do santo permaneceu intacta.



Figura 5: Mural na parede do CRAS Quilombola Negro Rugério

Fonte: *Arquivo da pesquisa – jan/2022*

Além do Negro Rugério, na região do Sapê do Norte, tiveram outros líderes importante na defesa da causa, a saber: Constância D'Angola¹⁷, Clara Maria do Rosário dos Pretos¹⁸ e Viriato Canção-de-Fogo¹⁹.

4.1 Caracterização do campo de estudo: população atendida e suas peculiaridades

¹⁷ Após a morte de seu filho, que foi atirado na fofnalha por estar chorando muito, ela jurou se vingar a morte o filho e passou ameaçar a dona da fazenda, com isso foi aprisionada no tronco, o grupo liderado por Viriato Canção de Fogo consegue libertá-la. Ela então passa a atuar na libertação de outros escravizados. (Russo, 2011)

¹⁸ Uma personagem ativa no processo de libertação dos negros, aprendeu a ler e escrever e usou isso a favor dos escravizados, junto com os abolicionistas organizou a irmandade de São Benedito dos Homens Pretos. (Russo, 2011)

¹⁹ Era uma figura mítica e lendária, que servia de socorro para todos os necessitados, dizem que ele que trouxe a Cabula para o quilombo de Santana, ela saqueava várias fazendas libertando escravizados que se encontravam sendo torturados nas senzalas em São Mateus. (Russo, 2011)

Consideramos importante registrar que o trabalho de campo, tanto a observação direta como as entrevistas foram realizadas respeitando todos os protocolos sanitários de enfrentamento a Covid 19. Conforme já sinalizado na introdução desta dissertação, para a realização da pesquisa, solicitamos, inicialmente, autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social de Conceição da Barra, e, após o contato e a autorização, realizamos o trabalho de campo, o que somente ocorreu em janeiro de 2022.

Para iniciarmos o trabalho de campo, estabelecemos contato direto com a responsável pelo equipamento social, que além de nos apresentar a equipe, nos informou que é composta por sete profissionais, tanto da área técnica como de suporte administrativo, e ainda nos relatou que o funcionamento do Cras é de segunda a sexta no horário das 8h às 17 horas.

Em relação à infraestrutura e espaço físico em que o CRAS está instalado, o que pudemos verificar é que o local é bem amplo, que conta com auditório, sala de reunião, tem acesso à internet, mas não tem telefone fixo e nem móvel para dar suporte a equipe, o que faz com que os técnicos tenham que utilizar os aparelhos móveis pessoais para contatos com usuários.

Mas apesar da estruturação tanto da equipe, como do espaço do Cras, o fato que nos chamou atenção durante o trabalho de campo, foi não identificamos a presença de usuários em atendimento, durante todo o tempo que permanecemos no equipamento, e quando indagamos a respeito, fomos informadas que a frequência tem uma variação relativa, pois têm dias que conta com a presença expressiva de usuários, e tem outros que realmente não aparece muita gente.

O CQNR está localizado próximo à rodovia que dá acesso à cidade de Conceição da Barra, e o transporte da população para chegar até o equipamento social, pode ser feito pelos ônibus intermunicipal ou pelo municipal, no entanto os transportes públicos não passam nas comunidades quilombolas, o que dificulta o traslado dos usuários quilombolas ao equipamento social, que somente ocorre por meio de transporte particular, o que nem sempre facilita a mobilidade para atendimento e/ou participação em reuniões e atividades desenvolvidas pelo Cras.

Esta deficiência de transporte público foi ponto sinalizado pelo MDS no Guia (2009), considerando que a precariedade das estradas e ausência de transporte, já eram pontos previstos como dificuldade de participação dos quilombolas nas atividades geradoras de emancipação econômica e social.

Identificamos a partir do trabalho de campo, que a área de abrangência do CRAS Quilombola contempla doze comunidades quilombolas, mas também dois bairros, a saber Morcego e Lage, e pode ser visualizado na figura abaixo:



Figura 6: Foto da representação da área de abrangência

Fonte: Arquivo da pesquisa – jan/2022

CRAS QUILOMBOLA NEGRO RUGÉRIO

Coordenadora:

Equipe Técnica:

Assistente Social:

Psicóloga:

Área de abrangência: Santana, Quilombo Novo, Antônio Lopes, Novo Horizonte, Linharinho, Angelim II, Morcego, Lage, Roda D'água, Quadrado, Porto Grande, Córrego do Alexandre, Morro da Onça, Córrego da Preguiça, Areal, Nova Esperança, Córrego São Domingos e Cói.

Endereço: Rua: Hernane Benso, S/Nº, Bairro: Santana, Conceição da Barra/ES

Figura 7 – Área de abrangência de acordo com site da prefeitura de Conceição da Barra

Fonte: Disponível: <https://conceicaodabarra.es.gov.br/secretaria-de-assistencia-social>

Outro aspecto relevante que deve ser enfatizado como traço marcante nas características das comunidades quilombolas que fazem parte do território de abrangência, conforme quadro acima, é o fato da existência dos conflitos territoriais locais, em função da exploração industrial existente em razão da

presença excessiva de eucalipto nas terras ocupadas por eles, conforme enfatiza Taveira (2020):

[...] atualmente são 53 mil hectares de eucalipto plantados e mais 22 mil hectares de vegetação nativa por reserva legal, o que implica que cerca 65% do território de Conceição da Barra seja controlado pela Suzano, sendo que outra parte significativa do município ainda é ocupada por monocultivo de cana-de-açúcar (Taveira, 2020, s/p).

Diante do contexto de ocupação pelo plantio de eucalipto em terras quilombolas pela empresa Suzano, alguns membros das famílias quilombolas, acabaram tendo que ir para cidade, na busca por oportunidade de trabalho ou de estudo, na garantia de oportunizá-lo ao acesso a trabalho e renda, considerando a ausência de oportunidades local, conforme afirma Ferreira (2009):

Frente à expropriação de suas condições de vida, grande parte da população negra rural do "Sapê do Norte" foi forçada a um intenso processo migratório para as cidades locais e outros centros urbanos, como a capital do estado do Espírito Santo. Outros que ainda aí permanecem, se encontram em meio a inúmeras dificuldades, "imprensados" pelos extensos talhões de eucalipto da empresa Aracruz Celulose S.A e de cana das empresas DISA- Destilaria Itaúnas S.A e ALCON - Álcool de Conceição da Barra (cuja implantação teve início a partir dos anos 1980, com o Proálcool) (Ferreira, 2009, p. 6).

Nesse sentido, vale registrar que a existência desses conflitos, que os quilombolas enfrentam até os dias atuais, tem aproximação com a realidade da minha família materna, que passou pelo processo de expropriação territorial, o que fez com que meus avós tomassem a decisão de irem para cidade em busca de uma vida melhor para seus filhos.

Objetivando compreender como a população usuária reconhece a importância do atendimento especializado do CQNR, levando em conta ser uma peculiaridade importante prevista na lei, obtivemos as seguintes respostas:

Ele atende nas comunidades na questão da agricultura no Programa de Aquisição de Alimentos PAA, pois a maioria das comunidades fazem entrega lá, mas em relação as outras coisas, como a cultura, palestras, e muitas das vezes eles quando tem atividade não divulgam nas comunidades quilombolas, e os jovens não são convidados para estarem participando, a maioria dos jovens que eu falo que residem mesmo em comunidades quilombolas [...] (Entrevista realizada em 25/01/2022 com Q.L).

As comunidades são distantes, então quando o psicólogo, coordenadora, assistente social, quando vão visitar, é importante entendeu, porque pessoas no caso que está sofrendo lá ao invés de vim ao CRAS já deixam e elas vão visitar e dão andamento no que aquela pessoa está precisando, e também tem o PAA que é despachado no CRAS, são das comunidades quilombolas, que traz e eles recebem aí as famílias consideradas baixa renda, vai apanhar também no CRAS. (Entrevista realizada em 10/01/2022 com Q.S).

O que pudemos identificar a partir das falas, que a população usuária reconhece a importância, inclusive pelo fato de atender a partir das peculiaridades, mas ao mesmo tempo identifica as limitações ainda impostas pelo serviço.

Outra questão que procuramos abordar, foi a respeito de como funcionava os serviços de atendimento à população, antes da chegada do CRAS Quilombola, e obtivemos as seguintes respostas:

Era na secretaria de ação social, na prefeitura às vezes não dentro da prefeitura, mas em alguns espaços próximos aos locais, no prédio da educação, depois ficou no Cras que chama Cras da Sede, mas assim eu lembro que também essa questão estava muito direcionada na secretaria de assistência social ou no Cras Sede, procurava um organismo social para depois, ter um conhecimento que era o Cras lá da Sede que ia solucionar aquilo, muitas coisas as pessoas iam para o Cras Sede quem tinha o conhecimento da problemática a ser resolvida e também que aquilo seria no Cras [...] (Entrevista realizada em 26/01/2022 com Q.A.I)

[...] em relação à bolsa família, assistência para agricultores era tudo feito lá na Sede em Conceição da Barra, aí tinha uma comunicação entre os assistentes sociais com as comunidades também, as vezes de vez em quando elas faziam, era tipo uma bate volta (nas comunidades), era esse tipo de comunicação que a gente tinha, uma pessoa da comunidade recolhia informação lá, e passava para o outro aqui dentro da comunidade, de vez em quando uma pessoa que trabalhava lá na assistência social vinha e comunicava as comunidades, mas era coisa rara, de issoacontecer, era mais fácil alguém da comunidade ir com a demanda do que alguém vim, tipo os líderes de associações, associações das mulheres, quando queria mesmo apresentar alguma coisa, ou fazer alguma coisa festiva, a gente reunia e ia até lá na sede. (Entrevista realizada em 25/01/2022 com Q.L).

De acordo com as falas dos usuários entrevistados, foi possível saber que os atendimentos e serviços eram realizados no Cras Sede que fica no município de Conceição da Barra, mas, é importante salientar que com a chegada do CQNR, não foram todas as comunidades quilombolas do município que foram referenciadas para o atendimento no equipamento, e assim, algumas foram para o Cras Braço do Rio que é o caso da comunidade Angelim II e não tem atendimento especializado, fator que não conseguimos saber com a equipe, quais foram os motivos para tal divisão.

A estética do ambiente estabelecido no CQNR é outro aspecto que consideramos importante salientar, pois evidencia outro traço referente às peculiaridades do atendimento especializado no CQNR, considerando que seja um fator que permite melhor identificação do equipamento social com a população usuária.

E encontramos respaldo para levantar esta questão, a partir da nossa pesquisa documental, na qual identificamos na normativa, orientação para o funcionamento do equipamento social dentro do território de comunidades e povos tradicionais, apontando a construção e estética em relação aos aspectos do espaço físico, como um indicador. Guia (2009), a saber:

O espaço físico do Cras cuja área de abrangência inclui referenciamento de povos e comunidades tradicionais deve levar em conta a sua cultura, suas expectativas e o sentido que tem o trabalho com famílias, respeitando os elementos identitários dos grupos. Nesse sentido, é imprescindível que a elaboração do projeto arquitetônico leve em conta a organização sociocultural e o serviço a ser prestado (Guia, 2009, p.22).

O material de construção, a estética, a disposição interna e externa do espaço e a adequação dos serviços sejam discutidos e planejados em conjunto com lideranças, desses povos e comunidades, representantes dos grupos de usuários e órgãos responsáveis pela questão indígena, quilombola e de outros PCT (Guia, 2009, p.22).

Nesse sentido, buscamos compreender como a população usuária do CNQR, o identifica, tomando como referência a construção dos espaços e acriação da estética. E as respostas nos permitiram compreender, como esse fator se faz importante em relação a realidade dos atendidos no equipamento social:

[...] ele não me representa enquanto quilombola, uma porque não é um espaço onde realmente tem quilombola né, e não tem nenhuma identidade quilombola, e outra que a nossa comunidade não é atendida diretamente pelo CQNR, e pôr o Cras também não ter uma gestão quilombola, porque se ele tivesse uma gestão quilombola, ele teria sim uma identificação quilombola, é isso que penso. (Entrevista realizada em 14/01/2022 com Q.A.II).

Não me representa, eu não me considero representada, pelo fato de eu ser uma mulher ainda , uma mulher jovem e muitas vezes tem jovens aqui na comunidade que precisam, de um momento de lazer, precisa de uma assistência ao psicólogo, precisa de assistentes sociais também, que olha pra essas crianças, pra esses jovens que vivem nas comunidades, e eu não tô falando só dentro da minha comunidade mas de todo território daqui de Conceição da Barra, que é de comunidades quilombolas que também precisam desse olhar para esses jovens [...] (Entrevista realizada em 25/01/2022 com Q.L)

Foi possível identificar por meio das falas dos quilombolas que a questão da estética do CNQR não vem contribuindo para estreitar relação dos usuários com o espaço do equipamento social, visto que não há traços da identidade quilombola no ambiente construído, conforme prevê o Guia (2009).

Podemos respaldar a visão trazida pelos quilombolas a respeito da estética do CNQR, apoiadas nas falas de Lyra, Nascimento e Corrêa (2018), quando sinalizam que a condição étnico-identitários dos quilombolas é desqualificada

pelo racismo, sobretudo em se tratando do território do Sapê do Norte, que apresenta um contexto hostil em relação as comunidades quilombolas, motivo pelo qual no Cras seria muito importante que existisse uma estética adequada alinhada aos processos de afirmação de identidade quilombola, inclusive fortaleceria os processos de resistência social existentes.

Esse apagamento da identidade negra e quilombola não começa e não termina com a estruturação do equipamento social, pois ela é fruto do processo escravocrata que, impediu os escravizados de lembrar, cantar, demonstrar qualquer resquício de lembrança que pudesse ter vindo do continente africano, da maneira que os unificou como um só povo, uma só origem, remete ao apagamento dessa identidade demonstrada em várias áreas, inclusive no CQNR como se não fosse relevante, conforme o autores sinalizam:.

É nos meandros desse caminho que se pode compreender como o colonialismo construiu o Outro enclausurado em si mesmo, que deveria ter como projeto tornar-se europeu (Bernadino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2018, p.273).

O CRAS Quilombola Negro Rugério em sua arquitetura não tem nenhum aspecto que represente a identidade dos seus usuários atendidos, demonstra uma marca colonial que determina que não seja importante que um equipamento que atenda povos e comunidades tradicionais, traga suas especificidades e nem considere isso relevante ao se projetar essa arquitetura.

A identidade quilombola está imbricada ao sentido de pertencimento local, sendo assim, se não há esse reconhecimento dentro do equipamento social, dificilmente, a população quilombola usuária irá se identificar com o local através da pertença e identidade.

Apoiada em Santos (2007), enfocamos que esta posição ganha sustentação a partir da compreensão de que o território deve ser entendido como o lugar onde a existência humana se materializa.

O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2007, p. 14).

Esse processo de construção da identidade quilombola e afirmação, é um processo sob o qual, como autora passo com os membros da minha família, pois meus avós e tios nasceram no território, mas saíram, mesmo os Serafim se

constituindo no território quilombola, os que não nasceram lá acabaram por perder essa dimensão identitária, fator que se associa a colonialidade do poder, conforme sinalizam os autores:

Existe, pois, uma atualidade dos quilombos deslocada de seu campo de significação "original", isto é, da matriz colonial. Quilombo se mescla com conflito direto, com confronto, com emergência de identidade para quem enquanto escravo é "coisa" e não tem identidade, "não é" (Marques e Gomes, 2013, p.144).

Ponto corroborado por Da Silva (2006);

Nesse sentido, a identidade social das comunidades remanescentes de quilombos se organiza em torno de categorias do cotidiano dos vários grupos e são reelaborados a partir de uma perspectiva das práticas sociais, tais como trabalho, o pertencimento territorial, a noção local dos direitos, dentre outros. (Da Silva, 2006, p.280).

Somado aos outros aspectos, consideramos também relevante apontar as peculiaridades apontadas pela normativa em relação a composição técnica das equipes, pois segundo a portaria 137/2006 se faz necessária a presença de um técnico com formação na área de Antropologia, considerando as especificidades de atuação do profissional e as singularidades das comunidades quilombolas, a saber:

As equipes que desenvolverão o trabalho no Cras devem ser orientadas por um antropólogo sobre as especificidades étnicas e culturais da comunidade remanescentes de quilombo, contribuindo no planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços e ações. Nesse sentido, também é importante que a equipe técnica estabeleça interlocução com as lideranças da comunidade atendida, para legitimar e auxiliar o trabalho e auxiliar o trabalho realizado junto à comunidade (Portaria, 2006, p.2).

Diante do que prevê a Portaria, procuramos em nossas entrevistas indagar a respeito da especificidade dos técnicos e a importância desse tipo de atendimento.

E ouvimos as seguintes respostas:

Precisa de pessoas que saibam o que é representatividade, que sabe o que é uma comunidade quilombola, pessoas que entram dentro realmente da comunidade, senta-se em uma roda de conversa, e pergunta para as pessoas o que elas querem realmente ver dentro do CRAS Quilombola, precisa de uma reunião dentro dessas comunidades também, com adultos com jovens, até com as crianças [...] (Entrevista realizada em 25/01/2022 com Q.L)

[...] a falta representatividade técnica entre as comunidades quilombolas né, falta entender as pessoas que vivem dentro das comunidades quilombolas, entender o que é uma agricultura familiar e entender também que existem pessoas dentro da comunidade que precisam dessa assistência, precisa de uma assistente social qualificada, que saiba o que é pisar em terra o que é entender uma pessoa negra,

uma pessoa quilombola é precisa de psicólogos também que entendam a cabeça dos jovens e até dos adultos também [...] (Entrevista realizada em 25/01/2022 com Q.L.)



Figura 8: Foto da entrada do CRAS Quilombola

Fonte: Arquivo da pesquisa – jan/2022



Figura 9: Foto da recepção do CRAS Quilombola

Fonte: Arquivo da pesquisa – jan/2022

Apesar do equipamento social ter algumas imagens que aparentam ser representativas da identidade quilombola, e, portanto, ser uma forma aproximação com a população atendida. Em nossas, das análises, foi possível compreender que são imagens apenas ilustrativas, pois não é feito um trabalho que respeite as singularidades dos sujeitos.

Podemos relacionar tal fato, com racismo estrutural, pois não se faz uma escuta, objetivando envolver os sujeitos atendidos, tanto para saber como o trabalho pode ser realizado, como para envolve-los como participantes do processo, observamos que as atividades são realizadas, apenas a partir do que consideram que seja melhor para os quilombolas, os tornando apenas usuários dos serviços já estabelecidos, sem respito as singularidades.

A partir das falas dos usuários, ficou evidente o reconhecimento por eles do não atendimento especializado realizado pelo CQNR, e embora em nossotrabalho de campo tenha sido sinalizado que na equipe do Cras havia duas pessoas representantes das comunidades quilombolas, essa questão não foi refletida na fala dos usuários, pois ficou evidente que é sentida a ausência de

representatividade quilombola na equipe, conforme prevê a normativa, considerando que ter alguém na equipe que compreenda melhor as singularidades, e isso poderia facilitar os processos e as ações a serem implementadas.

A comunicação também foi outro elemento trabalhado nas nossas abordagens, considerando a amplitude do alvo de atendimento dentro do território, ou seja, em função do tamanho da abrangência das comunidades quilombolas a serem atendidas no Cras, ficou evidente que o Quilombo localizado na comunidade de Santana, local onde o CRAS está situado, é o que mais se beneficia, pois há maior facilidade no processo de mobilidade dos usuários, tanto no que tange ao atendimento, como nas informações referentes a realização das atividades, o que propicia melhor o processo de participação, o que não acontece com as demais comunidades que são mais afastadas, considerando todos outros pontos de dificuldades já sinalizados, tais como: transporte, variedades de canais de comunicação (telefone fixo ou móvel, internet, dentre outros).

A fala de uma respondente residente na comunidade quilombola de Santana, corrobora com nossa análise, a saber:

[...] já tive cursos lá, cursos de costura pelo SENAC, já tivemos curso também do fruto da banana, processamento de banana, tivemos curso de plantas medicinais, eu mesma participei desses cursos, entendeu, curso de pintura, a pintura até que eu participei, mas não fiquei muito, não me dediquei muito sabe, precisava de mais dias. (Entrevista realizada em 10/01/2022 com Q.S)

No contraponto, verifica-se na fala de uma das entrevistadas residente em uma das comunidades mais distantes do local em que o CQNR está localizado, que evidencia as dificuldades em função das distâncias e falha na comunicação, pois programaram uma atividade em homenagem ao dia da Consciência Negra, e por não terem conhecimento da programação do CRAS Quilombola, marcaram no mesmo dia, o que ocasionou a realização de duas atividades na mesma região, o que poderia ter sido organizado de outra forma, mais coletiva envolvendo toda a população quilombola usuária do mesmo serviço.

[...]No Dia da Consciência Negra teve uma atividade no Cras, mas a gente soube de última hora, pela boca do povo [...] (Entrevista realizada em 25/01/2022 com Q.L)

Esses fatores apontados nas falas e nas nossas análises, nos permitem compreender que muito ainda deve ser desenvolvido para atender as demandas apontadas pela população quilombola atendida pelo Centro de Referência especializado, que aponta em sua normativa inúmeras ações, que se cumpridas em

grande parte terá a possibilidade de atender os usuários respeitando suas singularidades.

4.2 O olhar da equipe técnica especializada a respeito do trabalho desenvolvido

Aqui vamos trazer as análises realizadas a partir da fala da equipe técnica, buscando elucidar a partir do olhar dos técnicos de que maneira vem sendo realizado o trabalho com os usuários, bem como quais são as condições de trabalho existentes.

A equipe técnica tem vínculos híbridos, pois é composta por servidores efetivos e colaboradores temporários, nesse sentido, fazem parte do quadro efetivo com vínculo público, somente a assistente social e a auxiliar de serviços gerais, os demais técnicos como psicólogo, pedagogo, auxiliar administrativo, motorista e recepcionista são integrantes de um quadro de colaboradores temporários, sem vinculação contratual com o serviço público municipal.

Considerando que as condições de trabalho se constituem como ponto importante para o bom desenvolvimento das atividades, procuramos inicialmente saber a partir das entrevistas realizadas com membros da equipe, sobre o suporte técnico e administrativo existentes, os serviços de apoio etc., bem como sobre a infraestrutura do equipamento social, considerando se são adequadas para efetivação do atendimento das demandas do CRAS. Os respondentes nos apontaram as seguintes questões:

Os recursos humanos e financeiros não têm sido suficientes. Na verdade, ainda é um desafio, pois existe uma grande demanda no território, situações de vulnerabilidade e risco social, contudo exige uma defasagem de profissionais e falta de formação permanente dos trabalhadores que atuam no Cras (Entrevista realizada em 10/03/2022 com E.T.).

Pra atender, precisa primeiramente da equipe completa, nós não temos, porque não temos a equipe completa, no caso seria duas assistentes sociais e só temos uma. E a questão do transporte também que faz parte da infraestrutura do CRAS, possuir um transporte exclusivo também não temos, então equipe técnica completa e o veículo no caso, o transporte, se isso não conseguimos atender as comunidades do nosso território de abrangência, pois é muito grande, muito extenso na verdade [...] (Entrevista realizada em 10/01/2022 com E.T.).

Foi possível identificar com as falas, que a equipe técnica além de não estar completa, não recebe capacitação necessária para o atendimento das

singularidades da população usuária, fator que demonstra o não atendimento do que está preceituado na NOB-RH/SUAS 2006, em relação a equipe de referência do estado, que tem o papel precípua de apoiar a equipe do Cras que atende povos e comunidades tradicionais.

Verificamos que é de suma importância que na equipe técnica tenha pessoas que conheçam o território, para pensar nas condições de participação dos usuários nos serviços e atividade.

Outra precariedade apresentada nas falas dos respondentes, e que se mostrou como ponto de estrangulamento na efetivação das atividades técnicas a serem desenvolvidas, foi a dificuldade de acesso ao uso do transporte para atender demandas de visitas domiciliares dentre outras atividades relevantes na atenção as famílias atendidas, considerando as distâncias entre as comunidades quilombolas usuárias dos serviços a serem oferecidos pelo CNQR, a saber:

[...] desde que o carro chegou no Cras, ele é levado para atender outras demandas, não é igual o carro do conselho, que está ali para prestar serviço, inclusive eu queria até que escrevesse CRAS QUILOMBOLA DE SANTANA DO NEGRO RUGÉRIO, igualmente tem no carro do conselho, para as pessoas poderem identificar, e outra coisa tem muito sofrimento do povo da roça minha filha, muito e não é pouco tá, é muito. (Entrevista realizada em 10/01/2022 com Entrevista realizada em 10/01/2022 com Q.S).

[...] precisamos do transporte para poder estar indo até as comunidades, pois tem comunidades que tem dificuldade para estar vindo aqui, eu acho que falta muita parceria também, acho que de fato tem muita coisa dentro do CRAS Quilombola (Entrevista realizada em 10/01/2022 com E.T.).

Há dificuldade para o carro atender no próprio bairro, porque não tem carro, o carro veio direto para o CRAS Quilombola de Santana, [...] é um Deus nos acuda para vim prestar um serviço, é só isso que eu acho que não atende, eu acho um absurdo, e já foi desde o outro governo também, essa falta de respeito, pois o carro vem direto para ali (CRAS). (Entrevista realizada em 10/01/2022 com Q.S)

Complementando as informações a respeito da infraestrutura e os serviços de apoio de transporte às atividades técnicas da equipe do Cras, nos foram relatadas as seguintes questões:

O território de abrangência do CRAS Quilombola é extenso, e possui demandas diversas. Vejo que teríamos que ter um carro de uso exclusivo do equipamento, para atender as comunidades quilombolas e usuários que vivem em locais de difícil acesso. Como dito anteriormente, o financiamento é um dos desafios, que acaba influenciando diretamente na condição de trabalho dos profissionais que atuam no CRAS. (Entrevista realizada em 10/03/2022 com E.T.).

[...] se é de uso exclusivo, o carro deveria estar aqui dentro do CRAS Quilombola para atender as comunidades, atender as famílias é um dia, uma segunda feira

(que o carro fica disponível para o CRAS) não conseguimos fazer tudo, hoje por exemplo não conseguimos fazer tudo ainda, como que nós vamos na comunidade, se precisa de ir em uma comunidade não tem como, amanhã já é agendado para outro equipamento, então é muito difícil [...] (Entrevista realizada em 10/01/2022).

[..]se pede o carro tem que ser agendado tem que ter falado antecipadamente, não pode falar assim em cima da hora – preciso do carro, não. Então é muito difícil trabalhar assim, eu no meu pensamento eu vejo que é muito difícil [...] (Entrevista realizada em 10/01/2022 com E.T.).

Nas falas complementares durante nosso processo de observação direta e de algumas entrevistas, membros da equipe nos relataram que houve um período em que conseguiram realizar atividades externas, como visitas tanto as áreas quilombolas mais próximas ao CQNR, como domiciliares para atendimento as famílias sem condições de serem atendidas no equipamento social, é essa ação fez toda diferença na aproximação e conhecimento das demandas locais, pois permitia, segundo relato de uma respondente ampliar o nível de conhecimento ao respeito das competências do Cras:

[...] e quando chegamos lá nas comunidades nós fomos falar o que era o Cras, a porta de entrada que tem no Cras, muito das pessoas não sabia o que era, elas não conheciam, elas não sabem o direito delas, que elas tem, que pode ser feito no Cras, então assim falta muita coisa até eles entenderem o que que é o Cras. (Entrevista realizada em 10/01/2022 com E.T.).

No entanto, pela escassez de disponibilidade do transporte, foi necessário priorizar outras atividades, o que dificultou a continuidade dessas ações, e consequentemente prejudicando diversos ações previstas no contexto comunitário quilombola.

A disponibilidade do transporte no CRAS Quilombola uma vez na semana, é a materialização do racismo institucional, quando se precariza o serviçosabendo que os impactos vão ser sentidos pela população negra quilombola que necessita ser atendida, inclusive considerando as distâncias e a não facilidade de transporte existente

O racismo institucional não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial tal qual reconhecido e punido pela constituição brasileira. Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam na distribuição desigual de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial (López, 2013, p.81).

Então, conforme López (2013) aponta extrapola as relações interpessoais, pois se institui na forma que o cotidiano se organiza, até mesmo na implementação das efetivas políticas públicas, causando de algum modo, mais desigualdades e iniquidades, como no caso do acesso ao transporte no CRAS.

Cientes de que a infraestrutura do CRAS é suficiente, mas os serviços de suporte, são insuficientes, como foi relatado a situação de precariedade no uso do transporte, assim como a ausência de telefones fixos ou móveis para comunicação, buscamos saber da equipe, se eles consideram que o trabalho que vindo sendo desenvolvido com as famílias quilombolas, é diferenciado dos demais públicos, e em quais aspectos. A resposta de uma das respondentes revelou reconhecimento da necessidade das singularidades do público atendido, a saber:

Sim, considero. Sabemos do processo de exclusão, marginalização, luta pelo território, pelo reconhecimento da sua cultura, identidade e outros. É uma realidade que requer um olhar atento dos profissionais que atuam no CRAS. São questões indissociáveis do trabalho social com as famílias quilombolas. Assim, a meu ver não tem como desenvolver o trabalho social desconsiderando as particularidades das comunidades quilombolas, como seus costumes, tradições e outros. (Entrevista realizada em 10/03/2022 com E.T).

Essa fala nos traz a questão da ausência na formação dos profissionais da equipe técnica em relação aos povos tradicionais, que mesmo que identifiquem que as famílias passam por situação de vulnerabilidade, na atuação tem dificuldades em intervir, com base nas especificidades.

E a partir da insatisfação nos atendimentos, percebemos a partir das análises das falas que os usuários acabam não voltando ao CQNR, gerando um afastamento das atividades lá realizadas.

A fim de complementar as informações relativas ao suporte ao atendimento as comunidades quilombolas, sobretudo as mais distantes do prédio do CQNR, procuramos saber se estar ativa a atuação da Equipe Volante, conforme prevê a normativa, Guia (2009), e como resposta, recebemos a informação: “Aqui não, pela secretaria a gerente mesmo já falou, que eles estão tentando montar isso aí, estruturar na verdade. (Entrevista realizada em 10/01/2022 com E.T.I)”. de que no momento não há presença ativa de equipe complementar, fator que se constitui como uma lacuna no cumprimento das atividades, considerando que a atuação dessa equipe, permitiria ampliar a capilaridade de atuação técnica no território.

Enfim, consideramos que a equipe que desenvolve atividades no CQNR tem consciência da importância do trabalho especializado, no entanto o aprimoramento e intensificação das ações não depende apenas dos técnicos, mas também da gestão no sentido de viabilizar serviços e aportar recursos para melhor efetivação das atividades, sobretudo em locais cuja abrangência e as singularidades já se constituem como desafios.

4.3. Os quilombolas: usuários do serviço?

A abordagem direta com a população quilombola atendida pelo CRAS Quilombola nos permitiu identificar e selecionar para efetivação da escuta, sujeitos representantes de cada uma das comunidades quilombolas pertencentes ao Território de Sapê do Norte, sendo assim, serão aqui representados respondentes das seguintes comunidades: Quilombo de Santana, Quilombo Linharinho, Quilombo Angelim I e Quilombo Angelim II, totalizando quatro entrevistados.

Para que pudéssemos captar diferentes olhares, dentre os usuários selecionados, na perspectiva das diferentes posições, selecionamos para nossa escuta: homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, pois acreditamos que essa diversidade contribuirá para ampliar o nosso olhar a respeito das ações e práticas desenvolvimento nas diferentes frentes.

Iniciamos, procurando na abordagem saber o que os usuários do CQNR, sabem sobre a Política Nacional de Assistência Social, sobretudo do Cras especializado, das respostas apresentadas, destacamos a fala de representantes das diferentes comunidades:

O Cras atende as pessoas carentes em todos os aspectos, ir até o local para visitar, tirar carteira dos idosos etc. (Entrevista realizada em 10/01/2022 com Q.S).

Que temos direito à assistência social, de acordo com as necessidades básicas da família. (Entrevista realizada em 14/01/2022 com Q.A.II).

As demais falas, apresentaram uma mistura de informações a respeito da prestação de serviços na área de assistência, saúde, dentro outras, o que evidencia de certa forma a falta de entendimento sobre amplitude da PNAS

[...] CRAS Quilombola, precisa de uma reunião dentro dessas comunidades também, com adultos com jovens, até com as crianças, porque tem algumas crianças aqui que não tem nenhum lazer, e fica acabando na frente da tecnologia, e não sabe o que é um momento de cultura que o Cras deveria representar para gente, então eu acho assim que falta comunicação [...] (Entrevista realizada em 25/01/2022 com Q.L).

[...] e outra depois da Covid o médico não vai nas comunidades, é uma coisa também, aonde que eu fui eu conversei muito com isso aí é da saúde, mas que podia sair de dentro do Cras, num projeto de dentro do Cras [...] (Entrevista realizada em 10/01/2022 com Q.S).

[...]tem idosos aqui dentro da comunidade que também precisam de muita ajuda, mas infelizmente, a assistente social lá dentro não olha pra esses idosos que muitas vezes está acamado, estão doentes falta de assistência, então precisa ser um olhar mais carinhoso para as comunidades entendeu, o posicionamento. (Entrevista realizada em 25/01/2022 com Q.L)

Consideramos que a falta de conhecimento mais ampla a respeito da PNAS e das atividades desenvolvidas pelo Cras, sejam geradoras da criação de maiores expectativas sobre as ações que poderiam ser realizadas, considerando as inúmeras frentes que têm lacunas produzidas pela precarização dos serviços públicos no território, a saber: área de lazer, cultura, acesso à saúde, educação dentre outras.

Esta afirmação encontra respaldo, a partir do que o MDS (2009) aponta como resultado de sua avaliação sobre os equipamentos de saúde, nos territórios quilombolas, quando enfoca que são inexistentes, tendo as comunidades uma cobertura limitada do Programa de Saúde da Família. Ou seja, os quilombolas acabam por procurar formas de sanar essas ausências, e tomam como referência outros serviços, acreditando que tudo poderá ser resolvido.

Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessário que ocorra nos territórios uma efetiva divulgação e esclarecimentos sobre os serviços, sobretudo os ofertados, pelo CQNR, pois entendemos que essa falta de informações e conhecimento a respeito da Política de Assistência Social, prejudica o acesso dos usuários, pois o desconhecimento no geral, causa sempre equívocos nos encaminhamentos, seja para a população quilombola ou para a sociedade em geral.

Prova desse processo é que em uma pesquisa de avaliação realizada junto aos quilombolas referente a oportunidade de acesso aos programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ficou evidente a ausência de conhecimento em relação às políticas, conforme o próprio Ministério registra:

O grau de conhecimento dos moradores das comunidades sobre os critérios de acesso aos programas é, geralmente, parcial, fragmentado e, algumas vezes, inexistente. Esse desconhecimento pode ser associado à ausência de estratégias

mais eficazes de divulgação de informação direcionada aos usuários atuais e potenciais (MDS, p. 5, 2009).

Sabemos que o reconhecimento da Política de Assistência Social no Brasil como um direito ainda está em construção por parte da sociedade, como já mencionamos no capítulo 3. Isso ocorre até mesmo entre os gestores e próprios profissionais da área.

Apesar de não terem conhecimento ampliado sobre as ações desenvolvidas pelo Cras, procuramos saber sobre quais os serviços que eles acessaram no CQNR, e obtivemos as seguintes respostas:

[...]estive lá no Cras e fiz o curso, porém o deslocamento era por minha conta, e era um curso específico para as comunidades, sendo que o deslocamento era conosco, aí você vê, é um Cras que foi construído para atender as demandas das comunidades quilombolas, como toda essa questão social, aí eu como quilombola consegui uma vaga para esse curso que é ofertado, passei nesse requisito, mas, porém, a questão do transporte eu não tinha [...] (Entrevista realizada em 26/01/2022 com Q.A.I)

[...] eu consegui concluir esse curso com muito custo, e eu assim porque que eu fiz isso, por questão do barraco? Não, porque eu entendi que era um direito meu, tava ali também exercendo esse direito, é difícil, é difícil não, não é que é difícil, eles não querem entender e não querem facilitar [...] (Entrevista realizada em 26/01/2022 com Q.A.I)

Nesse fragmento, o usuário relata que participou de um curso ofertado pelo CRAS, mas que não lhe garantia alimentação e transporte, e que para conseguir o transporte ele foi em busca dos órgãos responsáveis.

[...]e tinha que está lá 07 horas da manhã, pensa eu sair da comunidade e chegar em Conceição da Barra 07 da manhã, qual era a condição tinha, uma Kombi do município que levava as crianças da APAE 06 horas da manhã, que saía de Itaúnas/Conceição da Barra, e aí eu tentei peguei umas caronas um dia só que depois ele (motorista) falou que não poderia levar daquela forma, tinha que ter autorização da educação, e também não tinha alimentação, para conseguir essa questão da alimentação eu tive que quebrar um pau lá na secretaria de educação, tá entendendo, eu tive que ir uma tarde e demorou para não me atender, no final eu falei assim é tudo ou nada, e eu consegui concluir esse curso com muito custo[...] (Entrevista realizada em 26/01/2022 com Q.A.I)

Ele teve a dimensão de que era um direito e não favor, por isso buscou, mas a política não é feita para quem a compreende como direito, ela é feita para todos que dela necessita, então é imprescindível que tenham profissionais que saibam suas atribuições e competências para trabalhar com os povos e comunidades tradicionais a partir da sua realidade.

Quando se aponta para a presença de alguém na equipe que conheça o território se almeja evitar situações como essa, pois a partir dessa compreensão do território do Sapê do Norte, ao ofertar oficinas, cursos e atividades que necessitem que os quilombolas estejam no CQNR com frequência, é necessário pensar nas condições para essa participação, seja o transporte, alimentação e o que mais verificarem que seja fundamental.

[...] e temos que ver as condições de facilitar né a vinda dessas pessoas até aqui, ofertar uma alimentação, assim mesmo, eu comia lá no Cras, a comida que os funcionários faziam lá, eles ficavam meio assim comigo, mas eu tinha que comer, porque o curso era o dia todo era das 07 às 16, passei, passei por essa situação, mas assim eu acho que deveria ter uma coisa mais proveitosa, e facilitar a vida das pessoas e ir melhorando a qualidade de vida, dos quilombolas também. (Entrevista realizada em 26/01/2022 com Q.A.I)

O usuário para participar de um curso ofertado pelo CQNR que era do seu interesse teve que passar por diversas situações, para garantir seus direitos, e o deixando mais desmotivado a continuar nesse espaço, o que gera um alto nível de insatisfação, ao pensar que quem planejou essa atividade e incluiu os usuários quilombolas em nenhum momento de fato, no planejamento do curso, olhou para a realidade deles.

A carência de informação, o desconhecimento e a falta de cuidado com o outro na hora do atendimento podem conduzir a um atendimento falho e sem garantias de direitos, isso leva, conseqüentemente, a uma inoperância da ação (Souza, p. 171, 2021).

Essa carência também se manifesta em relação a falta de equipamentos públicos no território, então por mais que o Cras não atende, por exemplo, a demanda em relação a saúde, ou emprego, o fato dele ser um equipamento público mais próximo gera a expectativa que se ele não te atender ele pelo menos te auxilie de alguma forma, ou até te caminhe.

Mesmo com a ampliação de divulgação dos serviços e programas ofertados pela assistência social a partir dos anos 2000, a carência de comunicação entre implementadores, gestores e usuários é grande, principalmente em se tratando de territórios rurais, situação que inviabiliza a chegada das ações da assistência social (Souza, p.171, 2021).

Dessa forma, consideramos que a política de assistência social chega ao território de povos e comunidades tradicionais, mas com algumas limitações e de forma precarizadas.

Segundo Souza e Brandão (2021) ocorre uma negação da individualidade, na identidade dos sujeitos da política social e são atribuídos de maneira única,

como uma mulher ou homem, criança, jovem ou idoso que precisa de atendimento, sem levar em conta suas especificidades.

Indagamos também aos usuários, sobre os desafios e possibilidades que se apresentam no cotidiano de funcionamento do CQNR, não temos a pretensão de criar nenhum estigma negativo sobre o equipamento mesmo solucionar questões, pois temos a compreensão de que estamos vivendo em um momento de corte em políticas sociais, a volta do conservadorismo, moralista e que isso traz rebatimentos diretos nas políticas sociais e afeta o funcionamento dos equipamentos sociais. Apresentamos aqui a fala dos usuários:

[...] eu acho que o CQ ele deveria ser quilombola, ele deveria ser um lugar que cria oportunidade para os quilombolas que estão se formando, porque antes os municípios alegavam que não tinha quilombola com capacidade de assumir o CQ, hoje a gente sabe que temos muitos quilombolas capazes, capacitados, estudantes, graduados até mestrado e pode sim assumir o CQ. E se a gente for lá no CQ né, o ano passado que eu fui lá tinha um quilombola, que eu acho que era até auxiliar de serviços gerais, os demais são tudo funcionário do município, eu acho que o CQ tinha que ser assumido por um quilombola. (Entrevista realizada em 14/01/2022 com Entrevista realizada em 14/01/2022 com Q.A.II)

Ao realizar uma pesquisa com mulheres quilombolas as autoras Prates et al. (2018) apresentam elementos sobre os sentimentos que emergem nas mulheres quilombolas em relação a sua identidade, dentre os aspectos abordados é mencionado a falta de oportunidade na comunidade, e que elas acabam tendo que sair e não significa que não se identificam com a vida na comunidade mas sim a preocupação com o futuro, e o quilombo acaba por ser um lugar sem muitas oportunidades, essa questão da falta de oportunidade se assemelha o que a entrevistada de Angelim II coloca.

Prates et al. (2018) menciona a preocupação em relação ao conseguir emprego e como isso afeta a permanência das pessoas na comunidade, principalmente dos jovens.

Os jovens preocupavam-se com o futuro, pois apresentavam poucas oportunidades de emprego e de profissionalização dentro da comunidade. Para modificar essa situação, eles também se afastaram do quilombo. Portanto, a dificuldade de encontrar uma atividade que promova a geração de renda também é encontrada em outros quilombos (Prates et al, s/p, 2018).

Então ao obter formação qualificada e o jovem não conseguir ainda assim, ser considerado para uma vaga de emprego próximo no seu território, começa a

gerar angústia tendo que se pensar na possibilidade de sair da comunidade rumo a “cidade” em busca de uma oportunidade.

Os respondentes nos apresentaram outros desafios, que são:

A ideia é muito boa, se fosse hoje, na época a definição do local , que junto como município definimos que seria bom devido até o local ser, aliás o município ser Santana um quilombo urbano um quilombo com sua história mas se fosse hoje o tempo eu venho discutindo isso sobre essa questão do Cras, passou tão rápido, eu não aceitaria, não opinaria na questão de ser em Santana, poderia ser no meio do mato em qualquer outro quilombo mas naquele momento era uma coisa nova , uma novidade com a visão de agilizar o processo na questão do terreno que tava regularizado, fazer aquilo, e as pessoas do município que estavam a frente, diziam a gente tem que recorrer senão a gente perde o tempo, a gente tem prazo pra cumprir, então eu lembro que eu acompanhei umas reuniões aqui internamente, e ai também por isso facilitou a gente definir que Santana seria um local ideal, é um local ideal? Sim, tem uma proximidade, tem uma certa facilidade também, mas, porém, é essa questão que eu acho que, a gente enquanto movimento (quilombola) deu essa relaxada, enquanto Cras, deu uma relaxada uma questão de articulação do movimento a nível do local e a nível estadual, porque é uma política estadual direcionada né, do estado. (Entrevista realizada em 26/01/2022 com Q. A.I)

Por meio dessa fala identificamos que o entrevistado participou do processo de implementação no Sapê do Norte, pois no Território existe o CRAS Quilombola de São Mateus e o CRAS Quilombola de Conceição da Barra, e sobre o CQNR ele afirma arrependimento em relação a escolha do local, por mais que seja em região central ele fica longe de muitas comunidades, então se tivesse a oportunidade iria escolher comunidade mais afastada. Reafirmamos que a Equipe Volante em funcionamento seria uma maneira de amenizar essa questão da distância.

[...] ser mais acessível a comunidade, então assim é um dia por semana ou dois ter um planejamento uma rota vamos passar em Linharinho (comunidade da área de abrangência) em Angelim I (comunidade) é Santa Isabel né um exemplo, vamos atender 3 comunidades ou 4 Angelim II mesmo que não tenha demanda mas vai lá e vai fazer uma hora vai conversar , vai entender eu acho que seria o Cras ter essa disponibilidade de profissionais ou até de levar o que ele tem de estrutura no local , o psicólogo , fisioterapeuta se tem um curso sei lá, o que tem a oferecer mas que não consegue trazer ou se a gente consegue trazer , alguma coisa assim , seria nesse trabalho não seria busca ativa mas um trabalho de campo mesmo , um trabalho mais próximo das comunidades das famílias, levantamento, cadastramento porque acho que seria dessa forma. (Entrevista realizada em 26/01/2022 com Q.A.I)

[...] o CRAS Quilombola fica em Santana e quem mais são atendidos é o povo de Santana e não os quilombolas das comunidades, apesar de Santana também é um quilombo [...] (Entrevista realizada em 14/01/2022 com Q.A.II)

eles queixam muito de não ter, poderia ter sabe o que uma , na rede não, aqui (CRAS Quilombola) é a Matriz aí podia ter uma filial lá na comunidade do Linharinho, pra fazer essa ginástica pra atender o pessoal você está entendendo, porque muitas vezes , eles vêm aí vêm de dia trocado não é o dia que a assistente (social) esta , não é o dia que o psicólogo está, então volta (para casa) paga dinheiro, aquilo que eles não tem, e volta sem ser atendido, eles reclamam muito isso aí Fanyção falas deles mesmo, a distância[...] (Entrevista realizada em 10/01/2022 com Q.S).

Como já abordamos o Cras Quilombola Negro Rugério, fica na comunidade de Santana, local escolhido por ser de mais fácil acesso, e como não tem EV nas comunidades, acaba gerando esses conflitos em relação a localização do Cras, por representar um equipamento distante dos usuários.

A fala do entrevistado que disse ter participado do processo de implementação do CQNR, chama atenção para o fato de ter sido criado um canal de escuta para sua criação, mas a partir das entrevistas identificamos que esse canal de escuta não parece funcionar mais, retomar isso pode ter um ganho significativo. Pois, nessa mesma fala ele também chama uma cobrança para os quilombolas estarem mais presentes nos processos organizativos do equipamento, mas essa via é de mão dupla.

Eu acho que ele deveria mudar assim a questão de gestão, ter uma gestão compartilhada com movimento (quilombola), gestor público o executivo eles deveriam abrir essa gestão do Cras com o movimento porque traz o nome da luta quilombola, e ser mais aberto as políticas Cras ser, mas acessível a comunidade [...] (Entrevista realizada em 26/01/2022 com Q.A.I)

A presença de lideranças na gestão e nas reuniões inclusive é uma das prerrogativas do MDS (2009) que afirma que deve se discutir os serviços e planejar em conjunto com representação de usuários, lideranças quilombolas e órgãos ligados à questão quilombola como Fundação Palmares, o documento mencionava a SEPPPIR, mas como já citamos ela foi extinta.

Então perguntamos sobre a participação em reuniões deles ou por parte se seus familiares.

A última vez que eu participei, foi quando eu era membro do jongo de Santa Bárbara, eu era nova ainda tinha uns 15 anos por aí, foi a última vez que participei de reunião lá dentro, mas meus pais já participaram, meus tios também participaram de reuniões. O restante mais com o projeto do PAA. (Entrevista realizada em 25/01/2022 com Q.L).

Participo sim, das reuniões, seminário, até delegada já saí, para conferência do idoso. (Entrevista realizada em 10/01/2022 com Q.S).

Sobre a participação nas reuniões, essa participação se apresenta de maneira pequena por parte dos usuários. Por outro lado, também identificamos quilombola que busca participar de reuniões e estar no espaço, como forma de ocupar. Essa atitude nos remete a um trecho de Samba Enredo.

Brasil, chegou a vez, de ouvir as Marias, Marielles, malês (Samba Enredo Mangueira 2019)

Esse trecho do Samba da Mangueira de 2019, fala sobre a hora da história ser contada de outro lugar, não mais ouvir dos mesmos, esse trecho inferi para esse pedido esse clamor dos quilombolas que querem ser ouvidos, querem se ver representados no CQNR. E a fala da Quilombola de Angelim II, que mesmo sua comunidade não sendo referenciada no CQNR, ela ocupa esse espaço, ela reivindica o que lhe é de direito.

[...] a gente por reivindicação mesmo a gente sempre usa o espaço (do CQNR), pra gente fazer reuniões e encontros é tudo que é relacionado assim a questão quilombola, que a gente precisa de espaço a gente solicita o CRAS Quilombola, por exemplo agora dia 27 nós estamos fazendo o encontro né pra discutir o a identificação geográfica do Beiju, e aí a gente solicitou o espaço do CRAS Quilombola. Para fazer essa discussão, dessa forma que a gente usa, mas tem outras comunidades que usam que faz entrega do PAA lá como Coxi, Linharinho mas o Angelim II não. (Entrevista realizada em 14/01/2022 com Entrevista realizada em 14/01/2022 com Q.A.II)

Às vezes eles (quilombolas) utilizam para reuniões, agora mesmo inclusive eles mandaram uma mensagem para uma reunião, solicitando o espaço para o IG Beiju, aí falei que vou ceder o espaço, quando a comunidade quer usar o CRAS emprestado, o espaço do CRAS, eu sempre procuro atender as comunidades. (Entrevista realizada em 10/01/2022 com E.T.I)

Uma especificidade do CRAS Quilombola, que foi citado por todos foi sobre o Programa de Aquisição de Alimentos²⁰ (PAA) que é um programa do governo criado pelo art. 19 da Lei Nº 10.696, de julho de 2003, foi bastante mencionado pois algumas famílias frequentam o CQNR somente para esse fim, tendo apenas esse contato com o equipamento social.

Segundo Grisa et al. (2010) o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, e também vai trazer uma grande contribuição no reconhecimento da agricultura familiar, o PAA vai integrar as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura

²⁰ <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>

familiar. Inclusive o PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Fome Zero.

O Programa adquire os produtos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos ou em situação de risco alimentar (Grisa et al, p.139, 2010).

Quando refletimos sobre as possibilidades no que tange a maior divulgação sobre os serviços ofertados no equipamento, o dia que é feito o PAA aparece como um dos melhores dias para essa abordagem. A presença de quilombolas no espaço para outras atividades pode se transformar numa presença para pensar juntos em atividades em conjunto

As comunidades fazem entregas no CQNR a cada 15 dias, eles articulam tanto os quilombolas para irem fazer a entrega de alimento, quanto a equipe do CRAS para receber.

Uma das possibilidades apresentadas seria a aproximação mesmo do CRAS com os quilombolas, seja por meio de reuniões com lideranças quilombolas ou por uma identidade visual do CRAS mais representativa para os quilombolas

Um dos aspectos levantados por alguém da equipe do CRAS que disse sobre os quilombolas utilizarem espaço para reuniões e encontros, acho que a partir desse contato no CRAS pensar em um encontro realmente dos quilombolas com a equipe técnica para fazer uma escuta não só dos quilombolas falarem para aequipe mas a equipe também apresentar o serviço e a realidade em relação às possibilidade e partir daí construir uma forma de se trabalhar juntos, pois já está evidente que o objetivo de ambos é que o CRAS Quilombola seja realmente um espaço que consigaatender aos seus usuários respeitando as suas singularidades mas para isso é necessário trabalhar em equipe.

Considerando os apontamentos dos quilombolas, a presença do antropólogo, a instalação da equipe volante e reuniões sendo feitas com lideranças e representantes dos usuários, possibilita um CRAS Quilombola Negro Rugério mais próximo do que eles almejam e melhor para a equipe poder trabalhar a partir dessa articulação.

Com base na análise crítica das falas dos usuários o tema central que se apresentou foi a representatividade, e a Política de Assistência Social ocupou um papel de fundo, acreditamos que por se tratar de povos e comunidades tradicionais

que possuem suas singularidades que por muitas vezes é inviabilizada, a proposta do CRAS Quilombola os encheu de esperança em relação ao que poderia representar o espaço em si para eles para além dos serviços ofertados pelo equipamento.

Essa representação aparece devido a identidade quilombola que os conecta enquanto povo enquanto quilombola.

As entrevistas realizadas para avaliação do acesso dos quilombolas ao MDS se assemelham ao que apareceu nas entrevistas que realizamos, quando sinalizam que o CRAS Quilombola deveria fazer alguns serviços que não está na lista de serviços que devem ser ofertados pelo equipamento, demonstram a falta de conhecimento sobre quais serviços deveriam ser ofertados.

Trazer essa pesquisa a partir da perspectiva decolonial, sendo possível demonstrar como as marcas colônias estão presente de modo naturalizado no nosso cotidiano, e isso ocorre de maneira mais incisiva quando estamos falando de povos tradicionais, pois eles representam o enfrentamento ao colonialismo, a existência deles é dizer que as marcas coloniais não dominaram totalmente esses povos, mesmo que tenho sido inúmeros rebatimentos negativos, como apresentamos no segundo capítulo, atingindo até mesmo a subjetividade como apresentaremos nesse capítulo de análises.

De acordo com Silva (2019) a teoria decolonial ela vai propor que o capitalismo moderno traz um novo padrão de poder que se estrutura a partir da ideia de raça, tratando como inferior e superior a partir dessa ideia uma classificação social, onde os colonizadores são colocados como superiores e os colonizados como inferiores.

Os estudos decoloniais foram introduzidos em meados das décadas de 1990 e 2000, a partir de intelectuais latino americanos como Arturo Escobar, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander, que se reuniram em diversas universidades como em Duke, Califórnia, Boston, Caracas entre outras, com objetivo de discutir a colonialidade latino-americana conforme Silva (2019). “Ao longo destes encontros, outros intelectuais se juntaram ao grupo, abrindo um diálogo também com as teorias pós-coloniais de África e Ásia” (Silva, 2019, p.143).

Esse processo do pensamento decolonial, se dá a partir do giro decolonial que de acordo com Ballestrin (2013) é um movimento de resistência teórico e prático, epistemológico e político, a lógica da modernidade/colonialidade.

Quando a Política Nacional de Assistência Social, avança no sentido de incluir os Cras nos territórios para atingir um nível de acesso maior ao serviço, a partir da dinâmica do espaço em que se localiza, isso é de grande relevância

[...] na América Latina o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e transformação social (Haesbaert, 2020, p. 76).

Essa inclusão podemos inferir como uma prática que partindo de uma visão decolonial, torna-se possível estabelecer vínculos com os usuários a partir do lugar em que reproduzem a suas relações sociais, e pensar nessas singularidades é não reproduzir uma visão colonizada.

Nos baseamos no conceito de território apresentado por Milton Santos (2002) que diz que

O território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu poder. O território de ser considerado em suas divisões jurídico-política, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo. É desse modo que ele constitui, pelos lugares, aquele quadro da via social onde tudo é interdependente, levando, também, à fusão entre o local, o global invasor e o nacional sem defesa (no caso do Brasil) (Santos, 2002, p. 84).

Santos (2002) estabelece algumas divisões em relação ao território que corroboramos, ele traz o território como abrigo e território como recurso, de acordo com ele os sujeitos hegemônicos veem o território enquanto fonte apenas de recursos e como uso, já os sujeitos hegemonzados, veem como abrigo e estão a todo momento modificando e recriando métodos e estratégias a fim de sobreviver do e no território.

Santos (1994) vai conceituar o território usado, como sinônimo de espaço humano, como espaço habitado. Dessa forma que compreendemos o território quilombola e também enxergamos o território como espaço de poder.

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (Santos, 2007, p.13).

Assim como se materializa a vidas dos quilombolas no Sapê do Norte, onde suas relações sociais são concebidas, manifestações culturais e religiosas.

5. Considerações Finais

A pesquisa nos permitiu reconhecer que em 2004 ocorreram vários avanços na área social, sobretudo pelo fato do reconhecimento dos direitos dos quilombolas no âmbito das diversas políticas públicas com ênfase nas comunidades reconhecidas como população tradicional.

Nesse sentido, ressaltamos que foi de grande relevância o extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, ter inserido a questão quilombola em suas ações, pois a partir disso é notório como vão sendo desenhados, políticas, programas, guias em atenção a especificidade da população quilombola, assim como para outras.

As questões iniciais da pesquisa estavam voltadas para a investigarmos a respeito da efetividade da atuação especializada do CRAS Quilombola Negro Rugério, e ao longo da investigação, foi possível verificar que, a determinação da NOB-RH/SUAS 2006 no que diz respeito a composição de uma equipe de referência, para atuação de forma referenciada nos CRAS Quilombola, no caso de nosso estudo, não vem sendo cumprida. Isto porque foi possível verificar no trabalho de campo, e ouvir dos técnicos por meio das entrevistas, que a capacitação é insuficiente, e que também na composição da equipe não existe como referência um técnico com formação em Antropologia, conforme prevê a deliberação da Portaria nº 137/2006.

E essa falta de apoio e ausência de um profissional que trabalhe as questões étnicas raciais tem gerado uma atuação limitada, pois atendimentos ficam comprometidos pela ausência de maior conhecimento a respeito das singularidades da população quilombola.

Outro aspecto que compromete a eficácia e eficiência do trabalho técnico, e por vezes gera solução de continuidade nas ações, é o fato de grande parte da equipe técnica ter vínculos frágeis, o seja, o contrato é temporário, o que causa fragilidades nas relações e nos processos efetivados, além de ferir o que preceitua a normativa.

Segundo relatos da equipe técnica, não há registro da presença ativa no CQNR de Equipe Volante, prevista nas normativas, se constituindo como outro

elemento prejudicial ao desenvolvimento das ações, considerando a amplitude da área de atuação do CRAS.

Sobre os serviços ofertados pelo equipamento social, não identificamos a existência de projetos e ações que tenham sido pensadas para atender as especificidades de usuários quilombolas, pois o serviço que mais é acessado por eles é o cadastramento no sistema do CadÚnico e ainda algumas famílias fazem parte do PAIF, e vão com frequência para entrega do PAA.

No que se refere a participação dos quilombolas nas atividades desenvolvidas no CRAS, seja como parte integrante da equipe ou como usuários dos serviços, identificamos após observação direta e nas entrevistas, que essas atividades, embora sejam previstas na normativa, não vêm ocorrendo, e acreditamos que tenham alguns fatores que impedem a efetivação desse processo, ora por falta de identificação com o espaço do CRAS que não traz características culturais, e da própria arquitetura quilombola, e por isso acaba os afastando, assim como pela distância de algumas comunidades do espaço físico, dificultando esse acesso cotidiano.

A pesquisa documental realizada ao longo do estudo nos auxiliou no sentido de conhecer a gama de instrumentos legais existentes, e ao mesmo tempo nos permitiu verificar que apesar da sua existência no dia a dia, as informações não chegam até o público-alvo, considerando que as equipes, tanto gestores como técnicos, também não as conhecem profundamente, o que se torna um impedimento para que operacionalizem a política, e conseqüentemente, garantam o melhor desenvolvimento das ações.

Em relação a convergência de anseios e leituras referentes aos serviços prestados e a adequação física do CRAS a realidade quilombola, tanto a equipe técnica, como os usuários, se pronunciaram nas entrevistas, reconhecendo a necessidade de o equipamento social ampliar suas ações específicas para ter mais representatividade quilombola, pois há ainda uma lacuna entre o que determina a política e a sua operacionalização na ponta.

E isto fica evidente no contexto apresentado pelos entrevistados, quando sinalizam a luta ainda existente para acessarem o mínimo, por isso pensar em uma arquitetura que contemple o povo quilombola, considerando que o local existe para atendê-los, bem como contratá-los para exercer funções remuneradas dentro do equipamento, ainda se constitui como grande desafio.

Cabe registrar ainda, que esse cenário vivenciado pelo equipamento social em questão, também está ligado ao nosso atual cenário político, em que as políticas sociais são atacadas de forma explícita, ainda mais no que tange às políticas destinadas aos povos tradicionais e à população negra.

Ficou evidente na fala dos entrevistados quilombolas, que apenas são bem-vindos em atividades no CRAS, naquelas que eles mesmo propõem a realização, como forma de ocupar o espaço. Mas não identificam atividades propostas em conjunto pela gestão e por eles, que contemplem e sejam adequadas as suas especificidades culturais, ou seja, eles não são convidados a participar, como se o processo de gestão não os coubesse, embora na verdade, as atividades só deveriam ter sentido, se eles estivessem presentes.

Esses foram elementos que identificamos de maneira a se pensar possibilidades em relação ao funcionamento mais efetivo dos equipamentos especializados, pois não pretendemos aqui, apontar apenas críticas como se não houvesse possibilidades, os desafios estão postos e as possibilidades também, como uma ferramenta de ajuste e reordenamento de práticas adequadas a realidade quilombola.

Então poder chegar ao final dessa pesquisa é bastante significativo, entendemos que o mestrado se deu em um contexto de pandemia, em que não se sabia muito o que era, tampouco as proporções que poderiam tomar, ter que lidar com as frustrações pela não realização de uma vivência diária com a turma e as colegas, foi árduo, e isso foi sendo atravessado no decorrer da pesquisa, mas conseguimos chegar até aqui.

A produção também se deu em um contexto político bem adverso, em que inúmeros momentos as comunidades tradicionais, as políticas sociais e os negros são diretamente atingidos com esse governo que nos nega vários direitos já conquistados e ainda provoca a quebra de avanços.

O encerramento desse ciclo de mestrado, materializado pela dissertação, não significa o encerramento da análise sobre o tema estudado, ou a finalização do contato com objeto analisado. É um momento de exposição dos resultados alcançados até aqui.

Conceição Evaristo diz que é tempo de aquilombar. Com isso finalizamos com um convite às negras e negros **“Vamos nos aquilombar, para podermos existir e não sucumbir”**.

6. Referências Bibliográficas

- ADÃO, Cláudia Rosalina. “**As periferias do Brasil podem ser consideradas como senzalas contemporâneas**”, afirma pesquisadora. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/as-periferias-do-brasil-podem-serconsideradas-como-senzalas-contemporaneas-afirma-pesquisadora> . Acesso em: 24 de mar. 2022
- ALCHORNE, S. C. de A.; **20 anos de LOAS – análise das normativas nacionais. O Social em Questão – Ano XVII – nº 30**, 2013, p. 25-46. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Sindely_2.pdf>. Acesso em 18 jan. 2022.
- ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. **Das políticas nacionais aos planos municipais: avanço da política pública de assistência social em metrópoles – estudo das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo**. 2012. 232 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombolas e novas etnias. **Manaus: UEA Edições**, 2011.
- ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 32-45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764>. Acesso em: 29 abril.2021
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo; Pólen, 2019. 264 p.
- AMÉRICO, Márcia Cristina. Ressemantização do conceito de quilombo no Brasil. **África e Brasil**, p. 397. 2015
- ANDRADE, Rômulo Garcia de. Uma leitura das condições de vida dos escravos através dos registros de óbitos: a Mata Mineira e o Litoral Sul Fluminense nos anos 1847-1888. **Revista HEERA**, p. 98-110, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26336> Acesso em: 05 nov. 2021
- ARAÚJO, Amanda Magalhães Pessanha; DE SOUZA BARCELLOS, Warllon. A contextualização da Assistência Social no Brasil: do Assistencialismo ao reconhecimento como política pública e a influência da lógica neoliberal. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <http://reinpeconline.com.br/index.php/reinpec/article/view/616> Acesso em: 20 de jan. 2022
- ARRUTI, J. M. Políticas públicas para quilombos. Terra, saúde e educação. 2009. **Caminhos Convergentes. Estado e Sociedade na Superção das Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung/action**, p. 75-110. Disponível em: <https://bit.ly/2TLdSDJ> Acesso em: 30 de mai. 2021
- ARRUTI, JM. Quilombos. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. **Raça: novas perspectivas antropológicas** [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3tqqd/pdf/pinho-9788523212254-12.pdf> Acesso em: 09 de fev. 2022
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A memória do tempo de cativo no Maranhão. Tempo**, v. 15, p. 67-110, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/JFF39rKdbtb7FGsxR7C4C6v/abstract/?lang=pt> Acesso em: 03 de mar. 2022
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em:

- <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jvhv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 de ago. 2020
- BECKER, Carolina Bitencourt. Os escravos e sua relação com a história da saúde na fronteira meridional do Rio Grande do Sul do século XIX. **X Encontro Estadual de História. O BRASIL NO SUL**, v. 26, 2010. Disponível em: http://encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/9/1278786544_ARQUIVO_artigoanpuhoriginal.pdf Acesso em 05 nov. 2021
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2011.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Autêntica, 2018.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BRANDÃO, A. A.; JORGE, A. L. Estado e Comunidades Quilombolas no Pós-1988. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 71-103, 2016. Disponível em: <https://revistas.ucpel.tche.br/rsd/article/view/1320>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/programa-brasil-quilombola-2004/view>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- BRASIL, Resolução CNAS nº 33, de 12 de Dezembro de 2012c. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**, Brasília, DF. 2012.
- BRASIL, **Política Nacional da Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acesso em 20 de fev. 2022.
- BRASIL. Atendimento a povos e comunidades tradicionais na proteção social básica- **Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social**. Brasília 2019. Disponível em: <http://unisinos.br/cidadania/atendimento-a-povos-e-comunidades-tradicionais-na-protecao-social-e-basica/> Acesso em 13 de mar. 2022
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 08 abr. 2021.
- BRASIL. **Decreto Nº 6.261, de 20 de novembro de 2007**. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no Âmbito do Programa Brasil Quilombola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm. Acesso em 21 mar. 2022
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social**. Dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências. Brasília-DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em 15 de fev. 2022.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Guia de Políticas Sociais Quilombolas - Serviços e benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS, 2009

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa de Avaliação Diagnóstica**: acesso das comunidades quilombolas aos programas do MDS, 2009. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/356.pdf> Acesso em 10 de abr. 2022
- CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Nas franjas da plantation: trabalho e condições de vida de escravos e libertos em pequenas propriedades de itaparica. **Tempo**, [S.L.], v. 14, n. 28, p. 193-221, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-77042010000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/PhHNW56LhGbnqvXrLrHmFbnk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2021.
- CAVALCANTE, Pedro; RIBEIRO, Beatriz Bernardes. O Sistema Único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1459-1477, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bwPZgHkvMbPcWccYcgKHtPb/abstract/?lang=pt> Acesso em: 13 de mar. 2022.
- Cerqueira, Daniel **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375atlasdaviolencia2021_completo.pdf Acesso em: 27 de mar. 2022
- COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. Cortez Editora, 2017.
- CRUZ, Miguel Dantas da. Conselho Ultramarino. **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**, 2015. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22468/1/ICS_MDCruz_Conselho_EDN.pdf Acesso em: 05 nov. 2021
- CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. As Irmandades Religiosas de Africanos e Afrodescendentes The Brazilian Afro-Descendants' Catholic Brotherhoods. **PerCursos**, v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1525> Acesso em: 22 de març. 2021
- DA SILVA, Sandro José. Quilombolas no Espírito Santo: identidade e territorialidade. **Dimensões**, n. 18, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2448/1944> Acesso em: 06 de abr. 2022
- DE RESENDE CHAGAS, Ana Maria et al. **A política de assistência e a participação social: o caso do conselho nacional de assistência social (CNAS)**. IPEA, 2003. Disponível em: l1nq.com/Rbyxz Acesso em: 15 de abr. 2022
- DE SOUZA, Sidimara Cristina; BRANDÃO, André Augusto Pereira. A política de assistência social e as comunidades quilombolas do Vale do Mucuri-MG. **Revista Argumentos**, v. 18, n. 1, 2021. Disponível em : <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/3832> Acesso em: 13 de mar. 2022
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaiada: a guerrilha sertaneja. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1995. Disponível em: Disponível em <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/73/69>. Acesso em: 03 de mar. 2022
- DO NASCIMENTO, Aline Meireles. Ticumbi: território de reis. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, v. 2, n. 3, p. 119-127, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/adminrapees,+RAPEES_N3_Art_7.pdf Acesso em: 27 de mar. 2022.
- DOS SANTOS, Antonio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2019.

- FABRICIO, Matheus Di Felippo; SP, Centro Universitário Adventista. O IMPACTO DA LEI 851 DE 04 DE SETEMBRO DE 1850: Lei Eusébio de Queiroz e a consequência para alforrias em províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. **E-Civitas**, v. 14, n. 1, p. 99-139, 2021. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/3104/pdf> Acesso em: 16 nov. 2021
- FERREIRA, Gracyelle Costa et al. **Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social–CRAS**. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro–RJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista “**Donos do lugar**”: a territorialidade quilombola Tese (Doutorado em antropologia) Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- FREITAS, Jefferson et al. **Levantamento das políticas de ação afirmativa**. Políticas de ação afirmativa para quilombolas nas universidades públicas brasileiras (2019) 2021. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2021/08/L.-Quilombola-110821b.pdf> Acesso em: 09 de fev. 2022
- GARCIA, Marcelo. SUAS: Sistema Único de Assistência Social. **Cadernos Travessia, Revista IGS**, v. 1, n. 2, p. 8-14, 2009. Disponível em: https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/assistencia-social/cadernotravessia2-Marcelo_Garcia.pdf Acesso em: 13 de mar. 2022
- GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/031. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 5-28, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bps-2010> Acesso em: 25 jan. 2022
- GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C.S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 34. ed, Petrópolis, Vozes, 2015, p. 79-108.
- GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- GRISA, Catia et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69/59> Acesso em: 07 de abr. 2022
- GUIMARÃES XAVIER, Fabiana. **Políticas públicas para cultura negra: a Fundação Cultural Palmares**. Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29965> Acesso em: 15 de fev. 2022
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEographia**, v. 22, n. 48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100> Acesso em: 11 abr. 2022
- IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo**. Editora Hucitec, 1978.
- Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada (IPEA), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Atlas da violência. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP; 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/213/atlas-da-violencia-2021-principais-resultados>. Acesso em: 30 out. 2021
- LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**. v.16, n. 3, Florianópolis Set./ Dec. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPxCvyd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 09 de fev. 2022
- LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926: higienismo, vadiagem e repressão policial**. 2003. Dissertação de

Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/7775/1/arquivo7678_1.pdf Acesso em: 11 de abr. 2022.

LUZ, Gerlandia da. A REVOLTA BALAIADA NO MARANHÃO. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/880> Acesso em: 03 de mar. 2022

LYRA Ana Paula; NASCIMENTO, Fany Serafim; CORRÊA; Wakyla Cristina Amaro. **O papel da comissão quilombola nos conflitos socioterritoriais do Sapê do Norte**. 118 f. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Departamento de Serviço Social. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018. 118 p.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. N. 11 (jul. 1999), p. 121-143**, 1999. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31532/000297021.pdf?sequence=1> Acesso em: 10 de abr. 2022

MAGALHÃES, Antonildo Santos. Entre as espinhas e abrolhos dos pecados. **Revista Eletrônica Discente História. com**, v. 2, n. 4, p. 69-84, 2014. Disponível em:

<http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/159> Acesso em: 08 de abr. 2022

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; DE MELO, Vico Denis Sousa. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30132> Acesso em: 16 nov. 2021

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades: limits and potentialities. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 28, p. 137-153, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, v. 2, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> Acesso em: 05 nov. 2021

MDS. Políticas Sociais e Chamada Nutricional Quilombola. Cadernos de Estudos, desenvolvimento social em debate, 09, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília, DF. ISSN 1808-0758. 2008. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/caderno%20-%2009.pdf> Acesso em: 20 de mar. 2022

MORILA, Ailton Pereira, PLOTTEGHER; Heraldo Marcos Rosário; SOARES, Maria da Conceição. Registro da Memória: História Oral do Jongo na Comunidade Barreiras. **Anais da Semana da Pedagogia**, n. 6, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Artigo_RegistroDaMemoria_Semap2021.pdf Acesso em: 12 de abr. 2022

CRUZ, Suellen Silva da. **Serviço Social e a Questão Étnico-Racial**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do negro no Brasil**. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n. 14, 1983.

LÓPEZ, Laura Cecilia. Reflexões sobre o conceito de racismo institucional. **En Jardim, DF y Lopez, LC Políticas da Diversidade:(in) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**, p. 73-92, 2013.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Editora Ática, 1987.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista usp**, n. 28, p. 56-63, 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/28364-Texto%20do%20artigo-33017-1-10-20120626.pdf> Acesso em: 11 fev. 2022
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Editora Perspectiva SA, 1980.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Introdução ao conceito de Quilombo. 1987. In: **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- NASCIMENTO, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 66-88, 2013. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16148> Acesso em: 20 de marc. 2022
- NOVA, Adeildo Vila. Lei antidrogas e seletividade penal: criminalização e encarceramento em massa da população negra. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, p. 39, 2021. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/2021_Periodicos/Cad-Def-Pub-SP_n.28.pdf#page=39 Acesso em : 26 de mar. 2022
- NUNES, Carlos Rogério de Carvalho et al. **Entidades de assistência social e a Política Nacional de Assistência Social: a experiência das entidades que compõem o Comas da cidade de São Paulo**. 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/18033/1/Carlos%20Rogério%20de%20Carvalho%20Nunes.pdf> Acesso em: 15 de abr. 2022
- OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio de Pádua. Da aplicabilidade da Convenção nº 169 da OIT às comunidades quilombolas no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4073, 26 ago. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29291>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. (Org). **Culturas Quilombolas do Sapê do Norte: farinha, beiju, reis e baile dos congos**. Vitória: IPHAN, 2009.
- OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **Revista do Centro de Estudos Rurais**, 2011. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s80s5ex> Acesso em 27 mar. 2022
- OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Comunidades quilombolas no estado do espírito santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 5, n. 2, p.141-171, 2011.
- PADOIN, Isabel Graciele; PAESE, Cláudia Regina. A política de assistência social na sociedade brasileira: da criação aos avanços como participação social. **PROJEÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE**, v. 11, n. 2, p. 106-120, 2020. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/1619> Acesso em: 18. Jan. 2022.
- Pires, Thula Rafaela de Oliveira; Cittadino, Gisele Guimarães. Criminalização do racismo: **entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos**. Rio de Janeiro, 2013. 323p. Tese de Doutorado. Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=34475@1> Acesso em: 15 de fev. 2022

PRATES, Lisie Alende; CREMONESE, Luiza; WILHELM, Laís Antunes; OLIVEIRA, Gabriela; TIMM, Marcella Simões; CASTIGLIONI, Críslen Malavolta; RESSEL, Lúcia Beatriz. **BEING A QUILOMBOLA WOMAN: unweilling feelings and identities. Reme Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 22, p. 1-7, 02 abr. 2018. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20180028>. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1236>. Acesso em: 07 de abr. 2022.

PRICE, Richard Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. **Afro-Ásia** [en linea]. 1999, (23), 0[fecha de Consulta 22 de Enero de 2022]. ISSN: 0002-0591. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002308> Acesso em: 22 jan. 2022

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica. **Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial**, 2006.

REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, p. 68-115, 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/CCkcVFtgRYrPLfKYSmyrGDQ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 03 de mar. 2022

ROCHA, Simone et al. **Eugenia no Brasil: análise do discurso "científico" no Boletim de Eugenia: 1929-1933.** 2010. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/13240/1/Simone%20Rocha.pdf> Acesso em 09 de abr. 2022

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus/ES: Economia e demografia (1848-1888).** 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em : https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04052012-124952/publico/2011_MariadoCarmodeOliveiraRusso_VRev.pdf Acesso em: 14 de abr. 2022

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **Cultura política e relações de poder na região de São Mateus: o papel da Câmara Municipal (1848/1889).**

2007. Dissertação de Mestrado. MSc. Thesis. Federal University of Espírito Santo. Disponível em : https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_MARIA_DO_CARMO_OLIVEIRA_RUSSO.pdf Acesso em : 12 de abr. 2022

SANTANA, Wilma Luiza. **Monitoramento & avaliação de programas de segurança alimentar e nutricional, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (MDS).** 2013. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3296> Acesso em: 31 de mai. 2021

SANTOS, Christiano Jorge; STEMPNIEWSKI, Ligia Penha. FEMINICÍDIO E RACISMO: MULHERES NEGRAS MORREM MAIS. **RJLB, Ano**, v. 6, 2020. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/2/2020_02_0267_0284.pdf . Acesso em: 30 out. 2021

SANTOS, Milton. **Território globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton; RIBEIRO, Wagner Costa; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O país distorcido: o Brasil, a globalização ea cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVA, César Augusto Fernandes. Políticas públicas na agenda social quilombola: percepções e desafios. **Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2**, [S.L.], p. 121-135, 23 jun. 2020. Atena Editora.

- <http://dx.doi.org/10.22533/at.ed.28220230610>. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/34448> . Acesso em: 30 maio 2021.
- SILVA, Mayana Hellen Nunes da. Da crítica da América Latina à América Latina crítica: para uma genealogia do conhecimento a partir de Léila González. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, [S.L.], v. 12, n. 40, p. 143, 26 jul. 2019. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). <http://dx.doi.org/10.3895/cgt.v12n40.9490>. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9490>. Acesso em: 11 abr. 2022
- SILVEIRA, Aline da Fonseca Sá e. Resistência e protagonismo negro no espaço rural brasileiro: um debate sobre a formação dos territórios de quilombo. 2019. 239 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13219> Acesso em: 03 fev. 2022
- SOUZA, Elias Lourenço de et al. **Violência, criminalização e extermínio da juventude negra em alagoas: dos navios negreiros aos dias de hoje**. 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7342> Acesso em: 24 de mar. 2022.
- SOUZA, Sidimara Cristina de. **A política de assistência social junto às comunidades remanescentes de Quilombo do Vale do Mucuri - MG**. 2021. 262 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- SPOSATI, A. de O. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- TAVEIRA, Vitor. Prefeitura é contra expansão de eucalipto em Conceição da Barra: empresa Suzano quer ampliar monocultivo, que pode chegar a ocupar 48% do município. **Século Diário**. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/prefeitura-contr-expandao-de-eucalipto> Acesso em: 07 de abr. 2022

Apêndices

Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O presente termo em atendimento à Resolução CNS 196/96, destina-se a esclarecer ao participante da pesquisa intitulada O CRAS Quilombola NegroRugério e suas especificidades no atendimento à população usuária do território. A importância da pesquisa e informa que ela se constitui como parte da pesquisa de dissertação de mestrado que será realizada sob a responsabilidade da pesquisadora Fany Serafim Nascimento aluna do curso de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, ressaltando os seguintes aspectos:

Objetivo: Analisar a efetividade da atuação especializada do CRAS Quilombola Negro Rugério, a partir da fala dos seus usuários, considerando o respeito as singularidades e a cultura da população atendida.

Metodologia: A pesquisa é de cunho qualitativo que pretende realizar a escuta dos sujeitos eleitos na pesquisa, através de realização de entrevistas com equipe e alguns usuários dos serviços. Bem como realizar através de observação direta a partir da ida ao CRAS Quilombola, com frequência, tanto para interlocução com a equipe interdisciplinar, como observar através de contato com a população usuária que frequenta o equipamento social suas vivências.

Em termos de confidencialidade do estudo, enfocamos que será realizado em Conceição da Barra/ES. E os resultados e as identidades dos voluntários participantes serão preservados, pois quando citados no estudo, serão nomeados por iniciais que desconfigurem seus nomes como forma para garantir o sigilo das identidades

Aos voluntários participantes terão todas e quaisquer formas de esclarecimento e informações sobre a pesquisa, dúvidas, bem como da metodologia da pesquisa adotada a todo e qualquer momento.

Enfocamos ainda que a participação dos sujeitos da pesquisa no projeto é voluntária e livre de qualquer forma de remuneração e que ele pode retirar seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento.

Em termos de consentimento para participação, eu estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Eu fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa e aos procedimentos. Os pesquisadores me garantiram disponibilizar qualquer esclarecimento adicional a que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação, bem como de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico.

Eu,

Aceito livremente participar do estudo intitulado O CRAS Quilombola Negro Rugério e suas especificidades no atendimento à população usuária do território

Mestranda: Fany Serafim Nascimento

Orientadora: Professora Doutora Valéria Pereira Bastos

Contato do Departamento de Serviço Social da PUC - Rio: (21) 3527-1290

Apêndice 2- Roteiro de Entrevistas com usuários quilombolas

Entrevista com usuários quilombolas:

Identificação:

Nome:

Idade

Sexo

Comunidade:

Escolaridade:

Profissão:

Qual sua cor:

Sobre a Política Nacional de Assistência Social:

O que sabe sobre Política Nacional de Assistência Social?

Sobre o Cras Quilombola Negro Rugério:

- 1) Qual a importância do Cras Quilombola para as comunidades quilombolas?
- 2) Você já foi atendido no Cras ou recebeu atendimento da equipe técnica do Cras em outro ambiente? Conte como foi.
- 3) Como avalia esses atendimentos?
- 4) Quais são os pontos altos e positivos do serviço? O que poderia melhorar?
- 5) Você já teve acesso a material ou participou de alguma reunião, em que foi falado sobre os serviços ofertados pelo Cras? Se sim, conte-me
- 6) Sabe sobre a existência da participação de quilombolas nas reuniões de planejamento das atividades do Cras? Ou se existem representantes quilombolas na equipe?
- 7) Você se identifica com o Cras?

Apêndice 3: Roteiro de entrevista com equipe técnica:

Entrevista com equipe técnica:

Identificação:

Nome:

Idade

Sexo

Formação:

Cargo que atua no Cras:

Quanto tempo nesse cargo:

Qual sua cor:

Sobre a PNAS:

- 1) Acerca dos recursos humanos e financeiros a Secretaria de Assistência Social ou ao Município, qual a sua opinião? Tem sido suficiente para o trabalho no Cras?

Sobre o CRAS QNR:

- 1) Quais as condições de trabalho aqui no Cras Quilombola? (Disponibilidade de transporte para visita domiciliar), internet entre outras ferramentas, principalmente na pandemia
- 2) Vocês possuem equipe volante?
- 3) Você considera que o trabalho com as famílias quilombolas é diferente do trabalho com famílias não quilombolas? Em quais aspectos?
- 4) Como trabalha com essas especificidades quilombolas?
- 5) No Cras vocês trabalham a intersectorialidade? Como?
- 6) Qual papel o Cras tem cumprido junto a essas famílias?
- 7) Qual tipo de serviços os quilombolas mais acessam? Algum desses é específico para quilombolas?
- 8) A NOB-RH/SUAS (2006), determina a composição de uma equipe referência do Estado em apoio aos municípios que tenham a presença de povos e comunidades tradicionais. Vocês possuem contato com essa equipe? Como é essa relação? Na equipe do Cras algum dos membros é quilombola? Sim positivo, Quantos? Qual função exerce?

Anexos

Anexo 1 – Certidão da comunidade de Santana emitida pela Fundação Cultural Palmares

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2012031/CA



- Comunidade de Beira-Rio Anual, localizada no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo, Registro nº 755, Fl. 06, em 31/10/2006.
- Comunidade de Saetaninha, localizada no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo, Registro nº 756, Fl. 07, em 31/10/2006.
- Comunidade de Santana, localizada no município de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, Registro nº 757, Fl. 08, em 31/10/2006.
- Comunidade de Córrego Santa Isabel, localizada no município de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, Registro nº 758, Fl. 09, em 31/10/2006.
- Comunidade de Palmato, localizada no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo, Registro nº 759, Fl. 10, em 31/10/2006.
- Comunidade de Dona Guadalupe, localizada no município de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, Registro nº 761, Fl. 11, em 31/10/2006.
- Comunidade de São Domingos de Ilhaçuana, localizada no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo, Registro nº 762, Fl. 12, em 31/10/2006.
- Comunidade de Águas Limpas de Baixo, localizada no município de Berilo, Estado de Minas Gerais, Registro nº 762, Fl. 13, em 31/10/2006.
- Comunidade de Timbalá, localizada nos municípios de Coaraci e Morangá, Estado do Ceará, Registro nº 763, Fl. 14, em 20/10/2006.
- Comunidade de Mata Boa, localizada no município de Mondaço, Estado do Maranhão, Registro nº 764, Fl. 15, em 30/10/2006.
- Comunidade de Veredinha, localizada no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, Registro nº 765, Fl. 16, em 31/10/2006.
- Comunidade de Gruta dos Brejões, localizada no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, Registro nº 766, Fl. 17, em 31/10/2006.
- Comunidade de Morro do Fortunato, localizada no município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, Registro nº 767, Fl. 18, em 26/10/2006.
- Comunidade de Lagoinha, localizada no município de Ubaí, Estado da Bahia, Registro nº 768, Fl. 19, em 31/10/2006.
- Comunidade de Serra II, localizada no município de Morro do Chapéu, Registro nº 769, Fl. 20, em 31/10/2006.
- Comunidade de Caldério, localizada no município de Ubaí, Estado da Bahia, Registro nº 770, Fl. 21, em 31/10/2006.
- Comunidade de São Paulo, localizada no município de Itapeva, Estado de São Paulo, Registro nº 771, Fl. 22, em 08/11/2006.
- Comunidade de Cacaculândia de Bom Jesus, localizada no município de Tamboré, Estado do Ceará, Registro nº 772, Fl. 23, em 08/11/2006.
- Comunidade de Montevindinha, localizada no município de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia, Registro nº 773, Fl. 24, em 08/11/2006.
- Comunidade de Lagoa de Vitória, localizada no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, Registro nº 774, Fl. 25, em 08/11/2006.
- Comunidade de Barro Vermelho, localizada no município de Maracá, Estado da Bahia, Registro nº 775, Fl. 26, em 08/11/2006.
- Comunidade de Cachoeira do Rio Parú, localizada no Distrito de Imbabona, Comarca de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, Registro nº 776, Fl. 27, em 13/11/2006.
- Comunidade de Quinzana, localizada no município de Mangabeira, Estado da Bahia, Registro nº 777, Fl. 28, em 13/11/2006.
- Comunidade de Quarta Sol, localizada na zona rural, a 20km da sede do município de Tremedal, Estado da Bahia, Registro nº 778, Fl. 29, em 13/11/2006.
- Comunidade de Vila Mariana, localizada no município de Viana, Estado do Pará, Registro nº 779, Fl. 30, em 13/11/2006.
- Comunidade de Cacoelho, localizada no município de Santa Rita, Estado do Maranhão - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 07 - Registro nº 780 - Fl. 31, em 13/11/2006.
- Comunidade de Nossa Senhora da Conceição Camperê, localizada no município de Conceição do Pará, Estado do Pará, Registro nº 781, Fl. 32, em 13/11/2006.
- Comunidade de Nossa Senhora da Conceição Ipamema, localizada no município de Conceição do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 07 - Registro nº 782 - Fl. 33, em 13/11/2006.
- Comunidade de Santo Antônio, localizada no município de Conceição do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 07 - Registro nº 783 - Fl. 34, em 13/11/2006.
- Comunidade de Igapeú, localizada no município de Conceição do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 07 - Registro nº 784 - Fl. 35, em 13/11/2006.
- Comunidade de Nossa Senhora do Perpêux Socorro, localizada no município de Conceição do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 07 - Registro nº 785 - Fl. 36, em 13/11/2006.
- Comunidade de Timboteua Cravo, localizada no município de Conceição do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 07 - Registro nº 786 - Fl. 37, em 13/11/2006.
- Comunidade de Campo Verde, localizada no município de Conceição do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 07 - Registro nº 787 - Fl. 38, em 13/11/2006.
- Comunidade de Santa Teresinha, localizada no município de Iritua, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 07 - Registro nº 788 - Fl. 39, em 13/11/2006.

- Comunidade de Tipitiza, localizada no município de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 07 - Registro nº 789 - Fl. 40, em 13/11/2006.
- Ad 4º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 08 e CERTIFICAR que, conforme Declarações de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades a seguir, SÃO REMANESCENTES DE QUILOMBOS:
- Comunidade de São Grossos - localizada no município de Boa Jesus, Estado do Rio grande do Norte - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 790 - Fl. 02, em 13/11/2006.
- Comunidade de Vazante - localizada no município de Senhora, Estado da Bahia - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 791 - Fl. 03, em 14/11/2006.
- Comunidade de Jacarepara - localizada no município de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 792 - Fl. 04, em 14/11/2006.
- Comunidade de Fazenda Santo Antônio da Lagunas - localizada no município de Ilhéus, Estado de Goiás - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 793 - Fl. 05, em 14/11/2006.
- Comunidade de Brejo de São Félix - localizada no município de Pararamba, Estado do Maranhão - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 794 - Fl. 06, em 14/11/2006.
- Comunidade de São Pavão - localizada no município de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Norte - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 795 - Fl. 07, em 14/11/2006.
- Comunidade de Medianeira das Graças - localizada no município de Iritua, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 796 - Fl. 08, em 14/11/2006.
- Comunidade de Passagem - localizada no município de Monte Alegre, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 797 - Fl. 09, em 14/11/2006.
- Comunidade de Faxão - localizada no município de Lapa, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 798 - Fl. 10, em 14/11/2006.
- Comunidade de Resenha - localizada no município de Lapa, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 799 - Fl. 11, em 14/11/2006.
- Comunidade de Vila Esperança - localizada no município de Lapa, Estado do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 800 - Fl. 12, em 14/11/2006.
- Comunidade de Fátima - localizada no município de Monte Alegre, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 801 - Fl. 13, em 14/11/2006.
- Comunidade de Cipol dos Pretos - localizada no município de Codo, Estado do Maranhão - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 802 - Fl. 14, em 14/11/2006.
- Comunidade de Quilombola de Vereda Viana - localizada no município de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 803 - Fl. 15, em 14/11/2006.
- Comunidade de Nossa Senhora do Carmo do Igapeú da Ponte - localizada no município de Iritua, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 804 - Fl. 16, em 14/11/2006.
- Comunidade de São Manoel - localizada no município de Morá, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 805 - Fl. 17, em 14/11/2006.
- Comunidade de Jambuca - localizada no município de Moju, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 806 - Fl. 18, em 14/11/2006.
- Comunidade de Santa Maria do Miradouro - localizada no município de Moju, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 807 - Fl. 19, em 14/11/2006.
- Comunidade de Tigre - localizada no município de Gramalhães, Estado de Pernambuco - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 808 - Fl. 20, em 14/11/2006.
- Comunidade de Buracão - localizada na Fazenda Buracão, município de Muzuro, Estado de Goiás - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 809 - Fl. 21, em 14/11/2006.
- Comunidade de Curatubá/Jatobá - localizada no município de Castelo do Rocha, Estado da Paraíba - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 810 - Fl. 22, em 16/11/2006.
- Comunidade de São Pedro dos Ngigua - localizada no município de Castelo do Rocha, Estado da Paraíba - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 811 - Fl. 23, em 16/11/2006.
- Comunidade de Piranga - localizada no município de Capela, Estado de Sergipe - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 813 - Fl. 25, em 17/11/2006.
- Comunidade de Gavião - localizada no município Quilombópolis, Estado do Ceará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 814 - Fl. 26, em 27/11/2006.
- Comunidade de Fátima - localizada no município Quilombópolis, Estado do Ceará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 815 - Fl. 27, em 27/11/2006.
- Comunidade de Inebocoro - localizada no município Manga, Estado de Minas Gerais - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 816 - Fl. 28, em 27/11/2006.
- Comunidade de São Ramão do Paraíba - localizada no município Santana, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 817 - Fl. 29, em 27/11/2006.
- Comunidade de Jerônimo - localizada no município Cairú, Estado da Bahia - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 819 - Fl. 31, em 27/11/2006.
- Comunidade de Brejo do Engenho da Guaba - localizada no Distrito de Igapeú, município de Cachoeira, Estado da Bahia - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 820 - Fl. 32, em 27/11/2006.

- Comunidade de Oitovero - localizada no município Penedo, Estado de Alagoas - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 821 - Fl. 33, em 27/11/2006.
- Comunidade de Lagoa de Serra - localizada no município Batalha, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 822 - Fl. 34, em 27/11/2006.
- Comunidade de Guariçú - localizada no município de Mangape, Estado da Bahia - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 824 - Fl. 35, em 27/11/2006.
- Comunidade de Onçenim II - localizada no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 824 - Fl. 36, em 27/11/2006.
- Comunidade de Praxiana - localizada no município de Major Izidoro, Estado de Alagoas - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 825 - Fl. 37, em 27/11/2006.
- Comunidade de Brachão - localizada no município de Iritua, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 826 - Fl. 38, em 27/11/2006.
- Comunidade de Manabeço - localizada no município de Taquama, Estado de Alagoas - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 827 - Fl. 39, em 27/11/2006.
- Comunidade de Velho Expedite - localizada no município de Conceição do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 828 - Fl. 40, em 27/11/2006.
- Comunidade de Volta do Campo Grande - localizada no município de Campinas do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 829 - Fl. 41, em 27/11/2006.
- Comunidade de Costa - localizada no município de Querênapolis, Estado do Ceará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 830 - Fl. 42, em 27/11/2006.
- Comunidade de Quilombos das Almas - localizada nas áreas do Pólo do Via-Via, no município de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 831 - Fl. 43, em 27/11/2006.
- Comunidade de Anranha - localizada no município de Óribá, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 832 - Fl. 44, em 27/11/2006.
- Comunidade de Nossa Senhora das Graças Vila do Carvo - localizada no município de Conceição do Pará, Estado do Pará - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 833 - Fl. 45, em 27/11/2006.
- Comunidade de São José da Serra - localizada no município de Valença, Estado do Rio de Janeiro - Registro no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 833 - Fl. 45, em 27/11/2006.

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO

Ministério da Defesa

ESTADO-MAIOR DE DEFESA

DESPACHO DO MINISTRO
Em 12 de dezembro de 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, conforme disposto no Anexo I, Capítulo II, Art. 1º, inciso VII do Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004, e item 3.19 da Orientação Normativa do EMD nº 010.2005/SC-2, de 7 de abril de 2005; ratifica a Ata da Quarta Reunião entre o Estado-Maior de Defesa do Brasil e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas da Colômbia (IV RCBC), realizada na cidade de Salvador (BA)-Brasil, no período de 20 a 24 de novembro de 2006.

WALDIR PIRES

**COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS**

PORTARIA Nº 113, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006

Alexandre as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto - NORMAM-01/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 154, do Comandante da Marinha, de 03 de junho de 2004, e de acordo com o conteúdo do artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto - NORMAM-01/DPC, aprovadas pela Portaria nº 45-DPC, de 11 de maio de 2005, alteradas pelas Portarias nº 88-DPC, de 25 de outubro de 2005, nº 29-DPC, de 17 de março de 2006, nº 33-DPC, de 28 de março de 2006 e nº 34-DPC, de 22 de maio de 2006, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2005, 07 de novembro de 2005, 27 de março de 2006, 30 de março de 2006 e 24 de maio de 2006, seção 1. Esta modificação é denominada Mod 5. Art. 2º Fêstar a seguinte alteração no Capítulo 2:

Substituir o texto atual do item 0213 pelo seguinte

Anexo 2 - Parecer do Conselho de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 97-2021 – Protocolo 109-2021

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "O CRAS Quilombola Negro Rugério e suas especificidades no atendimento à população beneficiária do território" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autora: Fany Serafim Nascimento (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientadora: Valéria Pereira Bastos (Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa que visa analisar a efetividade de atuação especializada do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social Quilombola Negro Rugério, considerando as singularidades e a cultura da população atendida a partir da fala dos sujeitos envolvidos no serviço. O CRAS é localizado no município de Conceição da Barra no Quilombo do Santana, pertencente ao território do Sapê do Norte que engloba os municípios de São Mateus e Conceição da Barra (Espírito Santo) onde vivem 32 comunidades remanescentes de Quilombos. Prevê como metodologia a ser empregada: observação direta no CRAS, análise de documentos e realização de entrevista semiestruturada junto à equipe técnica e usuários de comunidades que mais acessam o serviço e as que menos chegam a ele. As atividades no campo serão acompanhadas pelos protocolos de precaução a infecção do coronavírus. Conta com apoio teórico em estudos sobre a temática de desigualdade nas expressões social, racial e territorial desde uma perspectiva decolonial.

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo, o anonimato e a confidencialidade dos dados coletados.

Parecer: Aprovado

Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Profª Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2021

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea – 22453-900
Rio de Janeiro – RJ – Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: vrac@puc-rio.br